



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO CURRÍCULO, LINGUAGENS E INOVAÇÕES
PEDAGÓGICAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO - MPED

IARA FERRAZ CORNÉLIO

PEDAGOGOS E TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS IDENTIDADES
PROFISSIONAIS NO IF SERTÃO-PE

Salvador
2018

IARA FERRAZ CORNÉLIO

**PEDAGOGOS E TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS IDENTIDADES
PROFISSIONAIS NO IF SERTÃO-PE**

Projeto de Intervenção apresentado ao Programa de Pós-Graduação Curso de Mestrado Profissional em Educação, da Faculdade de Educação – FAGED/Universidade Federal da Bahia- UFBA, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Dra. Ana Kátia Alves dos Santos

Salvador
2018

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Cornélio, Iara Ferraz.

Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais: um estudo de caso sobre as identidades profissionais no IF Sertão-PE / Iara Ferraz Cornélio. – 2018.

99 f. : il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Katia Alves dos Santos.

Projeto de intervenção (Mestrado Profissional em Educação, Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação, Salvador, 2018.

1. Pedagogos – Formação. 2. Técnicos em Assuntos Educacionais – Formação. 3. Habilitação ao cargo. 4. Valorização do Trabalho. I. Santos, Ana Katia Alves dos. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. Mestrado Profissional em Educação, Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas. III. Título.

CDD 370.71 - 23. ed.

IARA FERRAZ CORNÉLIO

**PEDAGOGOS E TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS:
UM ESTUDO DE CASO SOBRE AS IDENTIDADES
PROFISSIONAIS NO IF SERTÃO-PE**

Projeto de Intervenção apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação, Faculdade de Educação, da Universidade Federal da Bahia.

Aprovado em: ____/____/2018.

Banca examinadora:

Ana Kátia Alves dos Santos – Orientadora.
Doutora em Educação
Universidade Federal da Bahia

Leila da Franca Soares
Doutora em Educação
Universidade Federal da Bahia

Ronaldo Figueiredo Venas
Doutor em Educação
Universidade Federal da Bahia

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me guiar, me dar força e coragem nessa caminhada.

Aos meus filhos, Júlia, Heitor e Miguel, sentido da minha vida.

À minha família, por compreender minhas ausências e me encorajar nos momentos de fraqueza a seguir estudando.

À Rosineuman, amiga e conselheira.

À minha orientadora, professora Ana Kátia, pela parceria e colaboração.

Às minhas colegas mestrandas Elciane e Lúcia, companheiras em todas essas andanças, por todo carinho, companheirismo e amizade.

À Rosilene Oliveira e Marcus Uchôa, por instigarem em mim o tema da pesquisa.

Aos componentes do Fórum PedTAEs, por fomentarem discussões que estão presentes nesse estudo.

Aos pedagogos e técnicos em assuntos educacionais que se disponibilizaram a participar da pesquisa.

Aos professores, professoras e colegas do Mestrado Profissional em Educação da FACED/UFBA.

Aos meus colegas de trabalho do IF Sertão-PE, em especial aos do campus Floresta, por compartilharem experiências, vivências e conhecimentos ao longo deste tempo.

Não quero a beleza, quero a identidade.

LISPECTOR, Clarice (1988, p. 102)

CORNÉLIO, Iara Ferraz. Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais: um estudo de caso sobre as identidades profissionais no IF Sertão-PE. 100 f. il. 2018. Projeto de Intervenção (Mestrado Profissional em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

RESUMO

O presente trabalho apresenta um estudo sobre os cargos de Pedagogo e Técnico em Assuntos Educacionais no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão-PE). Tem como propósito compreender como Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais percebem os limites e possibilidades de suas atuações, tomando como referencial os processos formativos inerentes a cada cargo e analisando as consequências das similitudes no exercício de seus trabalhos. Constatou-se que as semelhanças nas atribuições são causadoras de diversos entraves nos afazeres diários desses cargos e não colaboram para um trabalho de qualidade. Ao refletir sobre a política de formação desses profissionais, foi verificada a inexistência de formação específica para o exercício dos cargos pesquisados, seja no período de admissão ou no decorrer das carreiras. Isto ficou comprovado, pelos relatos que os servidores fizeram sobre as inseguranças e falta de orientações a respeito dos seus papéis ao ingressar no IF Sertão-PE e que ainda são percebidas diariamente. Para essa análise, uso a pesquisa qualitativa com abordagem metodológica do Estudo de Caso e, como fundamentação teórica utilizo as contribuições de Freire (1996), Nóvoa (2009), Libâneo (2010), Canário (2013), Placco e Almeida (2012), Domingues (2014). A investigação acontece através de análise documental, de observações *in loco*, da aplicação de questionários. O texto traz ainda uma proposta interventiva, pautada em uma perspectiva formativa, como o objetivo principal de consolidar, fortalecer e dar notoriedade à atuação do Pedagogo e do Técnico em Assuntos Educacionais a partir de dois grandes focos, sugerindo-se serem transformados em política pública do IF Sertão-PE. O primeiro será planejar e ofertar Formação Básica para todos os profissionais dos cargos em questão; o segundo, redimensionar os rumos do Fórum PedTAE para que se torne um espaço de Formação Contínua dos Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais que se traduza no reconhecimento efetivo da qualificação, como processo sem fim.

Palavras-chave: Pedagogo. Técnico em Assuntos Educacionais. Atribuições. Formação. Valorização.

CORNÉLIO, Iara Ferraz. Pedagogues and Technicians in Educational Affairs: a case study on professional identities in the IF Sertão-PE. 100 pp. ill. 2018. Intervention Project (Professional Master of Education) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

ABSTRACT

This work aims to study the roles of Pedagogue and Technician in Educational Affairs within the Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano (IF Sertão-PE). In this sense, the purpose of this study is to understand how these professionals perceive the limits and possibilities of their actions, taking as reference the formative processes inherent to each position and analyzing the consequences of the similarities in the exercise of their works. It was possible to verify that the similarities in the attributions cause several obstacles in the daily tasks of these positions and end up interfering in the quality of the work. Reflections made on the training policy of these professionals made it possible to attest to the inexistence of specific training for the exercise of positions, either during the admission period or during careers. This was evidenced by the reports that the servants made about the insecurities and lack of guidelines regarding their roles upon joining IF Sertão-PE and that are still perceived daily. For this analysis, a qualitative research was used with Case Study methodological approach and the contributions of Freire (1996), Nóvoa (2009), Libâneo (2010), Canário (2013), Placco e Almeida (2012) e Domingues (2014) were used as a theoretical foundation. The research was developed through documentary analysis, *in loco* observations, as well as the application of online questionnaires. The text also presents an intervention project, based on a formative perspective, as the main objective of consolidating, strengthening and giving notoriety to the performance of the Pedagogue and the Technician in Educational Affairs from two major focuses, suggesting to be transformed into a public policy of the IF Sertão-PE. The first will be to plan and offer Basic Training for all professionals in the positions in question. The second will resize PedTAE Forum so that it becomes a space for Continuous Training of Pedagogues and Technicians in Educational Affairs that translates into the effective recognition of qualification as an endless process.

Keywords: Pedagogue. Technician in Educational Affairs. Attributions. Training. Valuation.

LISTA DE SIGLAS

CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CF	Constituição Federal
CNE	Conselho Nacional de Educação
CPC	Centro Popular de Cultura
EAD	Educação a Distância
EMI	Ensino Médio Integrado
EPCT	Educação Profissional Científica e Tecnológica
FIC	Formação Inicial e Continuada
GTI	Gestão da Tecnologia da Educação
IF SERTÃO-PE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano.
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
MCP	Movimento de Cultura Popular
MEC	Ministério da Educação
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PCS	Plano de Cargos e Salários
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PED	Pedagogos
PNE	Plano de Educação Nacional
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PQI	Plano de Qualificação Profissional
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica, na Modalidade de Jovens e Adultos
PUCRCE	Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos
SAE	Setor de Apoio ao Ensino
SAGE	Sistema de Apoio a Gestão Escolar
SETEC	A Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica

TAE	Técnicos em Assuntos Educacionais
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNESCO	United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization [Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura].
UNICEF	United Nations Children's Fund [Fundo das Nações Unidas para a Infância]
UTFRPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1	Infográfico sobre o perfil dos profissionais do	29
Figura 2	Atividade do Fórum PedTAEs.....	36
Figura 3	Cenário do IF Sertão-PE	48
Figura 4	Proposta de Intervenção.....	71
Figura 5	Os Processos Formativos.....	81
Quadro 1	Docentes	49
Quadro 2	Técnicos Administrativos	50
Quadro 3	Discentes por modalidade de ensino	51
Quadro 4	Discentes por cursos ofertados pelo IF Sertão-PE, campus Floresta, em cada modalidade de ensino	51
Quadro 5	Respostas à 2ª pergunta do questionário	58
Quadro 6	Gestores	69

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	PEDAGOGOS E TAES: REPENSANDO O PERFIL DESSES PROFISSIONAIS	16
2.1	A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DOS PEDAGOGOS E TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS NO BRASIL: ABORDAGEM HISTÓRICA E BASES LEGAIS	18
2.1.1	Um olhar sobre as identidades profissionais dos pedagogos e técnicos em assuntos educacionais.....	25
3	PEDAGOGOS E TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS NO IF SERTÃO-PE: SOBREPOSIÇÕES E SIMILITUDES.....	30
3.1	O FÓRUM PedTAEs: NOVOS RUMOS PARA A ATUAÇÃO PROFISSIONAL .	34
4	PERCURSOS METODOLÓGICOS.....	42
4.1	CONCEPÇÃO DE PESQUISA QUALITATIVA	42
4.2	O ESTUDO DE CASO	46
4.3	PESQUISA DE INTERVENÇÃO: PROXIMIDADE ENTRE TEORIA E PRÁTICA.....	47
4.4	O ESTUDO DE CASO SOBRE O IF SERTÃO-PE CAMPUS FLORESTA: O CAMPO E OS SUJEITOS DA PESQUISA	48
5	TECENDO CONVERSAS SOBRE OS DADOS COLETADOS	54
5.1	PERCEPÇÃO, SIGNIFICADO E SENTIDO DOS PED E TAES SOB O OLHAR DOS DOCENTES E DISCENTES	56
5.2	DIVISÃO DE DEMANDAS DE TRABALHO	64
5.3	AMPLITUDE E DIVERSIDADE NAS ATIVIDADES DO PEDAGOGO: REPERCUSSÕES SOB AS ATRIBUIÇÕES INERENTES AO CARGO	64
5.4	AÇÕES INTERVENTIVAS PARA UM MAIOR DELINEAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DO PED E DO TAE	66
5.5	ENTREVISTAS COM GESTORES.....	70
6	PROPOSTA INTERVENTIVA	72
6.1	MOVIMENTOS FORMATIVOS PARA PEDAGOGOS E TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS: UM PROCESSO SEM FIM, UMA POSSÍVEL INTERVENÇÃO.....	75
6.2	OBJETIVO GERAL.....	78
6.2.1	Objetivos Específicos.....	78
6.3	ESTRUTURA DA FORMAÇÃO	78
6.4	APRESENTAÇÃO DO PROJETO INTERVENTIVO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO	79
6.6	INFRAESTRUTURA, RECURSOS, FORMAS DE AQUISIÇÃO E SUJEITOS ENVOLVIDOS	82
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	84
	REFERÊNCIAS	87
	APÊNDICES	91

1 INTRODUÇÃO

Estou no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano-IF Sertão-PE, Campus Floresta há pouco mais de quatro anos, portanto tenho ainda muitos percursos a seguir na minha função de Pedagoga. Logo que ingressei na instituição, imaginei encontrar alguns nortes para a realização do meu trabalho, como planos de atuação e atribuições delimitadas desse profissional. Infelizmente, não encontrei esses parâmetros para auxiliar na minha trajetória de servidora. Fui conhecendo o que já estava sendo feito, ajustando-me aos moldes que estavam em andamento, avaliando minhas atribuições e analisando os movimentos envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem, sobretudo o que competia ao meu encargo. Nesse processo de (re)conhecimento e (re)adaptação, fui percebendo os entraves, desafios e possibilidades.

Diante do exposto e, tomando como motivação a reflexão do meu fazer diário enquanto Pedagoga no IF Sertão-PE, acrescentando-se as angústias, crises indenitárias, ambivalências, sobreposições e supressões nas atribuições do cargo, trago como título da pesquisa “PEDAGOGOS E TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS: um Estudo de Caso sobre as identidades profissionais no IF Sertão-PE”, com o objetivo de compreender como Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais percebem os limites e possibilidades de suas atuações, tomando como referencial os processos formativos inerentes a cada cargo e analisando as consequências das similitudes no exercício de seus trabalhos.

Para essa investigação educativa uso a pesquisa qualitativa, com a abordagem metodológica do estudo de caso, pois, segundo André (2013), essa estratégia metodológica busca pesquisar o contexto e todas as nuances que ele nos mostra e nos esconde; concentra-se em situações unitárias, particulares, porém ressalta a importância do aprofundamento das análises. E mais, compreende que é nas interações cotidianas dos sujeitos que o conhecimento se constrói. Investigando as situações diárias dos profissionais da educação, percebendo o significado que atribuem aos movimentos e afazeres dos cargos, bem como suas concepções, modo de pensar, agir e interagir com os demais sujeitos envolvidos com o fazer pedagógico, é que tenciono debruçar-me sobre a atuação do Pedagogo (aqui, algumas vezes, denominado Ped) e do Técnico em Assuntos Educacionais (identificado como TAE), em busca de possíveis respostas para as inquietações que motivaram esta pesquisa tais como: Como Peds e TAEs, em suas experiências cotidianas de atuação pedagógica, percebem os limites e possibilidades em sua atuação profissional, a partir das similaridades existentes nas suas

atribuições? Como acontecem os processos formativos desses profissionais? Quais as ações que possibilitam aos servidores dos cargos pesquisados valorizarem-se e assegurar-lhes um exercício das suas atribuições com mais qualidade?

Não será fácil assumir e encarar as incertezas e fragilidades com as quais convivo diariamente; no entanto, sobra-me coragem para imergir nas sutilezas desse profissional que, ao mesmo tempo, é encarado como aquele que é o formador de professores e, por isso mesmo, com arbítrio para a transformação da educação, como também é desvalorizado e desacreditado por alguns docentes, principalmente bacharéis, que os julgam incapazes de adentrar em outras áreas do conhecimento. Há, ainda, outros profissionais, como exemplo o psicólogo, que questionam a existência do pedagogo e a encara como invasora das suas demandas.

Busco resposta para a questão: “As semelhanças nas atribuições dos Ped e TAEs geram dificuldades no seu cotidiano profissional?”. Tal inquietação está presente no dia a dia de grande parte dos profissionais do IF Sertão-PE e, por isso mesmo, há relevância no estudo aprofundado do tema pois, a partir do entendimento dessas indagações, o Ped e o TAE atuarão de forma mais consciente, autônoma, dinâmica, responsável e definida.

Considerando a interdependência da atuação do Ped e TAE com a instituição escolar e social, o *locus* de suas atuações, ou seja, o IF Sertão-PE campus Floresta é o cenário primordial para tal investigação.

O IF Sertão-PE é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. O campus Floresta atua nas áreas de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrado em Agropecuária e Informática, o Subsequente de Agropecuária, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA) em Agroindústria, o Curso Superior de Gestão da Tecnologia da Informação (GTI), o Curso de Licenciatura de Química e o Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* – Especialização Intercultural do Pensamento Decolonial. Além desses cursos regulares, o campus Floresta oferta cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores-FIC, Extensão Tecnológica, Pesquisa Aplicada e Inovação Tecnológica. Diante desse espaço diverso de modalidades de ensino, reflete-se um grande desafio na atuação do profissional Pedagogo envolvendo múltiplas competências.

É uma autarquia Federal, criada através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Em seu Plano de Desenvolvimento Institucional (BRASIL, 2008, p. 13), define como missão “Promover o desenvolvimento regional sustentável, com foco na ciência e tecnologia, por meio do Ensino, Pesquisa e Extensão, formando pessoas capazes de transformar a sociedade” e como visão: “Ser uma instituição de excelência em todos os níveis e modalidades de Ensino, articulados com a Pesquisa e a Extensão, comprometida com a transformação social, fundamentada na ética e na cidadania.” (BRASIL, 2014).

O campus Floresta é composto por duas Pedagogas e duas Técnicas em Assuntos Educacionais. Será, então, essa realidade que poderá me auxiliar a compreender melhor as facetas desses profissionais, contudo, na coleta de dados ainda buscarei ampliar a aplicação de questionário em outros campi.

A identidade do pedagogo foi, e até hoje é, amplamente discutida. Para a pesquisa sobre a atuação desse profissional especificamente nos Institutos Federais, as publicações em revistas dos próprios IFs, com diferentes enfoques, são suportes e reforçam a relevância no aprofundamento sobre o tema. Gonçalves, Abensur e Queiroz (2009), Carvalho (2014), Brant et al. (2014), Souza, Cruz e Silva (2015) são autores que, como eu, tiveram e, possivelmente continuam tendo, preocupações com o profissional pedagogo.

Mesmo me respaldando nessas pesquisas já existentes, objetivo além de constatar a falta de delineamento das atribuições dos Ped e TAEs, buscar formas institucionalizadas que favoreçam a delimitação das funções desses cargos. A minha intenção não é, em absoluto, delimitar para restringir ou engessar tais atribuições, mas para definir melhor o papel de cada profissional e, assim, efetivar-se um trabalho mais eficaz, consciente e autônomo.

Para tentar compreender e aprofundar essa problemática, faço uma abordagem histórica sobre o pedagogo, com ênfase na sua formação e atuação no Brasil, refletindo sobre as contribuições para a identidade do profissional. Como fundamentos teóricos relacionados à formação do pedagogo, sua história, identidade profissional e demandas de trabalho, recorrerei a pesquisadores como Libâneo (2010), Freire (1996), Nóvoa (2009), Canário (2013), Domingues (2014), Placco e Almeida (2012).

Em seguida, busco realizar uma análise das bases legais que fundamentam os cargos do Ped e TAE, especificamente as que são do IF Sertão-PE, ambicionando perceber o cenário de atuação que é definido, bem como suas atribuições, fomentando a compreensão das

similitudes, sobreposições e aproximações entre os cargos. Apresento os percursos de formação e trabalho do Fórum PedTAEs no intuito de demonstrar ser o ponto inicial para o delineamento das funções dos cargos em questão. Já que, através do Fórum, há possibilidade de realizar ações interventivas.

Após esses percursos reflexivos sobre o profissional, apresento a minha intenção interventiva, que é a de elaborar um programa de formação inicial para os Peds e TAEs que estão iniciando os seus trabalhos na instituição, como também elaborar uma perspectiva diferenciada de formação com o programa de formação continuada para todos esses profissionais do IF Sertão-PE. Tais programas serão apresentados ao IF, como proposta para sua institucionalização.

2 PEDAGOGOS E TAES: REPENSANDO O PERFIL DESSES PROFISSIONAIS

É possível construir um objeto de pesquisa de forma puramente empírica, baseando-se unicamente nos dados do campo? A resposta é usualmente negativa: é preciso ler o que os outros escreveram antes de nós; de certa forma, subir sobre seus ombros para conseguir ver mais além, um pouco como o pretendiam fazer os modernos românticos, em sua disputa contra os clássicos antigos. (POUPART. 2014, p. 134).

Tomando como base a citação acima, realizei pesquisa bibliográfica sobre a identidade do pedagogo e sua atuação e encontrei nos autores: Gonçalves, Abensur e Queiroz (2009), Carvalho (2014), Brant et al. (2014), Souza, Cruz e Silva (2015) artigos que trazem discussões sobre o tema com os quais destaquei as ideias principais de cada autor.

A produção elaborada por Gonçalves, Abensur e Queiroz (2009), discute a identidade dos Ped e TAes na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e para isso analisa as legislações federais e os cargos para situá-los no Plano de Carreira do Magistério. Em suas considerações, os autores afirmam que os profissionais realizam as mesmas atribuições, quais sejam a de coordenação, supervisão, orientação e planejamento na educação básica, e reforçam que há sérios problemas na educação quando se incluem Ped e TAes na carreira dos cargos técnicos administrativos, pois dessa forma os problemas educacionais são reduzidos a meros problemas metodológicos e burocráticos, além de polarizar os docentes dos especialistas. Tudo isso traz, segundo os autores, prejuízo ao bom funcionamento de uma educação que se pretende ser de qualidade.

Concordo com os autores e estranhei bastante quando, no edital do concurso de que participei, os cargos em questão estavam enquadrados na carreira dos técnicos administrativos. E, na compreensão dos autores, com a qual comungo, essa configuração de enquadramento que os IFs apresentam carrega uma concepção de educação profissional entrelaçada a treinamento, a não reflexão e ao ensino mecânico.

Carvalho (2014) ratifica a multiplicidade de papéis assumidos pelo pedagogo e os divide em três categorias: os pedagógicos, referindo ao apoio aos professores em relação a planejamento de aulas, metodologias e didáticas, interdisciplinaridade, avaliação do aluno, dificuldades de aprendizagem, elaboração e orientação em projetos; os operacionais, incluindo organização de eventos, orientações sobre regulamentos; por fim, os subjetivos, referindo-se aos assuntos relativos à indisciplina, à frequência e à motivação dos alunos. A autora aborda ainda a relação dos docentes com os pedagogos e afirma ser histórica a pouca

harmonia existente entre eles. No entanto, salienta avanços nesses aspectos por perceber o pedagogo numa função mais de apoio e mediação que de inspeção e cobrança; dessa forma, vem conquistando espaço, obtendo maior diálogo e oportunizando decisões coletivas.

Encontro, na fala da autora, grandes semelhanças com a realidade do Instituto Federal, campus Floresta e acrescento que há ausência da maior e fundamental atribuição do pedagogo que é a realização de formação continuada de professores. Carvalho percebe semelhança nos desafios enfrentados pelo pedagogo da educação profissional e os de outras instituições de ensino da rede pública, mas indica que o primeiro deve aprofundar seus estudos no campo profissional para que possa exercer com qualidade suas competências.

Brandt et al. (2014) tratam de investigar as contribuições e influências do pedagogo na qualidade da educação profissional e os serviços prestados em relação à supervisão pedagógica. Em seus estudos constata-se a necessidade dos profissionais terem conhecimento sobre os IFs, sobre o ensino profissionalizante, as leis que embasam os institutos e, sobretudo, devem possuir habilidades e competências para atuarem como articuladores de todo processo pedagógico, pois há uma ênfase na responsabilidade e conhecimento que são exigidos dos profissionais para um eficaz desempenho no contexto escolar.

Souza, Cruz e Silva (2015) trazem um levantamento das publicações de artigos sobre a atuação do pedagogo nos IFs, em revistas dos próprios institutos, publicadas entre o ano de criação dos institutos até 2014, para uma análise do cenário de atuação desse profissional, tendo como referência os estudos dessas práticas no espaço escolar e extraescolar, analisando o papel técnico e docente desse profissional. O texto contribui para apresentar quão diversa e ampla é a atuação do profissional e as várias competências que são exigidas para o exercício do cargo. Alguns papéis do pedagogo são de supervisor escolar, mediador e articulador de todos os sujeitos da escola; de profissional que acompanha alunos, professores, familiares, também cuida de aspectos administrativos e organizacionais do espaço escolar.

A realidade do IF Sertão-PE não é diferente. Para compreender o Pedagogo, faz-se necessário perceber o emaranhado de ligações em que ele situa-se e sua múltipla função, que não se restringe aos aspectos pedagógicos, pois está a todo tempo no enfrentamento dos problemas cotidianos.

Para versar sobre os Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais, escolhi abordar, historicamente, a sua formação identitária, buscando refletir sobre a formação desses profissionais, as leis que os embasam, as competências que lhes assistem no IF Sertão-PE,

suas atribuições, analisando seus afazeres criticamente e levantando entraves no seu fazer pedagógico. Também será feita uma apresentação sobre o Fórum PedTAEs, o qual foi constituído pelos profissionais em foco, objetivando utilizar esse espaço para a realização do projeto interventivo.

2.1 A FORMAÇÃO IDENTITÁRIA DOS PEDAGOGOS E TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS NO BRASIL: ABORDAGEM HISTÓRICA E BASES LEGAIS

Discutir sobre os cargos de Pedagogo e Técnico em Assuntos Educacionais nos Institutos Federais implica, também, rememorar e refletir sobre a formação desses profissionais da educação. Para isso, busco contextualizar historicamente as décadas de 70 a 90 fazendo um panorama dos acontecimentos balizadores desse período.

Na década de 1970, foi implantado no país a Reforma do Ensino Médio de 1º e 2º graus na intenção de universalizar o ensino e aumentar a taxa de retenção do sistema escolar. Institucionaliza-se, nesse período, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), a 5.692/71, cuja característica mais marcante foi tentar dar a formação educacional, um cunho profissionalizante, procurando fazer com que a educação contribuísse, decisivamente, para o aumento da produção brasileira. No entanto, nota-se que o objetivo de transformar o ensino secundário da época, em profissionalizante, era inibir as aspirações para o ensino superior, que deveria continuar sendo das elites.

A Lei de Diretrizes e Bases foi publicada em 11 de agosto de 1971, durante o regime militar sob o governo do então Presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974). Neste período, a política cerceadora e controladora que determinava um modelo econômico excludente no Brasil e reprimia a produção cultural expandiu-se para a educação, tornando-a reprodutora desse modelo ditatorial e intransigente.

Alguns anos antes do golpe, iniciativas educacionais surgiram no debate político. Em 1950 e começo de 1960 ocorreram grandes movimentos para se erradicar o analfabetismo, com a Mobilização Nacional contra o Analfabetismo, a proposta do Plano Nacional de Educação (PNE, em 1963), a oficialização do sistema Paulo Freire de alfabetização (1964), a proposta do Plano Nacional de Educação (PNE, em 1963), o Movimento de Cultura Popular (MCP) e o Centro Popular de Cultura (CPC), este último criado pela União Nacional dos Estudantes- UNE.

Contudo, essas iniciativas foram extintas pela administração política do regime militar que focava o crescimento econômico, deixando a margem às reformas sociais. O sistema educacional passa por inúmeras mudanças. Exemplo do modelo opressor foi a lei nº 4.464, que coloca na ilegalidade as entidades estudantis.

A lei nº 5.692/71 substituiu a lei de Diretrizes e bases (LDB) de 1961. Percebe-se nesta reforma a intenção de qualificar alunos para o mercado de trabalho. As escolas voltaram-se ainda mais ao aprimoramento técnico e a maximização de resultados. Ou seja, A ênfase na educação profissional tornou-se prioridade, pois, o mercado de trabalho carecia de mão de obra especializada e técnicos de nível médio. Nesta época, a transformação do ensino secundário para profissionalizante foi o marco para a desativação da Escola Normal, ou seja, esta foi substituída pelo curso de Habilitação para o Magistério. Esta habilitação passou a ser reservada aos alunos que, por não terem bom desempenho, conseqüentemente não conseguiam vagas nas outras habilitações que possibilitariam a entrada para o ensino superior, na época, denominado terceiro grau. Ou seja, seu objetivo era dar ao nível médio, uma terminalidade profissional, de modo a atenuar as pressões exercidas pelos estudantes que não conseguiam ser aprovados nos vestibulares. Os que precisassem trabalhar abandonariam as escolas ao concluir o secundário, já que possuíam uma especialização e poderiam enfrentar o mercado de trabalho.

O governo do general João Baptista Figueiredo colocou um fim na tendência profissionalizante do ensino do 2º grau, hoje, ensino médio, ficando este, em sua particularidade, conturbado, como se encontra até o presente momento. Houve o esvaziamento do conteúdo educacional das escolas secundárias, levando a níveis extremamente altos de ineficiência, pois o ensino de segundo grau nem formava, nem garantia o acesso à universidade.

Para os que não haviam estudado, ou que a faixa etária havia ultrapassado os quatorze anos, foi criado o Mobral, programa de alfabetização de adultos, no ano de 1967, mas executado a partir da década de 1970, com a pretensão de erradicar o analfabetismo. Com bases no método de Paulo Freire, entretanto de forma distorcida, pois, esse método, era contra a lei vigente. Fracassou porque o ensino era rudimentar, isto é, não visava à conscientização do indivíduo no processo de inserção na sociedade, mas sim para prepará-lo para uma função na sociedade.

A educação na década de 1970 não teve como prioridade uma educação que visasse o capital humano para desempenhar o papel de cidadão ativo na sociedade em que está inserido,

com as competências para transformar sua realidade. Por conseguinte, deixou sequelas as quais estamos vivenciando atualmente, ou seja, uma escola que não propicia educação de qualidade para todos, apenas para classes mais favorecidas.

A pedagogia estava calcada mais em técnicas do que em propósitos com fins abertos e discutíveis, nos fazendo refletir que a ausência de uma educação consciente e de qualidade não permite que o ser humano aperfeiçoe suas qualidades, nem o transforma em sujeito ativo de sua própria história.

Manteve-se a exclusão, que já existia, e continua existindo até os nossos dias, no sentido de tolher degraus mais elevados intelectual, social e politicamente. E não atingiu o objetivo proposto, pois não houve investimento adequado para que o ensino profissionalizante surtisse resultados positivos.

As reformas educacionais ocorridas na Ditadura Militar progressivamente retiraram os direitos sociais, e em uma parcela considerável de alguns setores, a chance de alguns ascenderem socialmente ficou distante. Resta-nos, como reflexão, o fato de que, após tantos séculos de evolução cultural, desenvolvimento tecnológico, globalização, pouco se contribuiu para que houvesse uma educação voltada para a qualificação do ser humano em sua íntegra.

No final da década de 1970 e início de 1981, a Educação sinaliza preocupação com as questões sociais, estabelecendo maior atenção às classes populares com pouco acesso ao ensino. Nessa época, o país ainda sofre as consequências da censura, instaurada a partir do golpe de 1964.

Na contramão da ideologia política de acúmulo do capital para a classe elitista, muitos movimentos estudantis e sociais ganham força e destaque na tentativa de mudar o quadro hegemônico, em busca do retorno à democracia.

Neste período ocorreram significativas manifestações estudantis em defesa da democracia política brasileira. No campo educacional, como apontam Rigotto e Souza (2005), destaca-se o avanço desordenado do ensino superior e o conseqüente dismantelamento das universidades públicas e incentivo para a privatização do ensino superior. “O número das instituições públicas de ensino superior estagnou entre 1970 e 2004, enquanto o número de instituições privadas cresceu 314% nesses 34 anos.” (RIGOTTO; SOUZA, 2005, p. 346).

Os anos 80 são marcados pela luta política contra hegemônica, que resistia à ideia de fazer da Educação mais um setor privilegiado do mercado internacional. É nesse período que o Brasil vivencia o processo de elaboração da Constituição de 1988, contemplando na carta

Constitucional a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. A Constituição de 1988 marca importantes conquistas por movimentos sociais que se fazem ouvir e tem suas reivindicações contempladas. Nesse sentido, a Educação reafirma-se como direito de todos os cidadãos no texto constitucional.

Ao situar nosso olhar sobre a década de 1990, percebemos que esse período foi marcado por uma desmobilização generalizada da população, referente às lutas sociais construída nos anos 1980 (GOHN, 2001; JESUS; TORRES, 2009). Tal sentimento de resignação das massas populacionais foi de grande reforço para a instauração de uma política educacional voltada para o capital monopolista. Como indicam Jesus e Torres (2009, p. 136):

Diante da enorme dívida social que representa a falência do sistema educacional brasileiro, não podemos ingenuamente aceitar o novo senso comum da retórica neoliberal, segundo a qual a educação deve sair da esfera das políticas públicas (incompetentes) e inserir-se na lógica (eficiente) do mercado, adotando os padrões produtivistas e empresariais da qualidade total, para assim, cumprir sua moderna função de formar cidadãos-consumidores competitivos e empreendedores.

Com o governo Fernando Henrique Cardoso, nos anos 1990, o plano privatizante da Educação encontrou força e incentivos (BORGES, 2005). Houve ainda grande contribuição de setores da burguesia e da mídia nacional, através de propagandas tais como "Amigos da Escola" e "Adote um Aluno", do programa Comunidade Solidária, "que buscavam imputar à sociedade civil a responsabilidade para com a educação, enquanto esta é, na verdade, uma responsabilidade constitucional do Estado." (BORGES, 2005, p. 22-23). As grandes empresas passam a interferir na organização da educação pública através de parcerias intermediadas com organizações não governamentais (ONGs), fundações e grupos técnicos. Desta forma, o poder público acolheu e facilitou a influência empresarial no setor educacional, como também comungou com a sua ideologia intensificando a desigualdade social. As empresas privadas obtinham mais lucro, pois ficavam isentas de pagarem impostos e ainda recebiam financiamento público. Isso contribuiu para reprodução do pensamento capitalista.

Essa lógica educacional mercantil atrelada, sobretudo aos aspectos econômicos da sociedade, valoriza uma formação alheia aos graves problemas sociais e é consolidada pela demanda definida pelo mercado e seus agentes reguladores.

Em 2000, o mundo passa por um processo crescente na globalização com avanços tecnológicos dominando as atenções, reforçando o desenvolvimento social fundamentado no crescimento econômico. Nesse contexto, há uma invasão de empresas privadas que não

somente financiam como fiscalizam de perto os rumos dos debates educacionais. Sem contar a grande influência do Banco Mundial sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), tendo como grandes patrocinadores setores da mesma: a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), a UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e o próprio Banco Mundial.

A História está aí para mostrar a trajetória da educação brasileira revelando os avanços e retrocessos de cada período. A análise de Ribeiro (1990, p. 15) é bastante pertinente a esta questão quando nos diz:

A história mostra que a educação escolar no Brasil nunca foi considerada como prioridade nacional: ela serviu apenas a uma determinada camada social, em detrimento das outras camadas da sociedade que permaneceram iletradas e sem acesso à escola. Mesmo com a evolução histórico-econômica do país (...); mesmo tendo, ao longo de cinco séculos de história, passado de uma economia agrária-comercial-exportadora para uma economia baseada na industrialização e no desenvolvimento tecnológico; mesmo com as oscilações políticas e revoluções por que passou, o Brasil não priorizou a educação em seus investimentos político-sociais e a estrutura educacional permaneceu substancialmente inalterada até nossos dias, continuando a agir como transmissora da ideologia das elites e atendendo de forma mais ou menos satisfatória apenas a uma pequena parcela da sociedade.

Buscando situar os profissionais Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais nesse contexto histórico, percebe-se que, no cenário escolar, o pedagogo precede a do Técnico em Assuntos Educacionais (TAE). Começarei então, a discorrer sobre ele. Em determinados momentos, o pedagogo escolar teve papel marcado pela inspeção, monitoria, checagem e repressão aos trabalhos docentes, com o objetivo de fazer cumprir a grade curricular, numa relação autoritária e de reprodução.

O perfil de supervisão apresenta mudanças no final do século XIX e início de século XX, especificamente nas décadas de 70 e 90, pois passava de simples inspeção para um trabalho mais cooperativo e democrático. Sobre essa transição, Medina (2002, p.46), ressalta:

O supervisor abdica de exercer poder e controle sobre o trabalho do professor e assume uma posição de problematizador do desempenho docente, isto é, assume com o professor uma atitude de indagar, comparar, responder, opinar, duvidar, questionar, apreciar e desnudar situações de ensino, em geral e, em especial, as da classe regida pelo professor.

Convém destacar que esses profissionais vivem hoje momentos de constantes transformações e mudanças que ocorrem em todo o mundo, e com grande velocidade. É um momento compreendido como pós-moderno. Desta forma, há de se considerar a

reestruturação de paradigma¹ e uma nova configuração dos educadores, com ações renovadas, compartilhadas, de apoio, de orientação, buscando qualificar a ação pedagógica no contexto escolar.

Entende-se que todos os movimentos do fazer pedagógico estão inter-relacionados à prática docente. De modo bem sintético, pode-se afirmar que o sentido fundamental da existência de uma equipe pedagógica nos Campi, é o de formação continuada de professores e, conseqüentemente, de reflexão de todo trabalho pedagógico para reverberações positivas na qualidade das atividades desenvolvidas pelos professores e alunos. André (2016, p.31) contribui com esse entendimento quando aponta que:

O formador de professores é um profissional que em geral assume, na escola, a função de coordenação pedagógica, tornando-se um dos responsáveis pela implementação do projeto político pedagógico, pela formação contínua dos professores e pelo bom andamento das atividades educativas.

O meu curso de Pedagogia, que seria o espaço mais indicado para o conhecimento sobre as atribuições desse profissional, ofereceu pouca contribuição para uma atuação eficaz na rotina de trabalho na instituição. Muitas discussões expõem as contradições e fragilidades sobre esse segmento. No entanto, em minha experiência no Instituto Capibaribe, escola do Recife, pude na *práxis* diárias, consolidar uma concepção de educação libertadora, transformadora e democrática.

Considerando as funções assumidas pelos profissionais em questão nos campi do IF Sertão-PE, percebemos que a formação docente, que deveria estar no centro das atribuições desses articuladores, é postergada pela falta de tempo e planejamento, e por demandas diversas que desviam os Pedagogos das suas funções. Mais uma vez André (2016) vem sugerir que esses profissionais passem a atuar de forma a oportunizar nos docentes a prática reflexiva, em situações do cotidiano escolar, e sejam capazes, nesse cotidiano, de atuar numa concepção teórica-crítica.

Na prática, o fato das demandas do próprio sistema de educação, dos gestores, dos alunos e pais serem diversas, contribuem para o distanciamento ou mesmo deslocamento da função original desses profissionais que fazem parte da equipe pedagógica das instituições.

¹ Paradigma: neste caso, significa conhecimento, estudo científico, princípio, teoria que se torna referência, modelos que, por algum período, orienta novas pesquisas objetivando a busca de soluções para os problemas educacionais.

Em uma escola, é grande a frequência de demandas urgentes e, para cumpri-las, esses profissionais ficam incumbidos de executar as mais diferentes tarefas.

A ausência de formação específica e de clareza sobre as responsabilidades de cada um ajuda a acentuar a superposição de tarefas dos Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais. Em alguns momentos da prática, as atribuições são para os dois cargos; em outras nenhum a efetua e, assim, busca-se formação teórica e prática no acontecer do processo pedagógico de forma assistemática e descontínua.

O Técnico em Assuntos Educacionais, como categoria funcional, foi criado pelo Plano de Cargos e Salários (PCC) sob a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, que estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais (BRASIL, 1970).

A respeito do ingresso no cargo, no Decreto nº 72.493, de 1º de julho de 1973, em seu Art. 10, parágrafo único, alínea g, registra que o ingresso será feito por concurso público e para o cargo de TAE será exigido diploma de bacharel em Pedagogia ou dos cursos superiores de Psicologia, Filosofia, Ciências Sociais e Educação Física (BRASIL, 1973).

O Decreto nº 76.640, de 19 de novembro de 1975, alterou a redação da alínea g, parágrafo único, Art. 10 do Decreto No 72.493, de 1º de julho de 1973, estabelecendo como requisito para ingresso no cargo diploma de curso superior (BRASIL, 1975).

Verifica-se uma improcedência em relação ao ingresso no cargo, por ser exigida formação superior em qualquer área, enquanto o Técnico em Assuntos Educacionais tem em suas atribuições as especificidades de um profissional especialista em educação. O surgimento desses especialistas se deu a partir da reforma universitária, que fragmentou o curso de Pedagogia. Compreende-se com isso, que os cargos de Pedagogos e Técnicos em Assuntos educacionais se esbarram desde a origem dos TAEs, causando empobrecimento dos dois segmentos.

A incoerência na definição do TAE está presente também em outros instrumentos oficiais. Em 1979, o documento intitulado “Considerações sobre a situação atual dos Técnicos em Assuntos Educacionais no MEC” (BRASIL, 1979), demonstra a falta de clareza do papel do TAE, de sua função, acarretando, conforme revelam estudos da época, desânimo e desvalorização nos profissionais.

Na década seguinte, o Decreto No 94.664, de 23 de julho de 1987, aprovou um novo plano de carreira, denominado Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e

Empregos (PUCRCE), de que trata a Lei No 7.596, de 10 de abril de 1987 (BRASIL, 1987a, 1987b).

Atualmente, o Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, é regido pela Lei No 11.091, de 12 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005).

Acrescenta-se, na história do cargo de Peds, a discussão sobre a formação do pedagogo. A alternância entre bacharelado e licenciatura (debate já vencido, pois atualmente o curso é apenas de licenciatura) contribuiu para certa imprecisão que suscitou discussões sobre o papel desse profissional, ou seja, se professor ou cientista da educação. A indistinção quanto ao campo da Pedagogia repercutiu de forma negativa na construção da identidade desse profissional e percebe-se que, até os dias atuais, a confusão de papéis desses cargos ainda se faz presente. Ou seja, desde o primeiro decreto-lei 1190/39, que regulamentou o Curso de Pedagogia no Brasil está presente a dicotomia em nossa formação: professor *versus* especialistas, generalista *versus* especialista, técnico em educação *versus* professor.

2.1.1 Um olhar sobre as identidades profissionais dos pedagogos e técnicos em assuntos educacionais

Diante do tema pesquisado, a necessidade de compreender melhor sobre o tema identidade me foi suscitada objetivando perceber as práticas singulares e coletivas que são desencadeadas nos processos sociais e, sobretudo, analisar esse processo de construção das identidades dos profissionais em estudo, já que os considero num tempo prolongado de crise.

Encontro em Rubem Alves, inspiração para iniciar a discussão sobre identidade quando faz uma analogia sobre jequitibás e eucaliptos com educadores e professores, respectivamente:

Há árvores que têm personalidade e os antigos acreditavam mesmo que possuíam uma alma. É aquela árvore, diferente de todas, que sentiu coisas que ninguém mais sentiu. Há outras que são absolutamente idênticas umas às outras, que podem ser substituídas com rapidez e sem problemas. Eu diria que os educadores são como as velhas árvores. Possuem uma fase, um nome, uma 'história' a ser contada. Habitam um mundo em que o que vale é a relação que os liga aos alunos, sendo que cada aluno é uma 'entidade' *sui generis*, portador de um nome, também de uma 'história', sofrendo tristezas e alimentando esperanças. (ALVES, 2006, p.13).

Somos sujeitos constituídos por histórias, experiências, sensações e por isso, únicos e com identidade própria. Eucaliptos/professores, são transmissores de conhecimentos, são ligeiramente descartáveis. Entendo que estamos tratando aqui, de profissionais educadores/jequitibás, que possuem um enredo, desejos, limitações, experiências de vida e acontecimentos que marcaram sua história.

O estudo sobre identidade envolve diversos níveis de investigação. De modo geral, dois níveis são citados sobre essa temática: o pessoal e o social. Concisamente, a identidade pessoal relaciona-se com a construção individual do conceito de si, enquanto a identidade social está ligada ao conceito de si a partir da vinculação da pessoa a grupos sociais. Em estudos organizacionais o tema se alarga também para identidade de trabalho e identidade organizacional. Todas elas embasadas no comportamento de indivíduos e de grupos, decorrentes de uma construção psicológica. A ideia de construção da identidade é uma tensão que faz parte do acontecer humano e se pauta na diferença.

De acordo com Machado (2003, p.53), “toda identidade é processo em construção, definido pela intermediação constante das identidades assumidas e das identidades visadas”. Segunda a autora, essa distância existente entre tais tipos de identidades é exatamente o espaço de conformação do eu, ou seja, da construção da identidade. É sob esse espaço que as interações sociais se processam e ocorrerá a participação dos outros na construção da própria identidade. Ou seja, a construção da identidade se dá a partir do equilíbrio daquilo que se é e do que os outros esperam que sejamos. Portanto, o outro estará sempre presente na construção do autoconceito e por isso mesmo, todas as práticas de socialização constituem as identidades. E, conseqüentemente, essas identidades são renovadas e configuram-se pelo dinamismo e multiplicidade. Por ser ininterrupta, o indivíduo procura referências, exemplos, parâmetros, modelos até conseguir um equilíbrio entre a sua interioridade e a sua exterioridade, que equivale a sua individualidade. Porém, essa interioridade nunca será completa.

As atividades de trabalho “dão um sentido à existência individual e organizam a vida de coletivos” (DUBAR, 2012, p.354). Como essa afirmação, o autor julga o trabalho como um dos movimentos relevantes de construção e de reconhecimento de si, pois permitem àquele identificar-se com o trabalho e ser reconhecido por ele.

Consigo compreender, a partir dessas informações, as inquietações que senti, logo que assumi o meu cargo de pedagoga. Encontrava-me, no momento, a deriva, precisando de um norte, de orientações para me auxiliarem a desempenhar com qualidade a função recém-ocupada. Ou seja, necessitava de espaços de interações com os demais pedagogos, para que

entre nós, pudéssemos construir nossa identidade. E, mesmo decorrendo quatro anos, com as experiências, construções, trocas e desconstruções que sofri, ainda continuo buscando uma maior delimitação das minhas incumbências. Essa crise de identidade profissional ainda me persegue.

Sobre crise identitária, Dubar (2011, p.182) relata que:

A identidade tem sempre duas faces: aquela que é atribuída pelo outro e aquela que é reivindicada por si mesmo. A partir do momento em que essas duas faces da identidade não coincidem, ou não coincidem mais, há uma crise.

A crise surge diante da determinação de uma identidade que não é desejada ou mesmo pela rejeição de uma identidade reivindicada. Tal crise dar-se por questionamentos da relação de si mesmo com os outros e consigo mesmo. Ou seja, é uma crise subjetiva de não reconhecimento, de negação identitária e marcam um período, uma população e um tipo de vínculo social.

A identidade social é a percepção que o sujeito tem de se, por fazer parte de um grupo. É um transcurso contínuo de evolução, que se dá através de semelhanças e oposições. Há nesta identidade uma representação social construída pela coletividade que tem consciência da sua unidade pela diferenciação dos outros.

Todo indivíduo é motivado a ser no mundo e a pertencer a grupos sociais, pois essa construção de identidade é necessariamente relacional e comparativa. O sentimento de pertencimento, como também sua autopercepção num grupo traz ao indivíduo maior segurança subjetiva e um significado emocional através dos vínculos formados. Circula, na construção da identidade social, experiências e características comuns nas interações entre os membros. E, concomitantemente ao processo de construção da identidade social, acontece a construção da identidade pessoal, pois através da consciência grupal o sujeito busca sua própria singularidade e valorização. Os sujeitos normalmente fazem parte de vários grupos, com diferentes finalidades, ocorrendo assim categorizações de si em distintos momentos. As categorizações se dão, a exemplo pela etnia, classe social, identidade sexual, entre outras.

É através do exercício de papéis e os tipos de relacionamentos que as identidades vão sendo construídas e desconstruídas. Há de se considerar então, as consequências que uma profissão, seu exercício, seus afazeres, exercem sobre a conformação das identidades. Poder, hierarquias, autonomia são aspectos que se coadunam e são diretamente relacionados ao

autoconceito no trabalho e, conseqüentemente, a construção de identidades e através dos tipos de socialização e integração compartilhadas entre os membros.

A identidade no trabalho, para Machado(2003,p.05):

[...] constitui, dessa forma, componente importante no processo motivacional, que concorre também para a construção de uma autoestima positiva. Conseqüentemente, não só a realização do trabalho, mas também a esfera social organizacional é positivamente afetada, podendo resultar em formas de trabalho mais criativas, que contribuem para integrar a subjetividade, a socialização e o trabalho.

Ao mesmo tempo, o inverso constitui em desmotivação, mecanização e até mesmo o abandono do trabalho, dependendo dos acontecimentos, resultados, impactos causados pelos vínculos. Sabe-se que, quanto maior for a identificação com o trabalho e a organização que faz parte, maior será a cooperação e compromisso entre os membros.

Conclui-se, com as palavras de Machado (2003, p.07) que:

[...] realizar e pertencer são condições para que os processos de identificação sejam desencadeados e gerem estímulos, novas descobertas e maneiras de realizar as atividades, transformando o espaço organizacional em importante palco para potenciação das existências. Desse modo, o grupo, o trabalho e a organização passam a constituir as bases centrais de representação do eu para o indivíduo. Por último, é importante salientar que, quanto maior o reconhecimento do indivíduo em todos os âmbitos, ou seja, no trabalho realizado, no grupo ou na organização à qual o indivíduo está vinculado, maior é a força desses elementos na construção do conceito de si. Do ponto de vista organizacional, isso implica um ambiente de trabalho favorável, no qual seus integrantes manifestam autonomia e segurança na realização de suas tarefas.

Seria, pois, através de movimentos de reflexão das práticas, analisando a ações presentes e redimensionando-as, num permanente diálogo entre os profissionais, que o pertencimento, a autonomia e os processos de identificação surgiriam e possibilitariam um sentido maior para nós, enquanto servidores.

Ainda sobre trabalho, Saviani (2007, p. 154) frisa:

Ora, o ato de agir sobre a natureza transformando-a em função das necessidades humanas é o que conhecemos com o nome de trabalho. Podemos, pois, dizer que a essência do homem é o trabalho. A essência humana não é, então, dada ao homem; não é uma dádiva divina ou natural; não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens. O que o homem é, é-o pelo trabalho. A essência do homem é um feito humano. É um trabalho que se desenvolve, se aprofunda e se complexifica ao longo do tempo: é um processo histórico.

Como se observa, o homem evolui a partir do trabalho e assim, modifica o meio como também, a si mesmo.

3 PEDAGOGOS E TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS NO IF SERTÃO-PE: SOBREPOSIÇÕES E SIMILITUDES

O IF Sertão-PE, conta, em seu quadro de servidores, com 18 Pedagogos e 16 Técnicos em Assuntos Educacionais. Há uma predominância de profissionais do sexo feminino, pois apenas 04 pedagogos e 03 TAEs são do sexo masculino. São 04 pedagogos e 02 TAEs que estão há mais de quinze anos no cargo, 10 pedagogos que estão no cargo entre dez e quinze anos e 04 há apenas cinco anos.

Como os requisitos para ingresso no cargo de TAE exigem formação em nível superior em Pedagogia ou licenciaturas, 08 deles são pedagogos e os demais são formados em cursos de licenciatura.

Figura 1 – Infográfico do perfil dos servidores do IF Sertão-PE



Fonte: Elaborado pela autora.

É certo afirmar que os cargos são melhores desempenhados quando suas respectivas funções estão bem determinadas e demarcadas. E, com essa premissa, surge a necessidade de aprofundar estudos relativos aos Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais que compõem o IF Sertão-PE, com vistas a um melhor delineamento das atribuições de cada cargo.

No IF Sertão-PE, os que ocupam os cargos de Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais, ambos de nível superior, caracterizam-se por desenvolverem o assessoramento nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Considerando os documentos que norteiam os cargos de Ped e TAEs, foi feita uma análise do Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC de 28 de novembro de 2005, que trata da descrição dos cargos técnico-administrativos em educação que foram autorizados pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão para concurso público. O Pedagogo tem sua descrição sumária apresentada dessa forma:

Implementar a execução, avaliar e coordenar a (re) construção do projeto pedagógico; viabilizar o trabalho pedagógico coletivo e facilitar o processo comunicativo da comunidade escolar. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. (BRASIL, 2005, p. 48).

Quanto à descrição sumária do Técnico em Assuntos Educacionais, no mesmo Ofício Circular, encontramos:

Coordenar as atividades de ensino, planejamento e orientação, supervisionando e avaliando estas atividades, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. (BRASIL, 2005, p. 50).

As atividades típicas do cargo de pedagogo são: estudar medidas que visem melhorar os processos pedagógicos, inclusive na educação infantil; participar da elaboração de instrumentos específicos de orientação pedagógica e educacional; organizar as atividades individuais e coletivas das crianças em idade pré-escolar; elaborar manuais de orientação, catálogos de técnicas pedagógicas; participar do processo de recrutamento, seleção, ingresso e qualificação de servidores e discentes na instituição; elaborar e desenvolver projetos de ensino-pesquisa-extensão; utilizar recursos de informática; executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

Nota-se que duas das descrições contidas no ofício não correspondem ao que se exerce, pois, as atividades inerentes ao Instituto Federal não contemplam as demandas de educação infantil. Outro aspecto que precisa ser evidenciado é que, no cotidiano da instituição, nos processos de seleção dos servidores e discentes, não é garantida a participação dos pedagogos. No transcurso dos trabalhos, docentes indagam como é realizada a seleção dos discentes e, muitas vezes, não há respostas convincentes. Necessita-se da compreensão desse processo e, caso haja a participação do pedagogo, a inserção será oportuna para maior conhecimento e contribuição.

Elaborar manuais de orientação, catálogos de técnicas pedagógicas é outra atividade específica do cargo que está na contramão do que autores que tratam a formação continuada de professores. Saviani (2009), ao fazer uma retrospectiva histórica sobre a formação docente, de 1939 a 1971, afirma que, no curso de pedagogia predominava seu caráter didático, sendo visto apenas como conteúdo e não como consciência da relação teoria e prática. Percebe-se, no entanto, que a proposta de elaborar manuais de técnicas faz-nos pensar que a formação dos docentes se dá a partir da execução de técnicas didáticas, de receitas metodológicas prontas, sem, contudo, partir da reflexão do fazer pedagógico do docente. André (2014, p.2) coloca que Stenhouse foi dos primeiros autores a referendar o professor como pesquisador, pois defendia:

Uma visão do professor não como um técnico que aplicava programas e inovações desenhadas por especialistas, mas como produtor de conhecimentos, um profissional que refletia sobre a prática e fazia mudanças em sua ação, com bases nessas reflexões.

Assim, a atribuição de elaborar manuais opõe-se a visão do professor como autor na elaboração dos conhecimentos escolares e da concomitância entre trabalho e pesquisa.

O cargo de Técnico em Assuntos Educacionais possui, dentre suas atividades, a de planejar, supervisionar, analisar e reformular o processo de ensino aprendizagem, traçando metas, estabelecendo normas, orientando e supervisionando o cumprimento do mesmo e criando ou modificando processos educativos em estreita articulação com os demais componentes do sistema educacional, para proporcionar educação integral aos alunos; elaborar projetos de extensão; realizar trabalhos estatísticos específicos; elaborar apostilas; utilizar recursos de informática e executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional.

Pelo exposto, nota-se que tanto o Pedagogo quanto o Técnico em Assuntos Educacionais desenvolvem atividades de supervisão pedagógica, orientação educacional, planejamento de atividades pedagógicas e educacionais, promoção da relação escola, comunidade escolar e mundo do trabalho. Numa sutil diferença, percebe-se que ao TAE há a incumbência de controle e registros estatísticos de dados educacionais e assessoramento em relação à legislação educacional.

Há uma ressalva referente à atividade de elaboração de apostilas, pois tal expressão está em desuso na educação contemporânea. Igualmente desnecessária é a utilização de recursos de informática, como atribuição específica, porque, atualmente, são muito poucos os

profissionais que não utilizamos dispositivos tecnológicos para desenvolverem suas atividades.

Sabe-se que os dois cargos necessitam estar em consonância com o tripé que compõe a missão do Instituto Federal: ensino, pesquisa e extensão. Mas, diante das diversas responsabilidades que lhes são atribuídas, observa-se que o enfoque dos profissionais fica no ensino. A indissociabilidade entre pesquisa-ensino-extensão na prática pedagógica é de grande importância, e a separação é compreendida apenas como formalidade conceitual. Consideram-se as ações de extensão como fomentadoras de benefícios para o ensino e a pesquisa e vice-versa, e por isso mesmo, necessitam estar interligadas.

A Constituição Federal de 1988 contempla a indissociabilidade no artigo 207 quando expressa que: “as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Com isso, a CF/88 determina uma concepção que exclui as relações dualistas entre essas funções.

Percebe-se que os profissionais, sobretudo os Pedagogos, enfrentam dificuldades para mobilizar ações que favoreçam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e por isso, a fragmentação desses segmentos geram práticas pedagógicas ineficazes. Há, diante dessa situação, um desafio que precisa ser encarado para sua superação. Encontro na fala de Moita e Andrade (2009, p. 269) explicações sobre as consequências dessa fragmentação quando citam:

[...] a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade). Enfim, quando a (com frequência esquecida) articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade.

Reforça-se, com isso, a necessária resignificação das atribuições do profissional Pedagogo que, tendo como atribuição a formação dos docentes, deverá reconhecer que tal formação precisa estar atrelada à vivência do real, ao contexto em que o fazer pedagógico acontece, ou seja, imergir na própria realidade, fundamentando-se na relação dialética entre teoria e prática.

A indissociabilidade constitui-se princípio orientador da qualidade pedagógica, evitando o reducionismo de antigas práticas e permite a substituição da unilateralidade/dualismo pela interação do conhecimento.

A LDB no artigo 43, inciso VII, contempla e reforça a indissociabilidade quando estabelece como uma das finalidades da educação superior “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição”.

Retomando a reflexão sobre as atribuições dos profissionais em estudo, no edital n.º11 de 26 de fevereiro de 2013, que regulamenta um concurso para ingresso nos cargos em questão, é possível perceber que, a missão do pedagogo é introduzida pelo verbo “coordenar”, sendo descrita nos termos que seguem:

PEDAGOGO: Implementar a execução, avaliar e coordenar a (re) construção do projeto pedagógico; viabilizar o trabalho pedagógico coletivo e facilitar o processo comunicativo da comunidade escolar. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS: Coordenar as atividades de ensino, planejamento e orientação, supervisionando e avaliando estas atividades, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2013, p.16)

As descrições dos cargos são muito semelhantes, inclusive algumas atividades são idênticas, além de serem atribuições generalistas que traduzem diversos entendimentos.

3.1 O FÓRUM PedTAEs: NOVOS RUMOS PARA A ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Reflito sobre a minha atuação no cargo de pedagoga desde a minha chegada ao IF Sertão-PE, Campus Floresta, analisando as atribuições do cargo assumido. Nesse processo, tenho indagado sobre o que diz respeito a um Pedagogo, ou seja, suas atribuições, sobre a distinção entre o cargo de Pedagogo e o de Técnico em Assuntos Educacionais, bem como as dificuldades encontradas e os avanços conquistados.

Fui levando essas inquietações para as reuniões em que havia a presença dos demais Pedagogos e dos Técnicos em Assuntos Educacionais (TAEs) e carreguei até então esses questionamentos. Nesse percurso, fui convidada para participar de uma reunião em que se discutia a formação de um grupo para fortalecimento dessas duas categorias profissionais e

realização de estudos continuados. Assim, aconteceu a composição do grupo de pedagogos e técnicos em assuntos educacionais, em 2015, hoje nomeado Fórum PedTAEs (Fórum de Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais). Como o nome do fórum sugere, Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais são os integrantes do grupo.

Aqui, faço uma retrospectiva do Fórum, apresentando o seu surgimento e o desenvolvimento de suas atividades, coletei dados como documentos do fórum: pautas de procedimentos de reuniões, atas, frequência, objetivando traçar todo percurso do grupo.

O Fórum PedTAEs surgiu após reunião realizada em 03 de julho de 2015, na reitoria do Instituto Federal, localizada no município de Petrolina-PE. Estavam presentes 07 TAEs e 08 Ped dos Campi Floresta, Petrolina, Salgueiro, Serra Talhada e Petrolina Zona Rural, e teve como mediadora a professora Marcela Sales, professora da Universidade do Estado da Bahia.

Percebemos, naquele instante, que precisávamos nos fortalecer e tínhamos muitas preocupações e angústias comuns em relação a nossas atribuições. A reunião foi muito rica, suscitando algumas discussões, com destaque para: a indispensável necessidade de pensar quais as funções de cada cargo, através de estudos e aprofundamentos teóricos; a importância de sistematizar as ações do pedagogo e TAE; a tomada do Plano Nacional de Educação como referência; a clareza de que depende da gestão a valorização ou não do Pedagogo; importância de uma agenda permanente e formação de grupos de trabalhos (GT) e a consciência de que não há uma precarização dos pedagogos, há uma negação. Este último tópico, pode ser percebido pelas mudanças no contexto socioeconômico que perpassam as reformas educacionais. Tais reformas, em sua maioria, têm o objetivo inicial de servir ao mercado estabelecendo assim, a ordem e o controle da sociedade. Desta forma, garante-se a supremacia da classe burguesa, pois a educação torna-se primordial nesse processo de conservação das desigualdades sociais.

Ficou evidente, nesse primeiro encontro, que precisaríamos garantir um momento para refletirmos sobre os nossos fazeres pedagógicos, sobre nossas atividades cotidianas. Percebemos a necessidade de sermos mais valorizados pelo Instituto Federal, e um dos passos para o alcance disso seria conhecer e estudar os documentos que respaldam esses cargos, pensar em suas especificidades e, ao mesmo tempo, no coletivo.

No sentido de sistematizar esses encontros, o apoio e a disponibilidade de recursos da pró-reitoria de Ensino, PROEN, para nossas ações enquanto Fórum, seria de grande importância. A necessidade de mobilização para que essas ações se transformassem em

políticas públicas, já que nos consideramos a base do “pensar a educação” no IF Sertão-PE, também foi ressaltada.

Diante do exposto, de forma coletiva e unânime, decidimos de fato criar o fórum que denominamos inicialmente de Fórum Permanente dos Técnicos em Educação. Houve discussão sobre como institucionalizar o Fórum e a proposta foi elaborar uma minuta de regulamentação. O encontro gerou uma pauta enorme de demandas formativas para TAEs e Peds, com sugestões de estudos a serem realizados nos posteriores encontros, quais foram: estudos de documentos oficiais do MEC, CNE, do IF SERTÃO-PE, da resolução nº 06 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e outros documentos norteadores da Educação Profissional, inclusive as Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos que acompanhamos. Temas como o fortalecimento e otimização do Conselho de Classe, Reunião de Pais, Reunião Pedagógica, Plantão Pedagógico e outros assuntos contemporâneos voltados às questões da organicidade pedagógica e legislação da EPT- Educação Profissional e Tecnológica também foram expostos para estudos, sem perder de vista a reelaboração do documento que regulamenta as funções de TAEs e Peds.

Deu-se, então, o pontapé inicial para a efetivação do Fórum, estando explicitamente evidente a boa vontade e intenção de todos para fortalecermos nossa prática. Verificamos que tínhamos muito que estudar! E saímos dali com uma “tarefa de casa” que seria registrar as rotinas de atividades do Pedagogo e do Técnico em Assuntos Educacionais e pesquisar qual o papel desses profissionais em outras Instituições Federais de Ensino.

Figura 2 – Atividade do Fórum PedTAEs



Fonte: Elaborado pela autora.

Continuamos nossos encontros, perseguindo nossas intenções. O segundo Fórum PedTAE ocorreu no dia 31 de julho, no Campus Zona Rural. Muitas ações e temas foram apresentados como sugestão para pôr em prática nos fóruns, como: organizar formulários padrões para o registro das atividades no campus; fazer o registro das nossas rotinas e atendimentos como forma de documentar e respaldar o nosso trabalho; criar um vocabulário “técnico/pedagógico” com o objetivo de se evitar uso de expressões inadequadas em nossos registros; ter um conselho de classe atuante, em todos os Campi, entre outros.

Usamos esse encontro para nos determos em delinear quais seriam as atribuições específicas do Pedagogo e quais seriam as do Técnico em Assuntos Educacionais. O trabalho foi exaustivo e complexo, com muitas discussões que se divergiam, sem que entrássemos em consenso. Percebeu-se que não seria fácil realizarmos nossa tarefa principal, enquanto grupo. Até porque, a cada encontro, estava presente algum TAE ou Ped que não estava presente na reunião passada, que levantava outros questionamentos e reflexões e que nos fazia voltar para pontos já amarrados anteriormente. Estava sempre presente nesses momentos de “retrocesso” a tese de que os dois cargos estão estreitamente ligados e, como tal, ficava difícil e complexo separarmos as atribuições de cada um. Com essa tese, dispensamos muito tempo refletindo e considerando, algumas vezes, quase que impossível atingirmos nosso objetivo. Resolvemos setorizar as atribuições dos cargos em: Atividades de supervisão pedagógica; Atividades de orientação educacional; Planejamento de atividades pedagógicas e educacionais; Atividades

de registro e controle acadêmico; Relação escola - comunidade escolar - mundo do trabalho; Organização e desenvolvimento do Projeto Pedagógico Institucional (PPI); Formação continuada e Processo seletivo.

Foram necessários alguns encontros até chegarmos à conclusão do material, mesmo não sendo consenso, pois sempre faltavam servidores que questionavam o produto final. O documento foi enviado oficialmente à Pró-Reitoria de Ensino que assumiu o compromisso de enviar o arquivo para ser anexado ao Regimento da Instituição.

Ao analisar a minuta elaborada para a regulamentação do Fórum PedTAEs, do qual fiz parte em alguns momentos da sua elaboração, noto que o objetivo inicial e principal não foi contemplado nos objetivos de sua formação. Vejamos o que está contido na minuta do regulamento do Fórum dos Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais do IF Sertão-PE, no capítulo II dos objetivos (Minuta de regulamentação do Fórum dos Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais do IF SERTÃO-PE, 2016, p.1):

Art. 2º – O Fórum dos Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais do IF Sertão-PE tem como objetivos:

I – Debater e discutir meios de oferecer aos envolvidos capacitação e aperfeiçoamento através de oficinas, cursos e encontros com especialistas;

II – Fomentar a organização e criação de grupos de pesquisas para Pedagogos,

Técnicos em Assuntos Educacionais e profissionais afins;

III – Proporcionar espaços para socializar ideias e experiências pertinentes ao contexto pedagógico-educacional Institucional;

IV – Estimular parcerias na área psicossocial de modo a promover acesso ao conhecimento específico da área que possam ser integrados às ações pedagógicas proporcionando a melhoria da qualidade de vida para os profissionais envolvidos;

V – Coordenar, sistematizar e publicizar as contribuições sobre as temáticas relevantes à educação por ocasião de reuniões do Fórum, sessões especiais e outros eventos;

VI – Promover debates sobre as políticas educacionais do IF Sertão-PE sugerindo estratégias para aprimoramento, acompanhamento e avaliação;

VII – Articular e promover debates e análises das questões educacionais do IF Sertão-PE.

Talvez, a ausência do objetivo central da formação do Fórum, que é acerca da diferenciação dos dois cargos, tenha sido proposital por ser considerado objetivo atingido e por estar implícito nos demais objetivos.

No entanto, ao indagar de maneira informal aos componentes do Fórum como o percebiam em relação ao seu objetivo inicial e ao seu alcance, a maioria respondeu que foi parcialmente alcançado. Minha hipótese é que, por não ter havido nova análise e discussões

acerca do documento e não tomarmos conhecimento sobre em qual instância está localizado e o que falta para ser aprovado, é que não consideraram alcançados.

Ao indagar sobre as projeções para os futuros encontros, o presidente do Fórum coloca que as pautas surgem de necessidades apontadas por alguns, de demandas do grupo, necessidades formativas ou outros temas que são postos pela necessidade institucional. Nesse sentido, definiu-se a urgência de se discutir a Reforma do Ensino Médio e a necessidade de Formação Docente na instituição.

Talvez, pelas pautas ficarem indefinidas, os profissionais consideram que muitas das propostas para os encontros não são efetivadas. Percebe-se que há grande demanda de temas para diálogo permanente sobre o trabalho pedagógico na instituição, mas que os encontros não são sistemáticos e, assim, muitas ações que levantamos para os futuros encontros ficam em *standby*. O presidente justifica a não sistematização pontuando que muitos dos Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais estão em programas de pós-graduação *stricto sensu*, e que a contenção de despesas da instituição também contribui para termos, progressivamente, uma frequência menor dos membros nos encontros.

A respeito da sequência de encontros, sugere-se a elaboração de um calendário assegurando encontros contínuos bimestralmente; a expansão das discussões teóricas para as ações a serem implementadas visando à concretude das mesmas; ações voltadas para um melhor relacionamento entre pedagogos e docentes. Segundo o presidente do Fórum, o maior desafio é o de conseguir que os próprios membros do Fórum compareçam às reuniões e participem dos debates. Temos, hoje, 34 Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais, contudo em nenhuma reunião ao menos metade destes estiveram presentes.

São quatro anos de atuação na instituição e, como Pedagoga, ainda não conheço boa parte dos Ped e TAEs do IF Sertão-PE. O presidente expõe a “fragilidade” da nossa categoria no que se refere a união, fortalecimento e ações colaborativas quando declara que há até um certo desvio dos próprios papéis profissionais, por parte dos membros do Fórum, ao ignorarem a importância dos encontros, das discussões, das formações. Acredito que, em certa medida, isso expressa a forma com a qual nos relacionamos com o que fazemos e com a própria instituição.

Nota-se que, para aqueles que estão frequentando, o Fórum tem um papel absolutamente importante no sentido de pôr em diálogo os diferentes sujeitos das equipes pedagógicas. No entanto, alguns entraves devem ser superados a partir do momento em que o trabalho do

Fórum for ganhando visibilidade e ações forem resultando em sucesso. Estamos no processo de constituição e de construção de vínculos para o fortalecimento desse grupo e, para tal, o tempo e a continuidade dos trabalhos são aspectos necessários.

Verificando a minuta do Regimento Interno do Campus, surpreendeu-me constatar que no texto não havia as palavras Pedagogo e Técnico em Assuntos Educacionais. Analisando a parte correspondente ao Setor de Apoio ao Ensino (SAE), no qual esses profissionais estão vinculados, os objetivos e atribuições ali relacionados são especificamente de outro cargo, o de Assistente de Aluno. Vejamos:

Seção VIII

Do Setor de Apoio ao Ensino

Art. 52. O Setor de Apoio ao Ensino – SAE – tem por finalidade atuar como facilitador das atividades administrativas e de trâmite de equipamentos aos docentes.

Art. 53. Ao Setor de Apoio ao Ensino compete:

I - Protocolar retirada e devolução dos controles remotos e de projetor multimídia;

II - alocar e agendar as salas de aula durante o período letivo;

III - entregar materiais de apoio ao docente (pincéis, apagadores, entre outros);

IV - auxiliar as coordenações na elaboração de materiais didáticos; e

V - exercer as demais atribuições inerentes à sua função.

Na ausência dos cargos, conseqüentemente as suas atribuições não estariam contidas na minuta. Questionado sobre esse fato, o presidente da comissão responsável, no Campus, pela elaboração do regimento, sugeriu que elaborássemos um texto redimensionando a finalidade do SAE, acrescentando os Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais e as competências gerais de cada profissional. Informou ainda que o detalhamento das atribuições de cada cargo fica sob a responsabilidade de cada setor, através de elaboração de manuais, o que consta nas disposições gerais da minuta, no artigo 83, § 2º:

Art. 83. Este Regimento poderá ser alterado face às mudanças da legislação e mediante normas superiores vigentes, ou sempre que conveniências didáticas, pedagógicas e administrativas assim o recomendarem.

§ 2º Os setores devem buscar, sempre que couber, elaborar manuais de procedimentos com vistas a melhorar a qualidade dos serviços prestados.

Neste caso, ficando a critério de cada setor, corre-se o risco das atribuições serem mal definidas ou, mesmo, que essa elaboração não aconteça e, desta forma, os cargos permaneçam pouco delimitados.

Nosso entusiasmo de ter um espaço para reflexão, estudo e trocas de experiências sobre a nossa prática pedagógica irradia por todos que participam do grupo (que infelizmente é uma

minoria). Aspiramos e vislumbramos uma série de ações que, inclusive, extrapolam nossas intenções iniciais para a formação do Fórum PedTAE.

Talvez, por isso mesmo, no decorrer dos encontros estamos focando nossa atenção em temas muito pertinentes para a melhoria da nossa atuação, contudo ainda não esgotamos nossas inquietações acerca das semelhanças entre as atribuições dos Pedagogos e Técnico em Assuntos Educacionais.

Algumas proposições que foram levantadas no início do Fórum ainda não foram efetuadas. Sentimos que a operacionalização das ideias tem seus percalços, no entanto o grupo não enfraqueceu.

Faço parte da comissão central do Fórum PedTAE; no entanto, a minha contribuição ainda é muito pequena. A carga maior de trabalho fica sob a responsabilidade do presidente. Nossas rotinas diárias, nos Campi dispersam nosso compromisso com o Fórum, mesmo ciente da relevância desse grupo para a realização diária de seus afazeres. Analisando as falas dos demais profissionais anteriormente citadas, constata-se que falta planejamento, sistematização e continuidade na efetivação dos encontros, e que o interstício entre esses encontros colabora para dispersarmos nosso foco em outras muitas atividades que realizamos em cada Campus. Precisamos de um espaço para planejarmos coletivamente os encontros do Fórum, para que possamos ter estabelecidos temas, metodologias, procedimentos, de forma a montar uma continuidade dos estudos.

Pode-se afirmar que há uma oportunidade histórica se construindo no IF Sertão-PE através do Fórum PedTAEs, visto ser este um ambiente que oportuniza aos Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais fortalecerem suas funções pela via do conhecimento. São momentos formativos para repensar sobre as práticas, dinamizar as experiências e estudar os espaços escolares de forma a contribuir para realizar as atribuições de forma articulada, consciente, delineando os saberes necessários para que nossa função responda efetivamente às tarefas e desafios enfrentados.

4 PERCURSOS METODOLÓGICOS

4.1 CONCEPÇÃO DE PESQUISA QUALITATIVA

Como o foco da pesquisa sobre o prisma do Estudo de Caso é a atuação do Ped e TAE no acontecer da atividade profissional, optei por realizar uma pesquisa qualitativa, já que este tipo de pesquisa “pode [...] dar conta das preocupações dos atores sociais, tais quais elas são vividas no cotidiano.” (POUPART, 2014, p. 130).

André (2013, p.97) colabora para a compreensão do que seja uma pesquisa qualitativa quando diz:

As abordagens qualitativas de pesquisa se fundamentam numa perspectiva que concebe o conhecimento como um processo socialmente construído pelos sujeitos nas suas interações cotidianas, enquanto atuam na realidade, transformando-a e sendo por ela transformados. Assim, o mundo do sujeito, os significados que atribui às produções culturais e suas formas de interações sociais constituem os núcleos centrais de preocupação dos pesquisadores.

Segundo Santos (2018, p.19) a pesquisa qualitativa é compreendida como:

[...] um caminho metodológico que objetiva abordar, interpretar e compreender os fenômenos de forma contextual, relacional e complexa, ou seja, valoriza o mundo da vida dos sujeitos em seus contextos e os considera a partir de compreensões e interpretações oriundas de vários campos e perspectivas.

A pesquisa qualitativa leva em consideração o sujeito e o objeto e pretende fazer uma exposição e elucidação dos significados que tais sujeitos atribuem a determinados eventos.

A princípio, o processo investigativo buscou compreender a trajetória histórica dos profissionais em estudo, no caso, Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais, através de associações com as proposições levantadas sobre o tema. Pesquisei os documentos legais que alicerçam e subsidiam os cargos de Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais para uma investigação minuciosa, sobretudo dos documentos da instituição. A partir desses documentos, analisei como se apresentam os cargos, como se configuram as suas atribuições, em que contexto esses cargos são encontrados, obtendo assim um cenário sobre os cargos no âmbito do IF Sertão-PE.

A descrição pormenorizada do contexto e dos atores envolvidos no cotidiano dos afazeres pedagógicos forneceu informações que, ao se fazerem diários, não são percebidos

nem analisados em profundidade. É a ação interpretada, ao mesmo tempo, pelo pesquisador e pelos sujeitos envolvidos, que vai conferir a qualidade da pesquisa. (POUPART, 2014).

Pelo fato das pesquisas qualitativas considerarem o contexto e acolherem a opinião, visão, perspectiva do sujeito investigado, os dados de análise trazem ao pesquisador um leque de oportunidades para compreensão da realidade estudada. No entanto, precisei de suportes para dar significado aos dados levantados, pois, como declara Martins (2004, p. 293):

O ponto principal que quero enfatizar, no que se refere especificamente à metodologia qualitativa, é que com ela, a pesquisa depende, fundamentalmente, da competência teórica e metodológica do cientista social. Trata-se de um trabalho que só pode ser realizado com o uso da intuição, da imaginação e da experiência do sociólogo.

Tal autor, ao escrever sobre a pesquisa qualitativa, aborda que a realidade não pode ser apenas quantificada e argumenta que em toda realidade estão contidos significados, valores, atitudes, crenças, motivações que correspondem a processos, fenômenos e relações que impossibilitam a mensuração, a operações variáveis. A abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, que é um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas.

Retomando as intenções da pesquisa, quais sejam problematizar, descrever, analisar e compreender melhor a função dos profissionais da educação: Ped e TAEs, a qualidade deve ser priorizada por fornecer informações do contexto em que se encontram tais profissionais, e, no qual a mensuração não tem espaço.

Com o propósito de apresentar o projeto de pesquisa, ouvir e dialogar com a comunidade do campus Floresta sobre o estudo proposta, realizou-se um evento chamado de “Mungunzá de ideias”. A escolha do nome se deu por ser o mungunzá uma comida típica da região que é composta por uma mistura de ingredientes e que remete ao propósito do evento que foi interagir com o grupo para ouvi-los em suas considerações e críticas. Planejou-se para ocasião, atividades em que gestores, docentes, discentes e todos os servidores do campus, envolveram-se e interagiram com as ideias iniciais sobre o projeto. Esses sujeitos forneceram proposições para análise, ajustes, ressignificações e replanejamento de diretrizes para o andamento do projeto. Foi uma ocasião oportuna para colher dados sobre o que e como os sujeitos conhecem os pedagogos e técnicos em assuntos educacionais, de avaliarem os serviços prestados por ambos.

Ainda para coleta de dados sobre o trabalho desenvolvido pelo Pedagogo e pelo Técnico em Assuntos Educacionais usei a observação direta e indireta, no contexto em que estou inserida. Além disso, em momentos de reuniões em outras localidades, para finalidades diversas, em que estiveram presentes os profissionais pesquisados, pude ter uma escuta e um olhar que me permitiu colher dados para a pesquisa. Sobre observação, Gil (2008, p. 100) nos traz contribuições e afirma:

A observação constitui elemento fundamental para a pesquisa. Desde a formulação do problema, passando pela construção de hipóteses, coleta, análise e interpretação dos dados, a observação desempenha papel imprescindível no processo de pesquisa.

Apliquei ainda, um questionário por escrito com questões abertas, a uma amostra de doze profissionais do IF Sertão-PE. Essa quantidade foi estabelecida por considerar inexequível aplicar um questionário aos cem por cento dos profissionais, pois estão distribuídos em sete Campi diferentes e de localizações diversas. Dentre esses doze profissionais existem três profissionais que compõem o IF campus Floresta, três do Campus Santa Maria da Boa Vista, um do campus Salgueiro, um do campus Petrolina, mais um pedagogo presidente do Fórum PedTAEs e uma Técnica em Assuntos Educacionais, que fomentou ainda mais a curiosidade de aprofundamento na pesquisa, pois estava também inserida nesse tema. Dentre os entrevistados, dois são recém-nomeados no instituto, escolhidos na intenção de perceber os anseios e perspectivas desses profissionais e como estavam se sentindo nesse início de atuação. Com isso, houve dados para subsidiar a intenção interventiva que é a institucionalização de uma formação inicial para os Ped e TAEs que adentram e iniciam seus trabalhos na instituição, como também a formação continuada de todos os Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais do IF SERTÃO-PE.

Foi proposto também, aos gestores (2) do Campus Floresta, o preenchimento de questionário, pois entendo que esses sujeitos estão diretamente ligados às ações exercidas pelos profissionais em estudo e oferecem informações importantes para a pesquisa.

Para Gil (2008, p. 121) o questionário pode ser definido como:

[...] a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.

Sobre a construção de questionário, Gil (2008, p.121) informa:

[...] consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas... a construção de um questionário precisa ser reconhecida como um procedimento técnico cuja elaboração requer uma série de cuidados, tais como: constatação de sua eficácia para verificação dos objetivos; determinação da forma e do conteúdo das questões; quantidade e ordenação das questões; construção das alternativas; apresentação do questionário e pré-teste do questionário.

No entanto, não há pesquisa sem a análise dos dados, pois entende-se que esta é cíclica e realizada paralelamente à coleta de dados. Além disso, o processo de análise é sistemático, reflexivo e compreensivo promovendo algum tipo de explicação. A organização desses elementos possibilitou embasamento e material para o tema da pesquisa. Foi um momento de grande exigência no aprofundamento do assunto, pois a interpretação desses dados procurou um sentido mais amplo de respostas, o que tornou necessário fazer um “link”, um cruzamento com outros conhecimentos. Como o questionário continha perguntas abertas, sua vantagem foi que as respostas foram mais ricas, contudo suas análises e interpretações foram mais complexas.

Gil (2008) ressalta a importância do cuidado do pesquisador para descrever os dados adquiridos e sugere caracterizar isoladamente o comportamento de cada indivíduo nas observações realizadas. Segundo este autor, tal descrição viabiliza focar o que é predominantemente típico do grupo pesquisado, apontar também as diferenças dos indivíduos e verificar como eles se apresentam em determinadas situações.

Discussões recentes vêm estabelecendo pontos a serem considerados e alguns critérios para se levar a efeito uma análise qualitativa. André (1983, p.57) propôs uma modalidade que chamou "Análise de Prosa" definida como sendo:

[...] uma forma de investigação do significado dos dados qualitativos onde tópicos e temas vão sendo gerados a partir do exame dos dados e sua contextualização no estudo, sendo preciso que estes tópicos e temas sejam frequentemente vistos, questionados e reformulados, na medida em que a análise se desenvolve, tendo em vista os princípios teóricos e os pressupostos da investigação.

Outro aspecto importante no momento de uma análise qualitativa dos dados coletados é referenciado por Alves e Silva (1992, p. 03) quando apontam que:

O momento de sistematização é pois um movimento constante, em várias direções: das questões para a realidade, desta para a abordagem conceitual, da literatura para os dados, se repetindo e entrecruzando até que a análise atinja pontos de "desenho significativo de um quadro", multifacetado sim, mas passível de visões compreensíveis.

Com todo esse processo qualitativo, considero que as abordagens do Estudo de Caso se coadunam com a pesquisa qualitativa.

4.2 O ESTUDO DE CASO

O estudo de caso foi o método que alicerçou todo processo da pesquisa. Conforme Santos (2018, p.25) o estudo de caso caracteriza-se pelo estudo aprofundado da unidade, seja ela um ambiente, um sujeito ou uma situação. E declara que: “É, então, restringir o olhar sobre o fenômeno específico, particular, sempre buscando observar e considerar o seu contexto”.

Segundo André (2013), o estudo de caso origina-se na sociologia e na antropologia, ao final do século XIX e início do século XX, com a intenção de realçar as características e atributos da vida social. Na Medicina, Psicanálise, Psicologia e Serviço Social objetivavam estudar um caso para fins de diagnose, tratamento e acompanhamento. Na área de Direito, Administração e Medicina foram e ainda é utilizado como recurso didático.

O estudo de caso na educação surge nas décadas 1960 e 1970 em manuais de metodologia de pesquisa, com um sentido muito restrito e limitado, pois era considerado um estudo descritivo de uma unidade, ou seja, de uma escola, um grupo de alunos, um professor, e eram tidos como experimentais e menos científicos, originando muitas distorções. As abordagens de estudo de caso são retomadas na década de 80, com um sentido mais amplo, qual seja, segundo André (2013, p.97) o de “[...] focalizar um fenômeno particular, levando em conta seu contexto e suas múltiplas dimensões. Valoriza-se o aspecto unitário, mas ressalta-se a necessidade da análise situada e em profundidade.”.

No estudo de caso, os conhecimentos são mais concretos e contextualizados permitindo ao leitor sua interpretação. Para André (2013, p. 97), “Estudos de caso podem ser usados em avaliação ou pesquisa educacional para descrever e analisar uma unidade social, considerando suas múltiplas dimensões e sua dinâmica natural”.

Santos (2018, p. 25) acrescenta que:

Esse tipo de pesquisa qualitativa preocupa-se em focar nas múltiplas e complexas dimensões de um fenômeno particular, analisando-o em profundidade, descrevendo os detalhes, retratando e “costurando” os seus aspectos diversos.

No estudo de caso o conhecimento é concebido como um processo socialmente construído pelos sujeitos em decorrência das suas interações cotidianas, enquanto atuam na realidade transformando-a e, ao mesmo tempo, sendo por ela transformados. Desta forma, a vida dos sujeitos, os significados que eles dão às suas experiências diárias, suas formas de interagir socialmente, são aspectos de grande relevância para os pesquisadores. Pressupõe, com isso, que se a visão da realidade é construída pelos sujeitos, vivenciada em diversos ambientes: trabalho, família, lazer através das interações sociais, torna-se fundamental que o pesquisador esteja inserido ou bem próximo a essas situações.

Para André (2005), não é a atribuição de um nome, uma tipificação que irá definir o rigor metodológico de uma pesquisa, mas sim a explicação dos passos seguidos na realização da pesquisa, a descrição clara e pormenorizada do caminho percorrido para o alcance dos objetivos, com a justificativa de cada opção feita. Ou seja, deverão ser tomadas as devidas precauções na escolha dos sujeitos, dos procedimentos de coleta e análise dos dados, na elaboração e validade dos instrumentos e no tratamento dos dados.

Ao expor seus pontos de vista, o pesquisador necessita dar oportunidade ao leitor de julgar suas atitudes e valores. É através desse processo que a ética surge como ponto relevante na pesquisa.

Na abordagem metodológica do Estudo de Caso, os processos de análise e interpretação foram sistematizados. A contextualização do campus que atuo, as observações diretas e indiretas, a análise pormenorizada dos questionários respondidos pelos profissionais, foram base para a compreensão do objeto de estudo.

4.3 PESQUISA DE INTERVENÇÃO: PROXIMIDADE ENTRE TEORIA E PRÁTICA

Além da definição da concepção de Pesquisa Qualitativa e do método Estudo de Caso, a Pesquisa de Intervenção é o terceiro elemento que compõe a 'bricolagem metodológica' deste estudo, atendendo assim um dos critérios básicos do trabalho de pesquisa no Mestrado Profissional ora realizado.

Assim, a pesquisa de intervenção aqui defendida, diferencia-se das demais, pois tem o intuito de planejar e efetivar interferências objetivando produzir mudanças, melhorias, avanços nos processos do fazer pedagógico dos sujeitos que dela participam. Ou seja, essa pesquisa tem um caráter aplicado, pois subsidia decisões, melhorias ou avaliações

educacionais, contribuindo para soluções de problemas. Com ela, diminui-se o distanciamento entre teoria e prática, entre produções acadêmicas e o fazer pedagógico que acontecem no âmbito escolar, possibilitando um possível impacto neste ambiente.

A pesquisa intervenção é dinâmica, viva, pois é aplicada fundamentalmente com pessoas, para essas pessoas, estudando sobre elas. Envolvimento é palavra indispensável para o cumprimento de uma ação interventiva. Segundo Rocha e Aguiar (2003, p.72):

Na pesquisa-intervenção, a relação pesquisador/ objeto pesquisado é dinâmica e determinará os próprios caminhos da pesquisa, sendo uma produção do grupo envolvido. Pesquisa é, assim, ação, construção, transformação coletiva, análise das forças sócio-históricas e políticas que atuam nas situações e das próprias implicações, inclusive dos referenciais de análise. É um modo de intervenção, na medida em que recorta o cotidiano em suas tarefas, em sua funcionalidade, em sua pragmática – variáveis imprescindíveis à manutenção do campo de trabalho que se configura como eficiente e produtivo no paradigma do mundo moderno.

Buscando desconstruir paradigmas já cristalizados em relação aos Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais, profissionais centrais desta pesquisa, buscamos novamente o respaldo de Rocha e Aguiar (2003, p. 71), que afirma:

Como prática desnaturalizadora, o que inclui a própria instituição da análise e da pesquisa, as estratégias de intervenção terão como alvo a rede de poder e o jogo de interesses que se fazem presentes no campo da investigação, colocando em análise os efeitos das práticas no cotidiano institucional, desconstruindo territórios e facultando a criação de novas práticas.

4.4 O ESTUDO DE CASO SOBRE O IF SERTÃO-PE CAMPUS FLORESTA: O CAMPO E OS SUJEITOS DA PESQUISA

O espaço onde acontece a pesquisa é o Campus Floresta do IF Sertão-PE, cujo cenário será descrito a seguir, como forma de ampliar o conhecimento acerca do contexto em que se inserem os Pedagogos e os Técnicos em Assuntos Educacionais.

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, IF SERTÃO-PE surge em decorrente do plano de expansão da Rede Federal de Ensino, o qual deu origem à criação dos Institutos Federais, por meio da Lei nº 11.892/2008. É uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas

práticas pedagógicas, que visa melhorar a ação sistêmica da educação, interiorizar e socializar o conhecimento, popularizar a ciência e a tecnologia, desenvolvendo os arranjos produtivos sociais e culturais locais, com foco na redução das desigualdades sociais inter e intra-regional. Os institutos surgiram a partir do aproveitamento do potencial instalado nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Técnicas Federais, Escolas Agrotécnicas Federais e Escolas vinculadas às Universidades Federais, que aderiram ao modelo de Instituto Federal em resposta à Chamada Pública MEC/SETEC nº 002/2007, enviando propostas conjuntas em cada Unidade da Federação.

A concretização da natureza multicampi permite uma ampliação do raio de atuação do IF Sertão-PE, cuja missão deve extrapolar as bases territoriais, de modo a “promover o desenvolvimento regional sustentável, como foco na ciência e na tecnologia, por meio do ensino, pesquisa e extensão, formando pessoas capazes de transformar a sociedade”².

Assim, a inserção regional que deve ser promovida pelo IF Sertão-PE toma forma, a princípio, através de sete Campi, quais sejam: Campus Petrolina, do qual se originou o IF Sertão-PE, Campus Petrolina Zona Rural, Campus Floresta, Campus Salgueiro, Campus Ouricuri, Campus Santa Maria da Boa Vista e Campus Serra Talhada, todos recebendo a denominação da cidade em que estão instalados.

A distribuição geográfica dos Campi pode ser visualizada no mapa a seguir.

Figura 3 – Cenário do IF Sertão-PE



Fonte: www.ifsertao-pe.edu.br

²<http://www.ifsertao-pe.edu.br/index.php/a-instituicao/acesso-a-informacao/704-historico>

O IF Sertão-PE, atendendo o disposto na Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, manteve a proposta de integração e verticalização das diversas modalidades e níveis de ensino, no âmbito de sua atuação acadêmica. Dessa forma, existe uma diversificação na oferta de cursos, de maneira a possibilitar uma formação profissional, tanto de nível técnico quanto de nível superior, para os cidadãos que buscam um exercício profissional no mundo do trabalho. Assim, o IF atua nas seguintes áreas: Educação Profissional técnica de nível médio, Educação Superior, além da Formação Inicial e Continuada. Atualmente, o IF Sertão-PE oferta os dois níveis de ensino: Educação Básica e Superior.

O Campus Floresta do IF SERTÃO - PE está localizado na Microrregião de Itaparica, que é banhada pelo Rio São Francisco em grande parte do seu território, e ao longo do rio, intensa atividade agrícola é praticada. A microrregião é formada pelos municípios de Belém do São Francisco, Carnaubeira da Penha, Floresta, Jatobá, Petrolândia, Tacaratu e Itacuruba, com uma população total de 134.212 habitantes.

O IF SERTÃO-PE Campus Floresta é composto, por 53 professores efetivos e 06 professores substitutos, perfazendo um total de 59 professores, dos quais 38 são da área propedêutica, ou seja, professores da formação geral que são responsáveis por disciplinas das diversas áreas. E 21 professores são das áreas técnicas, isto é, ministram disciplinas identificadas como profissionais. A tabela abaixo apresenta a formação profissional e o número de licenciados e de bacharéis.

Quadro 1 – Docentes

EFETIVOS	NÍVEL DE CAPACITAÇÃO		BACHARELADO	LICENCIATURA
	GRADUAÇÃO	01	01	-
ESPECIALIZAÇÃO	16	07	09	
MESTRADO	26	16	10	
DOUTORADO	10	07	03	
SUBSTITUTOS	GRADUAÇÃO	02	01	01
	ESPECIALIZAÇÃO	01	-	01
	MESTRADO	02	02	-
	DOUTORADO	01	01	-
TOTAL GERAL	59	35	24	

Fonte: Elaborado pela autora.

O fato de termos, no quadro docente, um percentual considerável de professores não licenciados coloca em evidência a necessidade de uma ação sistemática, por parte do Campus,

voltada para a formação pedagógica desses servidores. O atendimento a essa demanda passa, inevitavelmente, pela atuação do pedagogo, o que não vem ocorrendo, ratificando o distanciamento entre as atribuições desse profissional e o fazer pedagógico.

Quanto aos servidores Técnico-Administrativos, no que se refere a formação acadêmica, observamos a mesma deficiência em termos de licenciatura, como se vê no quadro.

Quadro 2– Técnicos Administrativos

TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS	NÍVEL DE CAPACITAÇÃO		BACHARELADO	LICENCIATURA
	Ensino Médio	06	-	-
Graduação	20	17	03	
Especialização	17	07	10	
Mestrado	03	02	01	
Doutorado	-	-	-	
TOTAL GERAL	46	26	14	

Fonte: Elaborado pela autora.

Ressalta-se que 21 desses servidores estão vinculados diretamente à Direção de Ensino, distribuídos no Setor de Apoio ao Ensino (SAE), Biblioteca, Secretaria e Setor Multidisciplinar em Saúde. Nesse grupo estão profissionais que, embora de forma indireta, lidam com o processo de ensino e aprendizagem, ou seja, atuam junto a professores e alunos, daí a preocupação com uma formação pedagógica para dar subsídios a suas atividades. Os cargos de Ped e TAE não integram a carreira do magistério, dificultando o processo de constituição identitária dos membros da equipe pedagógica. Ou seja, são considerados cargos técnicos administrativos em educação, como tantos outros, como administrador, analista de tecnologia da informação, auditor, contador, enfermeiro, dentre outros. Para levantar essa problemática, reporto ao conceito de pedagógico, que segundo Libâneo (2005, p. 142) assim considera:

A Pedagogia assume, precisamente, essa tarefa de orientar a prática educativa de modo consciente, intencional, sistemático, para finalidades sociais e políticas cunhadas a partir de interesses concretos no seio da práxis social, ou seja, de acordo com exigências concretas postas à humanidade num determinado contexto histórico-social. Junto a isso, formula e desenvolve condições metodológicas para viabilizar a atividade educativa.

Embora não seja o foco da pesquisa, ressalto que essa inclusão dos cargos de Ped e TAEs como técnicos administrativos, contribui para a desvalorização e indefinição do lugar desses profissionais nos institutos federais.

O corpo discente do Campus Floresta é composto por 624 alunos, estando distribuídos, em termos de modalidades de ensino, da seguinte forma:

Quadro 3 – Discentes por modalidade de ensino

CAMPUS	MODALIDADE				TOTAL
	E.M.I. ³	Subsequente ⁴	PROEJA ⁵	Superior ⁶	
Floresta	291	92	5	236	624

Fonte: Elaborado pela autora.

Percebe-se, uma maior procura pelos cursos técnicos na modalidade Médio Integrado o que pode ser explicado pelo fato de a cidade de Floresta dispor de poucas opções de escolas de ensino médio, sendo o Campus Floresta a instituição que se destaca nessa modalidade de ensino. Também é importante destacar que há uma proximidade entre o número de alunos do Médio Integrado e Superior, o que se explica, também, pela inexistência de instituição pública de ensino superior na cidade e na região de abrangência do IF Sertão-PE Campus Floresta.

Em relação aos quantitativos de alunos por cursos ofertados em cada modalidade de ensino, têm-se as seguintes estatísticas:

Quadro 4 – Discentes por cursos ofertados pelo IF SERTÃO-PE, Campus Floresta, em cada modalidade de ensino

MODALIDADE	CURSO	
EMI	Téc. em Agropecuária	187
	Téc. em Informática	104
SUBSEQUENTE	Téc. em Agropecuária	58
SUBSEQUENTE (EAD)	Téc. em Logística	17
	Téc. em Manutenção e Suporte em Informática	10
	Téc. em Informática	4
	Téc. em Agricultura	3
PROEJA	Téc. em Agroindústria	5
SUPERIOR	Gestão de Téc. da Informação	136
	Licenciatura em Química	100
TOTAL		624

Fonte: Elaborado pela autora.

³ Curso Técnico de Nível Médio Integrado em Agropecuária e Informática.

⁴ Curso Subsequente, destinado a alunos que já concluíram o ensino médio.

⁵ Curso de Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos em Agroindústria.

⁶ Licenciatura em Química e Gestão da Tecnologia da Educação (GTI).

Os dados acima apontam para certa preferência pelo Curso Técnico em Agropecuária em Floresta, principalmente na modalidade presencial, o que, à primeira vista, sinaliza uma sintonia com a vocação do município para o setor agropecuário. No entanto, é importante destacar que a cada ano são ofertadas duas turmas do referido curso, enquanto o Curso técnico em Informática abre vagas para apenas uma.

É neste cenário multifacetado que estão inseridos o Pedagogo e o Técnico em Assuntos Educacionais, cuja atuação é tomada como foco de pesquisa e intervenção, com o intuito de firmar uma identidade mais definida para fortalecer suas atuações no Campus.

5 TECENDO CONVERSAS SOBRE OS DADOS COLETADOS

Retomarei aqui, os percursos feitos para a coleta de dados, e antecipo que algumas ações planejadas inicialmente, não puderam ser realizadas. O Fórum PedTAEs, que seria um canal de significativa importância para um apanhado de informações, ou seja, para promover discussões acerca das atribuições dos profissionais envolvidos, discutir os impasses e avanços relativos ao trabalho realizado nos campi, perceber as angústias, sucessos, incertezas e preocupações do cotidiano desses profissionais, dentre outras possibilidades de dados objetivando uma pesquisa consistente e aprofundada, infelizmente não pode ser usufruído pela ausência de reunião. O Fórum está paralisado devido à falta de recursos financeiros.

Enfatizo aqui, que a ausência desse espaço comprometeu o apurado da pesquisa e me lançou um desafio maior de encontrar outras estratégias que possibilitassem a aquisição das informações. Assim sendo, pesquisei documentos externos e internos à instituição que, nesses últimos me auxiliaram a compreender como se apresentam os cargos estudados, busquei explorar a observação no meu cotidiano de trabalho, analisando e refletindo sobre o fazer diário das profissionais com a qual compartilho atividades educacionais, conversei com profissionais de outros campi via e-mail e telefone, como também aproveitei momentos de reuniões em que pude pensar sobre o tema estudado. Esses percursos possibilitaram conhecer melhor os envolvidos na pesquisa e ainda perceber ações realizadas pelos mesmos no seu campo de atuação superando assim, a ausência dos encontros no Fórum PedTAEs.

Para discorrer sobre os dados coletados, iniciarei fazendo uma breve apresentação do contexto em que atuo. Inserida na pesquisa, ou seja, estando contida no objeto da pesquisa, e em alguns momentos, não conseguindo um distanciamento intelectual, percebi instabilidades nas relações entre os colegas TAEs que compõem o SAE no campus Floresta. Na medida em que buscava diferenciar nossas atribuições, através de conversas e análises dos nossos afazeres, percebia-me caindo no erro do antagonismo, e por consequência, refletindo num trabalho individualizado e solitário. Esse movimento de inconstância esteve presente, me desestabilizando nos propósitos iniciais da pesquisa e me fazendo refletir se seriam eles, realmente necessários e relevantes para que os Ped e TAEs cumprissem com melhor qualidade suas funções. Entendi meus limites e minhas ambivalências, me vi num cenário complexo. Ainda assim, mantive a idealização que, somente definindo melhor os papéis de cada função, poderíamos trabalhar com mais eficiência e qualidade.

Constatai que nos inserimos em atribuições que já estão postas e continuamos reproduzindo ações que estão impregnadas, há muito tempo, na prática dos Ped e TAEs, dando sequência a uma miscelânea de atuações que muitas vezes extrapolam o pedagógico.

Percebi que cada integrante do setor está engajado em temas pertinentes no que diz respeito ao pedagógico. No entanto, cada um de forma isolado, realizando seu trabalho. Exemplo disso é a inclusão em comissões para variados fins, que nos exige, além dos estudos, a participação em reuniões em localidades diversas, exigindo com isso, deslocamentos. São comissões muito relevantes para o processo educacional, mas que são operacionalizadas como um recorte e, conseqüentemente, resultando algumas vezes, em documentos controversos. Atualmente, participo da comissão para elaboração de regulamento para o Conselho de Classe e da Comissão de Permanência e Êxito dos Alunos. A outra Pedagoga está presente na comissão do Processo Seletivo, da Semana de Ciência e Tecnologia e do Comitê Científico. Uma das Técnicas em Assuntos Educacionais faz parte da comissão para Reelaboração das Organizações Didáticas, do Plano de Desenvolvimento Institucional, Comissão Interna de Supervisão do Plano de Cargos e Carreiras dos Técnicos Administrativos em Educação. A outra TAE compõe a comissão de Permanência e Êxito dos Alunos. Algumas dessas comissões são permanentes. Destaco que são comissões importantes para todo o funcionamento da instituição, no entanto, falta-nos planejamento para reunirmos e compartilharmos cada trabalho, estudarmos em conjunto, atuarmos coletivamente.

No tocante aos horários de cada profissional do SAE- Setor de Apoio ao Ensino nota-se que não há momento em que coincida a presença de todas, o que dificulta o desenvolvimento de trabalho mais integrado. No entanto, conseguimos alguns artifícios que possibilitam encontros de curta duração, mas que colaboram para um melhor engajamento e comunicação do SAE.

A boa comunicação entre os setores ainda é um obstáculo a ser superado. Observo que a ausência de divulgação e esclarecimentos sobre as realizações do campus, de modo geral, gera “ruídos” nas informações e um estado de não pertencimento à instituição, por alguns servidores do campus.

Além desse fato, o SAE que é um setor responsável pelo processo pedagógico, não se sente com autonomia para atuar de forma mais inovadora e criativa. Talvez por, em muitas ocasiões, não ser envolvido em ações de natureza pedagógica, deliberadas por instâncias superiores ou pelas coordenações de curso.

Diante dessas observações introdutórias, apresento abaixo a análise dos dados coletados através de questionário online com questões abertas, aplicado aos doze profissionais do IF Sertão-PE, via Google Drive. Dentre esses doze profissionais, três compõem o IF campus Floresta, servidoras com as quais trabalho em parceria. Três do Campus Santa Maria da Boa Vista, um do campus Salgueiro, um do campus Petrolina, além do um pedagogo presidente do Fórum PedTAEs e a Técnica em Assuntos Educacionais que aguçou a minha curiosidade sobre o tema pesquisado. Enfatizo que todos os profissionais convidados responderam o questionário.

Vale ressaltar que, para o processo de análise textual, no sentido de resguardar a identificação dos entrevistados, foram atribuídos códigos. Desta forma, buscarei narrar suas respostas de forma reflexiva e investigativa identificando cada entrevistado por número e, em seguida, as letras P para Pedagogos, T para Técnicos em Assuntos Educacionais e G para os Gestores (chefe do departamento de ensino e diretor(a) geral). Reafirmando que são cinco Pedagogos, cinco Técnicos em Assuntos Educacionais e dois Gestores. Esses últimos, servidores do campus Floresta.

Os dados coletados foram organizados por blocos de assuntos na perspectiva de estruturar e deixar mais claras as informações obtidas.

5.1 PERCEPÇÃO, SIGNIFICADO E SENTIDO DOS PED E TAES SOB O OLHAR DOS DOCENTES E DISCENTES

O evento “Mungunzá de Ideias” foi uma ocasião necessária e rica tanto para apresentar as intenções da pesquisa como para entender como os Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais estavam sendo percebidos pelos docentes e discentes do IF Sertão-PE, campus Floresta. Constatei, através de um formulário preenchido pelos alunos que, cerca de metade deles, não sabiam discernir os profissionais dos cargos que ocupavam. No entanto, demonstraram conhecer o SAE- Setor de Apoio ao Ensino e saber quais as funcionárias que compunham o setor. A grande maioria sabia nomear quais eram as pedagogas do campus e sugeriram ações para que contribuíssemos com o sucesso das suas aprendizagens. Tais sugestões se referiam a aulas mais dinâmicas e motivadoras, propostas que insinua carências nas práticas docentes a respeito de metodologias diversificadas, de recursos didáticos inovadores e, conseqüentemente, refletindo nas fragilidades da formação pedagógica dos professores, incumbência que é responsabilidade do pedagogo.

Os professores participaram ativamente das discussões referentes à pesquisa, expuseram a importância do delineamento de atribuições e ratificaram que a distinção nos encargos desses profissionais para eles, até aquele momento, não existia. Inclusive, percebeu-se que grande parte dos professores se referia a todas as integrantes do SAE, como pedagogas.

Na aplicação do questionário, a primeira pergunta tinha como objetivo compreender os processos formativos em que o IF Sertão oportunizava para os profissionais recém-admitidos. Desta forma, indagava sobre a chegada desses profissionais ao Instituto Federal do Sertão Pernambucano e inquiria se, naquele momento, eles teriam sido contemplados com alguma formação inicial que lhes auxiliasse na efetivação das suas atribuições. Foi unânime a negativa de qualquer formação que pudesse orientá-los no processo de entrada na instituição. Ressalto que, os entrevistados foram admitidos entre os anos de 2008 a 2017. Ou seja, durante esses anos o IF Sertão-PE não possui ações, estratégias ou política que contemple a formação inicial de Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais.

A formação de educadores é um tema antigo e objeto de preocupação nas pesquisas educacionais. São diferentes interesses e perspectivas envolvidos, pois além de educadores há órgãos, inclusive internacionais como o Banco Mundial, que influenciam nas políticas públicas com objetivos diferentes ao propósito educacional. Contudo, todos concordam sobre a importância dos processos formativos para mudanças no sistema educativo.

Exponho, na Lei nº 11.091, referente ao Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (PCCTAE), no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, presente no capítulo III, artigo IV, o conceito de cargo como “o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que são cometidas a um servidor”. Apresento o capítulo V, referente às formas de desenvolvimento no qual descreve:

Art. 10. O desenvolvimento do servidor na carreira dar-se-á, exclusivamente, pela mudança de nível de capacitação e de padrão de vencimento mediante, respectivamente, Progressão por Capacitação Profissional ou Progressão por Mérito Profissional. (BRASIL, 2005).

Analisando como os processos formativos estão contemplados, nota-se que a Progressão por Capacitação profissional, apresentado no parágrafo 1º decorre:

[...] da obtenção pelo servidor de certificação em Programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida, respeitado o interstício de 18 (dezoito) meses, nos termos da tabela constante do Anexo III desta Lei. (BRASIL, 2005).

Há nesse sentido, intenções de estimular o servidor a buscar sua formação. No entanto, na prática, o que ocorre muitas vezes é a realização de algum curso aligeirado que pouco acrescenta ao desenvolvimento do profissional. Ou seja, na maioria das vezes, são realizados cursos ofertados para um público geral, não correspondente ao contexto real da prática do servidor. Referindo-me aos cargos dos Ped e TAEs, a oferta de cursos não se destina a discussões voltadas especificamente para os mesmos.

O(A) Entrevistado(a) 1T externou sua insatisfação pela ausência de formação quando pontuou:

Para mim, essa ausência de formação inicial foi uma grande frustração, pois cheguei à instituição com expectativas de uma acolhida em que, minimamente, fossem apresentadas as atribuições do cargo mais especificamente.

Ao expressar a necessidade de que fossem explanadas suas atribuições, o(a) entrevistado(a) 1T evidencia que é imperativo a todos os servidores recém admitidos, uma formação inicial que lhes garantam orientações básicas para sua jornada de trabalho.

O Entrevistado 3P reforça a ausência de processos formativos ao declarar:

Infelizmente, nem quando assumi nem durante esses anos em exercício, não houve qualquer formação inicial destinada especificamente para a atuação do pedagogo.

É na formação inicial e continuada que os profissionais da educação, através da reflexão da prática, poderão (re)pensar suas ações através de referenciais teóricos que possam subsidiá-los no seu cotidiano. E para isso, os processos de formação inicial devem compor uma política pública, implicando assim no comprometimento do Estado e na definição de recursos capazes de assegurar o desenvolvimento de estratégias formativas que não dependam dos governantes e gestores.

Nóvoa (2009, p.10) declara que:

Muitos programas de formação contínua têm-se revelado inúteis, servindo apenas para complicar um cotidiano docente já de si fortemente exigente. É necessário recusar o consumismo de cursos, seminários e ações que caracteriza o atual “mercado da formação” sempre alimentado por um sentimento de “desatualização” dos professores.

O autor nos direciona a refletir que o processo formativo é um direito dos educadores, que lhes favorecem a valorização profissional. No entanto, as ofertas de “pacotes” prontos de cursos, com propostas fechadas, não atendem ao real sentido de uma formação que pressupõe reflexões sobre a prática e o constante movimento de (des)construção e reconstrução de

concepções acerca do fazer pedagógico. A formação é uma das dimensões importantes para a materialização de uma política para os profissionais da educação e deve oportunizar a ampliação da discussão de fundamentos e estratégias pedagógicas de forma coletiva, contextualizada e interdisciplinar vinculadas aos espaços de trabalho.

Vale ressaltar que alguns cursos de pedagogia não possibilitam o aprofundamento nas questões referentes à oferta de Educação Profissional Científica e Tecnológica (EPCT), exigindo, aos profissionais que adentram nos IFs, a busca por conhecimentos acerca dessa especificidade.

Com a finalidade de saber a respeito da formação continuada, foi indagando aos entrevistados se, no decorrer dos anos que trabalham como Ped e TAE no IF Sertão-PE, participaram de formação profissional continuada. Todos os entrevistados afirmaram que não tiveram nenhum momento para formação continuada. Os(as) 1P e o 4P responderam que as formações que obtiveram foram investimentos feitos por conta própria. A maioria cita que participou de alguns eventos pedagógicos pontuais, mas que não considera como formação continuada.

A segunda pergunta objetivava saber se os profissionais tinham clareza das suas atribuições e, se conseguiam diferenciá-las entre as dos pedagogos e dos técnicos em assuntos educacionais. E mais, solicitava aos entrevistados que expusessem quais seriam as suas atribuições.

Considerando que esta segunda pergunta norteia grande parte das inquietações iniciais que deram suporte ao surgimento da pesquisa, optei por escrever, na íntegra, as respostas da questão e não correr o risco de suprimir algum aspecto citado pelos sujeitos entrevistados. Tentarei analisar as falas dos sujeitos da pesquisa, buscando resposta para a inquietação inicial que deu origem a pesquisa, qual seja: compreender como Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais, a partir das semelhanças existentes nas respectivas atribuições, percebem os limites e possibilidades na atuação profissional, analisando assim as consequências dessas similitudes na atuação desses profissionais.

Quadro 5 – Respostas à 2ª pergunta do questionário

ENTREVISTADO	RESPOSTAS
1P	Sim. Minhas atribuições giram em torno das questões eminente pedagógicas* e que dizem respeito às relações do processo de ensino e aprendizagem, além do que está em torno disso e que lhe afeta

	diretamente* .
2P	Nem sempre. Atuar na coordenação das atividades educacionais favorecendo o bom andamento das mesmas.
3P	Não são claras as atividades do pedagogo. As atribuições são muito comuns aos dois cargos e a instituição não dispõe de documento que especifique as competências em caráter mais aproximado da realidade. Os documentos em que nos baseamos são muito genéricos.
4P	Sim* . Mas acho que as atribuições dos dois cargos são quase iguais* ou, no mínimo, muito complementares. Essas atribuições estão no ofício circular nº 015/2005/CGGP/SSA/SE/MEC, de 28 de novembro de 2005.
5P	Algumas atribuições são claras outras assemelham-se* com as dos Técnicos de Assuntos Educacionais. Atribuição como: Acompanhar os discentes nas questões de aprendizagem; Realizar Reuniões / Encontros Pedagógicos com os docentes; Conduzir as reuniões com pais de alunos; Conversar com os alunos para conhecer as dificuldades dos mesmos, e ajudá-los a superá-las; Ajudar o docente quando solicitado, com relação à Prática Pedagógica, Planejamento, Avaliação, etc.
1T	Consigo diferenciá-las; quanto às atribuições, são todas aquelas relacionadas ao trabalho de natureza técnico- educacional que não exigem conhecimentos específicos da pedagogia. Tais atribuições constam no documento elaborado pelos pedagogos e TAE do IF Sertão-PE* .
2T	Embora seja difícil diferenciar as atribuições entre pedagogos e TAE's, hoje, há quase cinco anos atuando na instituição, começo a ter mais clareza* das minhas atribuições, que são inerentes ao cargo, como por exemplo: realizar levantamento de notas e frequência dos alunos, a fim de subsidiar conselhos de classe, é uma tarefa de responsabilidade dos TAE"s.
3T	Algumas* sim, como por exemplo o levantamento de dados sobre frequência, evasão, notas, subsidiando as coordenações de cursos, direção de ensino e outros setores que demandarem esses dados como por exemplo a assistência estudantil.
4T	Realizar o levantamento sobre evasão/rendimento das turmas, buscando estratégias junto ao Ensino para minimizá-las. Estar sempre atualizado com as legislações educacionais.
5T	Algumas são bem parecidas* , digo até que complementares, e nesses casos fica difícil estabelecer um limite ao que compete a cada cargo. No entanto outras funções como por exemplo fazer levantamento de dados de frequência, notas e evasão bem como o lançamento desses dados pelos docentes no SAGE, cumprimento de carga horária, subsidiando as coordenações de cursos, direção de ensino e outros setores que necessitam dessas informações como por exemplo a assistência estudantil, são atribuições bem específicas dos técnicos em assuntos educacionais.

Fonte: Elaborado pela autora. Grifo nosso.

Não irei aqui, retomar a apresentação das atribuições dos cargos contidas no ofício circular nº 015/2005/CGGP/SSA/SE/MEC, de 28 de novembro de 2005, por já estar contida no corpo desta pesquisa. No entanto, tratarei as falas dos entrevistados, buscando discutir alguns pontos necessários para a análise desse documento.

Percebe-se que, dos cinco pedagogos, dois afirmaram que sabem diferenciar as atribuições dos cargos pesquisados. Embora o entrevistado 4P, no decorrer de sua justificativa, declare que as atribuições são iguais, contradizendo assim, a sua resposta. O entrevistado 1P expõe em sua resposta a expressão “*eminente pedagógica*” o que nos leva a refletir sobre o significado, no contexto diário de trabalho dos profissionais, dessa expressão. O que seriam as atribuições eminentemente pedagógicas? Como diferenciá-las das “apenas” pedagógicas? Analiso que em sua resposta, a expressão utilizada não esclarece a diferença entre os cargos. Indago ainda sobre quais seriam as questões que estão “*em torno*” das relações de ensino e de aprendizagem, e se essas fariam parte das atribuições dos TAEs.

Enfatizo que, numa instituição de ensino, são poucas as questões que não correspondem às pedagógicas. Sempre encontro uma relação, um viés, um link que se associa ao pedagógico, mesmo em áreas que muitas vezes estão aparentemente distantes como a financeira, a administração, dentre outras.

O entrevistado 4P pontuou que as atribuições são “*muito complementares*”. Concordo inteiramente com sua declaração e noto que essa complementação é necessária para um trabalho integrado. No entanto, há uma linha tênue de perigo em generalizarmos as atribuições dos cargos, unificando-as.

Como existem os dois cargos, em todos os organogramas dos IFs, compreendo que também há de se considerar a distinção dessas atribuições. De outra forma, não seria necessário a existência desses dois profissionais.

Em resumo, nós, os próprios pedagogos, não conseguimos ter a clareza dessa diferenciação nas atribuições dos cargos, comprovando a indispensabilidade de se oportunizar um estudo aprofundado sobre esses cargos, perpassando por sistematizarmos formações que deem conta dessa problemática. Isto é, existe um entendimento difuso do papel dos cargos Ped e TAE no IF pesquisado.

Nota-se que, dentre os TAEs, apenas o entrevistado 1T expõe saber distinguir essas atribuições e refere-se ao documento que elaboramos no Fórum PedTAEs como parâmetro para essa diferenciação. Vale enfatizar, que a ação de elaborar tal documento se deu pela

necessidade de diferenciar as atividades de cada cargo. Outro sim, busquei indagar a alguns profissionais que fizeram parte da elaboração do documento, se estavam satisfeitos em relação à sua conclusão, e os mesmo não consideraram que o documento estivesse concluso e esclarecido quanto a essas distinções.

Comprova-se, dentre as falas dos TAEs entrevistados, que esses profissionais têm clareza que as demandas educacionais relativas a estatísticas e legislação são suas atribuições específicas.

Partindo para analisar sobre as consequências das similitudes nas atribuições, apenas o pedagogo 2P respondeu que gera dificuldades, ao relatar:

Geram dificuldade, pois por diversas vezes com o quantitativo elevado de demandas para os pedagogos, os TAES acabam fazendo o trabalho do pedagogo e isso gera frustração nesses servidores pois perdem o gosto de trabalhar em virtude de não está vendo sentido no que fazem. Resultando em insatisfação de ambas as partes.

Porém, no relato acima, o pedagogo expressa que os TAEs executam atividades que são específicas dos Ped, demonstrando assim, existir certos desconfortos com essa situação.

Os demais afirmaram não gerar dificuldades, declarando que a equipe pedagógica: *atua de maneira conjunta (3P); ambos fazem as mesmas coisas (4P); como o trabalho é em equipe, acaba que todos se ajudam (5P)*.

Gostaria de atentar que os profissionais justificam as semelhanças nas atribuições por serem incumbências que exigem um trabalho engajado, conjunto, integrado. No entanto, creio que tais características não necessariamente geram ou pressupõem confusões nas atribuições dos cargos.

Na elaboração desta terceira pergunta, escrevi: *Essas semelhanças geram produtividade ou dificuldade no seu cotidiano profissional? Analisando suas respostas, nenhum utilizou a palavra produtividade. A ausência do uso desta palavra induz a pensar que, mesmo o trabalho sendo coletivo, há pouca produtividade ou que a produtividade é insuficiente para um resultado satisfatório.*

Por conseguinte, os pedagogos, ao responderem que não existiam dificuldades em decorrência das semelhanças nas atribuições dos cargos, utilizaram apostos que revelam movimentos de tensões nas colocações. Cito como exemplo o entrevistador 1P que escreve: *como tenho clareza do que é meu papel...* induzindo-me a pensar que os demais não possuem essa clareza. O 3P diz: [...], porém, *desta forma, em algum momento, pode o servidor de*

ambos os cargos, sentir a necessidade de definir a quem compete essa atuação. Ao presumir a necessidade de definir a quem compete as atuações, o entrevistado indica entraves quanto as semelhanças existentes entre os afazeres dos cargos.

O entrevistado 4P manifesta: *“Acho até que politicamente devemos nos unir”*. Ressalto que, nesta pergunta, refiro-me às delimitações de funções. A união dos cargos relativa à politização é mais que necessária, é imprescindível para a valorização profissional, a melhoria salarial, a luta por nossos espaços de direitos. E creio que nos falte esse cunho político por nossa classe de Ped e TAEs.

Quanto às respostas do TAEs, apenas o 1T explicou compreender a diferenciação nas atribuições dos cargos. No entanto, esclarece que executa trabalhos próprios dos pedagogos, ao falar:

[...] o problema é a grande demanda de atividades de responsabilidade do pedagogo e devido à limitação de profissionais, o TAE acaba realizando e não consegue executar suas atividades/atribuições como deve ser.

Mais uma vez, apareceu a situação dos profissionais executarem serviços que são próprios dos pedagogos.

Os demais TAEs declararam que as similitudes entre as atribuições provocam dificuldades em sua atuação. Vejamos abaixo:

As semelhanças, a meu ver, geram improdutividade, uma vez que provocam confusões quanto a tomada de iniciativa na execução das ações. Definir de forma clara é, sem dúvidas, importante para que os trabalhos sejam realizados com mais eficiência e eficácia.(ENTREVISTADO 2T).

Dificultam, pois se trata de atribuições muito semelhantes e acaba por dificultar o estabelecimento de um limite entre o que é do pedagogo e o que é do TAE. (ENTREVISTADO 3T).

Fica complicado! E esse assessorar o ensino é muito amplo. Por não ter um documento que regule as atribuições de cada cargo, acaba que todos fazem as mesmas atividades, e não temos uma identidade, referência para os alunos, docentes, familiares... No setor todos fazem tudo! (ENTREVISTADO 4T).

Dificulta pois não fica claro os limites de atuação de cada um, comprometendo a autonomia e a identidade do cargo, (ENTREVISTADO 5T).

Percebe-se claramente nas falas dos entrevistados, a urgência de uma delimitação nas atribuições dos cargos, pois essa miscelânea resulta em atuações confusas, em ações sem identidade, comprometendo a iniciativa e autonomia dos profissionais pesquisados.

5.2 DIVISÃO DE DEMANDAS DE TRABALHO

Neste bloco, tentei compreender como acontece a divisão das demandas de trabalhos surgidas no cotidiano dos cargos e obtive a conclusão que três Peds e três TAEs têm clareza que a formação docente, o acompanhamento de alunos e o atendimento as famílias, principalmente no que diz respeito às dificuldades de aprendizagem, são da competência do Ped. E que aos TAEs competem a atualização das legislações educacionais, as atividades administrativas de acompanhamento do Sistema de Apoio à Gestão Educacional – SAGE, que é uma ferramenta que permite aos TAEs o acesso às suas informações acadêmicas de maneira detalhada, podendo, a partir dessas informações, fazer levantamentos estatísticos, possibilitando aos Ped elaborarem projetos interventivos através dos dados levantados.

Ressalto que a realização de conselhos de classe, reunião de pais, encontros pedagógicos, citadas pelos TAEs como competência apenas dos Ped, ao meu ver, necessitam de informações complementares referentes aos trabalhos realizados por eles, e que nessas situações, deverá haver a contribuição dos TAEs. A complementaridade do trabalho do TAE sobre o trabalho do Ped neste caso, não acarreta sobreposições de atribuições.

Os outros dois Peds e dois TAEs reforçam e expressam a ideia das demandas serem compartilhadas pelos dois cargos, não existindo divisão de atividades. Exemplo deste pensamento está expresso pelo(a) entrevistado(a) P4 quando declara: “Aqui no campus Petrolina não identificamos uma divisão profunda de atividade (se é que ela existe de fato...)”

O (a) entrevistado(a) 4T diz que:

Nossa equipe é bem unida. Até o momento dividimos e assessoramos uns aos outros. Isso TAE e Pedagogo. Porém sentimos a necessidade de estabelecer perante a Instituição a diferença entre as atribuições.

Nota-se, nesta última fala, o entendimento que a união é prerrogativa para que as demandas sejam compartilhadas sem que haja a necessidade de divisão. Embora ao final da sua fala, o(a) entrevistador(a) ressalte a indispensabilidade da diferenciação de atribuições.

O entrevistado 1P afirma não haver diferenciação entre os trabalhos dos Peds e TAEs no âmbito da Pró-Reitoria de Ensino.

5.3 AMPLITUDE E DIVERSIDADE NAS ATIVIDADES DO PEDAGOGO: REPERCUSSÕES SOB AS ATRIBUIÇÕES INERENTES AO CARGO

Este bloco foi proposto apenas para os pedagogos, pois discorria sobre os seus diversos papéis: supervisor escolar, coordenador, mediador e articulador de ações dos sujeitos da escola, de profissional que acompanha alunos, docentes, familiares. E lançava a indagação de como essas múltiplas atividades refletem nas suas atribuições que são inerentes ao cargo. O(a) entrevistado(a) 1P apresentou duas situações que interferem diretamente na atuação do pedagogo, ao escrever:

1.A insuficiência de servidores, de maneira geral, e especificamente servidores Pedagogos e TAEs, de maneira específica, pois isso leva ao acúmulo de atividades, não havendo diferenciações entre o que é de um e do outro profissional e, 2. Existindo quantidade suficiente de profissionais a divisão dos trabalhos deve ser realizada de forma que, ambos visualizem a atividade fim, que é o êxito do estudante. Após isso, faz-se necessário a divisão das atribuições a partir do entendimento do que é atividade pedagógica e do que é atividade técnico-pedagógica, sendo atribuída ao Pedagogo as primeiras e ao TAE a segunda.

O (a) entrevistado(a) 3P pontuou que:

Em virtude da ausência de documentos que especifiquem as atribuições, por serem desconhecidas pelo próprio pedagogo e pelos demais servidores, muitas atividades são direcionadas ao Setor Pedagógico, ou Pedagogos ou somente aos Técnicos em Assuntos Educacionais.

Percebe-se, nas falas acima, a reiteração da necessidade de delimitar as atribuições dos pedagogos objetivando desenvolverem as suas competências de forma mais consciente e eficaz, pois há uma gama de responsabilidades a serem cumpridas pelo Ped que, por conseguinte, no acontecer diário, geram ações assistemáticas, cumulativas e sobrepostas as ações dos TAEs.

O(a) entrevistado(a) 5P sinalizou em sua fala a importância de organizarmos nossas ações através de um plano, quando aponta: *“É uma questão de Planejamento, mesmo que surjam alguns imprevistos, quando temos um papel a cumprir fica mais fácil a tomada de decisão...”*

Destaco na fala acima, que, ao verbalizar *“quando temos um papel a cumprir”*, o Ped utiliza a expressão *papel* como sinônimo para a identidade do profissional. Identidade esta, que implica na descrição do rol de demandas que somos responsáveis para executar enquanto pedagogos. Com a descrição sumário generalista deste profissional, há possíveis riscos de incorreções em nossa prática.

O(a) mesmo(a) entrevistado(a) aponta o planejamento de ações como uma estratégia importante para a atuação desse profissional. Contudo, há como pré-requisito para isto, termos delineado as competências que nos são pertencentes. Nenhum planejamento será eficazmente executado, se não temos convicção das ações que nos compete.

5.4 AÇÕES INTERVENTIVAS PARA UM MAIOR DELINEAMENTO DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS DO PED E DO TAE

Buscou-se neste bloco coletar, entre os entrevistados, sugestões de planos estratégicos visando um melhor delineamento das atribuições dos cargos Pedagogo e Técnico em Assuntos Educacionais.

Destaco que, dentre os dez(10) profissionais entrevistados que estão nos cargos Ped e TAE, oito(8) expuseram como proposta a promoção de Formação Continuada.

Ao se falar de formação, percebe-se que historicamente a formação continuada é compreendida e consolidada como uma estratégia fundamental para a construção de um novo perfil profissional da educação. Inúmeros são os autores que se debruçam nesse tema, haja vista: Silva e Araújo (2005), Altel (2001), Candau e Lelis (1999), Veiga (1998), Estrela e Gatti (1997), Freire (1996), Pimenta (1995), Nóvoa (1991), entre outros.

Destaco que a formação aqui tratada supõe um espaço de interação entre as dimensões pessoais e profissionais, e é realizada de maneira coletiva e permeada de experiências e reflexões, ações propulsoras de uma contínua análise.

Apontadas com diferentes expressões, quais sejam *2T encontros para estudo*, 3T e 5 T capacitações, no Brasil já recebeu diversos nomes: treinamento, reciclagem, formação em serviço. Canário (2013, p.32) denominou essas diversas expressões de “flutuação terminológica” e ressaltou o emprego impreciso desses termos. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9394/96 são citados vários termos como: capacitação em serviço, formação continuada e capacitação, aperfeiçoamento profissional continuado, educação continuada, educação profissional. Antes da LDB, o histórico da formação continuada remete a reciclagem e a capacitação. A primeira com uma concepção de atualização dos professores em relação aos conhecimentos disciplinares e a segunda como um treinamento em relação ao domínio de técnicas e recursos de ensino.

Porém, o ponto central que reafirmo é que a formação continuada se faz necessária, pois os saberes da experiência se interligam no trabalho cotidiano e no conhecimento do seu meio. Incorporam-se a vivência individual e coletiva sob a forma de habilidades, de saber fazer e saber ser. Por isso afirma-se que é na escola o *locus* de formação continuada, pois é nesse contexto que se aprende, desaprende, reaprende, construindo, desconstruindo e reconstruindo suas lógicas conceituais referentes à educação. E para que esses movimentos aconteçam, Paulo Freire aponta a dialogia, a liberdade, a democracia e a autonomização como aspectos fundamentais no processo educativo. Freire (1997, p. 55) também afirma sobre o nosso inacabamento e incompletude quando diz: “Onde há vida, há inacabamento”. O mesmo autor nos instiga a compreender que os sujeitos se inserem no mundo e que o transforma e para isso, precisam ser críticos e reflexivos, capazes de lutar pela liberdade e pela autonomia contra a opressão e o arbítrio. Com isso, pode-se conceber que os processos formativos serão eficazes quando possibilitar aos sujeitos a transformação do mundo através da reflexão crítica sobre os seus afazeres diários.

Encontro respaldo na fala de Moreira (2002, p.25), ao afirmar:

Para mediar a construção da autonomia e emancipação sócioantropológicas, os profissionais da educação, pelo processo de formação continuada, realizam sua reinvenção e passam por uma metamorfose. Transformam-se, destruindo-se como professores e construindo-se educadores-pesquisadores. Tornam-se, progressivamente, agentes teóricos-práticos, docentes que mediam a formação humana e pesquisadores que investigam sua própria prática e sistematizam os conhecimentos nela produzidos.

Ainda em Freire (1996), há contribuições relevantes e que comungo com o autor, em relação a formação continuada quando fala que ela proporciona e incentiva a apropriação de saberes que levam a uma maior autonomia pois oportuniza a uma prática crítico-reflexiva. Mesmo o teórico referindo-se especificamente a formação de professores, entendo ser pertinente e adequar-se a todos os profissionais da educação, inclusive para Ped e TAEs. Sobre isso, o autor afirma que:

Na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente sobre a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de tal modo concreto que quase se confunde com a prática. O seu “distanciamento” epistemológico da prática, enquanto objeto de sua análise, deve dela “aproximá-lo” ao máximo. (FREIRE, 1996, p. 39).

Em comunhão com a sugestão de formação, as respostas dos entrevistados suscitaram ações formativas respaldadas através do diálogo. Percebe-se, no pensamento de Freire (1996)

que a relação dialógica é expressão da relação teoria-prática que traduz a concretude de uma concepção formadora.

O(a) entrevistador(a) 3P, aponta para a formação continuada e acrescenta a sugestão de um alinhamento dos procedimentos do pedagogo.

A Instituição deveria ter documento próprio com as atribuições dos cargos, organizado através de estudo com os servidores. Além disto, plano de formação continuada, reuniões conjuntas com os servidores inter campi, para alinhar os procedimentos.

Em diferentes ocasiões e contextos, presenciei discussões a respeito de procedimentos que se diferenciavam por demais, nos trabalhos executados pelos Setores de Apoio ao Ensino, entre os campus que compõe o IF Sertão-PE. Constata-se que, ações como por exemplo, a realização do Conselho de Classe, Plantão Pedagógico e outras demandas tipicamente pedagógicas, são decorrentes de movimentos diversos. Entendo que o(a) entrevistado(a) 3P, ao sugerir um alinhamento dos procedimentos, refere-se a termos documentos que sirvam, como parâmetros para a concretização dos trabalhos realizados. Seriam referências que trariam unidade e identidade ao exercício das funções do Ped e TAE.

Sobre esse bloco, usarei as contribuições dos entrevistados para subsidiar-me na proposta do projeto interventivo, exposto no capítulo 6 desta pesquisa.

A valorização como reconhecimento da importância social do trabalho realizado pelos Ped e TAE, está contida neste bloco por ser um desdobramento significativo para compreender os cargos estudados. Assim sendo, os entrevistados foram convidados a pensar quais caminhos devem percorrer para conquistar sua valorização profissional.

A formação continuada foi uma alternativa que esteve presente em grande parte das falas dos entrevistados em paralelo com a qualificação profissional, ambas reforçando a coerência da elaboração de projeto interventivo, focado nos processos formativos dos profissionais ora estudados nessa pesquisa.

Freire (2001, p.259) acredita que a busca por formação deve ser iniciativa do mundo do trabalho que cada educador experiência. E expressa:

Esta atividade exige que sua preparação, sua capacitação, sua formação se tornem processos permanentes. Sua experiência docente, se bem percebida e bem vivida, vai deixando claro que ela requer formação permanente do ensinante [...].

Ao declararem que a formação continuada seria o aspecto central para conquistar a valorização profissional, os Ped e TAEs demonstram a necessidade de consolidação de estudos e aperfeiçoamento profissional objetivando qualidade no trabalho desempenhado. Fica claro na fala do entrevistado 1T quando diz: “cumprir com suas atribuições com qualidade”. E o entrevistado 2T reforça:

Qualificação profissional, como mestrado, doutorado; formação continuada e a solidificação de grupo em âmbito institucional, a fim de fortalecer o diálogo e a troca de saberes e fazeres.

Mais uma vez, encontro na fala dos entrevistados pistas que me levam a concluir que os profissionais pesquisados necessitam de um norte para efetuarem seus afazeres. Tanto o entrevistado 3T quanto o 5T sugerem a realização de pesquisa em outros campi sobre como é executado o trabalho desses profissionais. Vejamos abaixo:

[...] Deve portanto pesquisar em outros campus e instituições como é o trabalho em um TAE [...]

[...] procurar experiência de como é o trabalho em outros institutos [...].

Ao oportunizar que refletissem e avaliassem sobre suas atuações nos cargos a eles pertencentes, encontrei falas que expressam a pouca identidade do pedagogo na instituição. Exemplo disso está no(a) entrevistado(a) 3P, ao declarar:

As atribuições são tão mal definidas que muitas vezes me sinto fazendo tudo e nada ao mesmo tempo. Terminando assumindo responsabilidades que podem não ser inerentes ao cargo, ficando em segundo plano o que realmente deveria ser desenvolvido.

Outro entrevistado 2P, cita problemas enfrentados com relação aos docentes, explicitando:

Geralmente há pouca aceitação por parte dos professores EBTT de alguém para lhes orientar, alguns consideram desnecessário esse papel.

Nota-se que os profissionais expõem entraves que dificultam a qualidade da sua atuação e que perpassa pelo pouco delineamento, ou quase nenhum, a respeito das suas atividades e ações e que, com a qualificação e competência no exercício das suas funções, a valorização do seu papel será restaurada. Percebe-se este fato na expressão do(a) entrevistado(a) 5T:

A princípio eu não tinha ideia das funções do cargo. O único documento que se tinha a respeito dessas funções era muito genérico e eu não via sentido naquelas atribuições. Com o decorrer da prática, com uma gestão mais organizada começaram a surgir demandas e o significado de algumas

funções começaram a ficar mais evidentes. Ainda preciso ter clareza de como se executa determinadas atividades.

Em suas respostas, ficou evidente que, com o decorrer da prática, os profissionais vão adquirindo, através da experimentação, autonomia e confiança. No entanto, essas aquisições são intuitivas, gerando um trabalho pouco científico. A proposta de intervenção que sugiro, buscará resgatar o cunho sistemático de estudos sobre nossa prática diária, alicerçando nossas execuções em pesquisas que resultem em consolidação de atribuições delineadas gerando identidade, pertencimento e valorização dos Ped e TAE no âmbito dos Institutos Federais.

5.5 ENTREVISTAS COM GESTORES

No intuito de analisar e compreender quais são as visões que os gestores do campus Floresta têm em relação aos Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais, é que foi elaborado um questionário específico.

Percebi, através das respostas do(a) Chefe de Departamento de Ensino(1G), uma maior propriedade para discorrer sobre os profissionais pesquisados. No entanto, ainda percebe-se limitações a respeito da distinção das atribuições de cada encargo, fato considerado aceitável, visto que percebe-se tais limitações nos próprios profissionais.

Como primeira pergunta, solicitei aos gestores que definissem o cargo de Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais. No quadro abaixo estão as respostas:

Quadro 6 – Gestores

1G *	Técnicos: profissionais especializados na administração de processos pedagógicos de ensino, focados especialmente nos problemas educacionais, em especial a evasão, rendimento escolar e êxito escolar. Pedagogos: especializado na interface discente, docente e escola com foco na metodologia de ensino e no aprendizado do aluno, gerenciando conflitos diversos correlacionados ao processo ensino aprendizagem.
2G*	São cargos de apoio às atividades de ensino seja na articulação do processo pedagógico seja no planejamento e execução das atividades do processo educativo.

Fonte: Elaborado pela autora

Entre as respostas, vê-se uma maior clareza na compreensão das atribuições pelo (a) entrevistado (a) 1G. Enquanto que o 2G respondeu de forma generalista, mesclando as atribuições, sem distinção.

A 1G, ao expressar a diferenciação entre os cargos, declara: “O TAE está mais voltado ao levantamento e análise das causas de evasão e na conclusão do ensino (êxito)”. Considero que sua resposta restringiu as atribuições dos TAE pois compreendo que são atribuições que perpassam também pelo cumprimento da legislação educacional em todos os documentos da instituição, além de pesquisar, através de levantamento estatístico, sobre diversas possibilidades de estudos educacionais como: egressos, alunos de baixa renda, alunos oriundos de escolas públicas, baixa frequência de alunos, disciplinas que mais reprovam. E a partir desses levantamentos, torná-los dados que sejam transformados em projetos interventivos.

O (a) entrevistado(a) 2G demonstra a fragilidade na definição das atribuições dos pedagogos e técnicos em assuntos educacionais quando revela:

Na minha opinião as atribuições dos cargos se entrelaçam gerando muitas vezes dificuldade da solicitação de apoio as atividades de ensino pelos servidores e discentes.

Na quarta pergunta do questionário, evidencia-se a indistinção entre os cargos quando o (a) entrevistado (a) 2G relata que a atribuição dos técnicos em assuntos educacionais é: auxiliar nos processos educativos desde o planejamento até a supervisão destes proporcionando uma educação integral dos discentes.

Ao analisar os questionários respondidos pelos gestores, observam-se limitações acentuadas em distinguir as atribuições dos profissionais pesquisados, de forma mais acentuada pelo 2G.

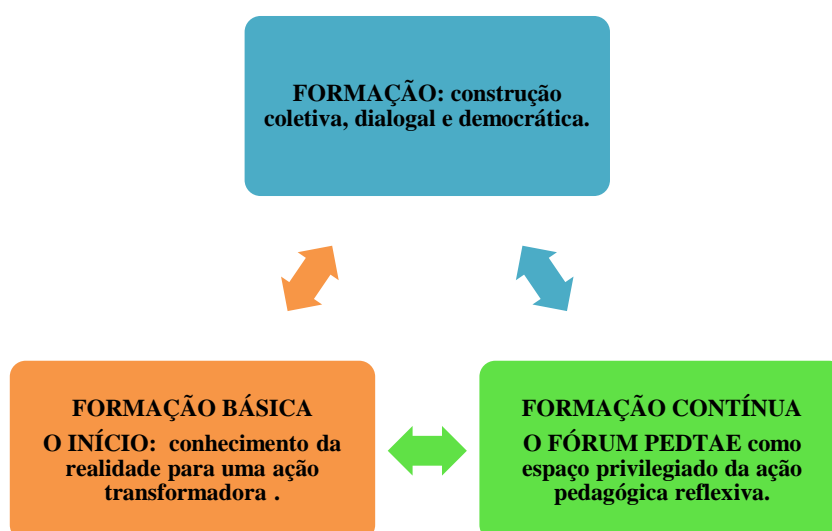
Na quinta pergunta do questionário, indaguei sobre a existência de propostas de formação profissional para os cargos em tela. Em suas respostas, os gestores expuseram escassas e superficiais propostas formativas e nenhuma formação específica para os cargos. Deste modo, concluo que, intervenção através de processos formativos básicos e continuados, são basilares para que os Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais tenham sua identidade reativada e sua valorização priorizada.

6 PROPOSTA INTERVENTIVA

Com o objetivo de consolidar, fortalecer e dar notoriedade à atuação do Ped e do TAE tenho como proposta de intervenção dois grandes focos que sugerirei serem transformados em política pública do IF Sertão-PE. O primeiro será planejar e ofertar Formação Básica para todos os profissionais dos cargos em questão, recém-admitidos no IF Sertão-PE, e o segundo foco será redimensionar os rumos do Fórum PedTAEs para que se torne um espaço de Formação Contínua dos Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais. A proposta está pautada em perspectivas formativas no intuito de promover uma cultura de valorização do Ped e TAE que se traduza no reconhecimento efetivo da qualificação, como processo sem fim.

Considerando que toda formação está associada a projetos de desenvolvimento social e que por isso, está implícita uma opção política a respeito da sociedade que queremos construir, esta proposta compromete-se com o ser humano concebendo-o como balizador das suas decisões. Desse modo, buscando posicionamentos que visem à construção de relações democráticas, impulsionadoras de práticas solidárias e de justiça social. Diante disso, almeja-se que as estratégias formativas contribuam para aprimorar as qualidades da personalidade dos sujeitos dentro de um processo criador de ensino e de aprendizagem.

Figura 4 – Proposta de intervenção



Fonte: Elaborado pela autora.

Partindo do pressuposto que as ações de formação dos servidores Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais devem compor uma política pública, não podendo ser tratadas de modo pontual, marginal e secundariamente, tal como têm registrado os historiadores, a seguir apresento fundamentações sobre o tema.

A formação, como política pública, implica o comprometimento do Estado com a definição de recursos capazes de assegurar o desenvolvimento das estratégias formativas independentemente de políticas de governos, pois esses são temporários.

A respeito de política pública, Souza (2006, p. 24) afirma não existir uma melhor ou única definição e discorre:

Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz.

A autora sintetiza política pública como o campo do conhecimento que pretende colocar o governo em ação, analisando essa ação e propondo mudanças, quando necessário, no curso dessa ação. Os governos formulam suas políticas públicas explanando seus propósitos em programas e ações com o objetivo de transformar o mundo. Apesar de ser um ramo da ciência política, a ela não se resume, pois outras áreas de conhecimento a utilizam para estudos. Por ter um caráter holístico, não precisa de coerência teórica e metodológica, implicando diversos enfoques. Os planos, programas e projetos do Governo, colocados em ação, deverão estar submetidos a acompanhamento e avaliação.

Souza (2006) aborda que o papel dos governos na formulação e implementação de políticas públicas é complexo e tem grandes influências. Tais influências são mais intensas do que afirmam o pluralismo (grupos de interesse predominam), o elitismo (os detentores do poder predominam) e as visões estruturalistas e funcionalistas (determinadas classes sociais preponderam). O Estado possui uma relativa autonomia para implementar as políticas públicas, embora suscetível a influências externas e internas que dependem de muitos fatores e dos diferentes momentos históricos de cada país. As incertezas futuras instauradas pelo contexto político atual deverão impactar na resolução de implantação da proposta de

intervenção que sugiro transformar em política pública. Logo mais a frente, detalho e apresento a proposta.

No governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, as políticas públicas educacionais tomaram força e a Rede Federal de Educação vivenciou grande expansão. Entre 2003 e 2016, o Ministério da Educação construiu mais de 500 novas unidades referentes ao plano de expansão da educação profissional, totalizando 644 Campi em funcionamento. São aproximadamente 38 Institutos Federais presentes em todos os estados, oferecendo cursos de qualificação, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas.

A lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais; pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR; pelos Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ e de Minas Gerais – CEFET-MG; pelas Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e pelo Colégio Pedro II.

Em decorrência da expansão, ampliou-se o número de servidores técnico-administrativos e docentes, exigindo formação específica para atender aos variados cursos, projetos e programas, materializando assim uma das finalidades dos IF:

I – ofertar educação profissional e tecnológica (EPT), em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas a atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional [...](BRASIL, 2008).

Para colaborar no cumprimento dessa finalidade, os institutos federais contam, dentre os técnicos administrativos, com os cargos de Pedagogo (Ped) e Técnico em Assuntos Educacionais (TAE) que são, especificamente, responsáveis pelo trabalho pedagógico. O foco da atuação da equipe pedagógica é a gestão pedagógica do Instituto, o trabalho coletivo, o Projeto Político Pedagógico, acompanhamento pedagógico aos docentes e discentes, atendimento aos familiares dos alunos para conversas, orientações e encaminhamentos, como também o assessoramento pedagógico às atividades de pesquisa e extensão.

O art. 8º da Lei nº 11.091/2005, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, traz como atribuições gerais:

[...] planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades inerentes ao apoio técnico-administrativo ao ensino; (II) planejar, organizar, executar ou avaliar as atividades técnico-administrativas inerentes à pesquisa e à extensão nas Instituições Federais de Ensino; e (III) executar tarefas específicas, utilizando-se de recursos materiais, financeiros e outros de que a Instituição Federal de Ensino disponha, a fim de assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade das atividades de ensino, pesquisa e extensão das Instituições Federais de Ensino. (BRASIL, 2005, p.2).

Desta forma, tanto a formação básica, alinhada a entrada dos profissionais no IF, quanto a formação contínua, através do Fórum PedTAEs, poderão contribuir de fato para a consolidação de atribuições mais delineadas, em que cada profissional tenha clareza de sua função e, conseqüentemente, uma atuação mais fecunda e produtora.

Franco (2008), ao apresentar uma pesquisa sobre a prática de profissionais que lidam diariamente com processos pedagógicos, socializa as constatações de a pedagogia, enquanto ciência da educação, subsidiar a prática pedagógica na escola. A autora declara que:

A análise contextual e crítica das necessidades sentidas pelos coordenadores indicou, entre outros aspectos, a necessária compreensão do papel profissional desses educadores, que, premidos pelas urgências da prática e oprimidos pelas carências de sua formação inicial, encontram-se dilacerados frente aos imediatos afazeres de uma escola que, na maioria das vezes, caminha sem projetos, sem estrutura, apenas improvisando soluções a curto prazo, de forma a sobreviver diante das demandas burocráticas. (FRANCO, 2008, p. 119).

Assim sendo, toda condução dos processos de formação terá situações de reflexão sobre o contexto no qual o profissional está inserido. Tomando esse contexto como o próprio espaço da escola e as vivências cotidianas. Para que isso aconteça, proponho uma intervenção que se desdobra, pelos próprios sujeitos que são o alvo do projeto, em um movimento contínuo.

6.1 MOVIMENTOS FORMATIVOS PARA PEDAGOGOS E TÉCNICOS EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS: UM PROCESSO SEM FIM, UMA POSSÍVEL INTERVENÇÃO

Este projeto deve acontecer no IF Sertão-PE, situado na cidade de Petrolina e presidido por Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais devidamente eleitos entre seus pares e aberta portaria de comissão com membros para tal fim. O projeto tem a intenção de promover duas formações: a Formação Básica para servidores recém-admitidos nos cargos Pedagogo e/ou Técnicos em Assuntos Educacionais pelo IF Sertão-PE e a Formação Contínua para servidores Ped e TAE que já compõem o quadro de profissionais do Instituto Federal. Para a

Formação Básica, a proposta é que o novo servidor, antes de entrar em efetivo exercício, tenha uma acolhida de cinco dias para estudar e discutir sobre os processos da EPCT, conhecer os documentos norteadores dos trabalhos da instituição, situar-se no organograma do IF, visitar os ambientes institucionais, com o intuito de compreender os seus espaços de trabalho, suas atribuições e sentir-se pertencente à instituição. Para Formação Contínua, a proposta é que, bimestralmente, aconteça um encontro de 16 horas, que possibilitará um ininterrupto estudo sobre os cargos abordando diversos temas que emergem no cotidiano da escola, referentes aos atos educativos, como também ao desempenho de cada função.

O TAE, ao ingressar na sua função no IF Sertão-PE, tem uma dura missão de ele próprio determinar suas funções a partir de documentos vagos e genéricos sem nenhuma orientação, capacitação.

A fala acima é de um(a) Técnico(a) em Assuntos Educacionais 3T, que expressa as dificuldades sentidas em seu início de trabalho na instituição, revelando um momento solitário e permeado de inseguranças.

Fundamentado em princípios democráticos, as estratégias de formação pressupõem: os afazeres diários dos cargos em questão, como sendo o ponto de partida e o de chegada; a teoria e a prática como núcleos articuladores da formação; a crítica e a reflexão como alicerces que conduzam a posturas que estimulem a conceber a educação como responsabilidade social; e a promoção de autonomia intelectual dos sujeitos.

O projeto estrutura-se em temáticas relacionadas às demandas de trabalho do Pedagogo e do Técnico em Assuntos Educacionais e serão desdobradas em estudos a serem debatidos com os servidores. Ou seja, a estruturação do projeto se apresenta aberta para se constituir no processo. Tais temáticas serão abordadas com diferentes estratégias metodológicas.

Parafrazeando Tardif (2011), os profissionais que lidam diretamente com o pedagógico são sujeitos do conhecimento e possuem saberes específicos ao seu ofício. E ainda, “seu trabalho cotidiano, não é somente um lugar de aplicação de saberes produzidos por outros, mas também um espaço de produção, de transformação e de mobilização de saberes que lhe são próprios”. (TARDIF, 2011, p. 237).

Entendo que a prática profissional não pode ser organizada no vazio teórico, deve ser baseada pelo fazer cotidiano enquanto práxis, transposto por sustentações teóricas que respaldem o exercício crítico-reflexivo de tal prática. Dessa forma, os temas serão respaldados através de livros, documentos, artigos, que contemplem: Legislações Educacionais da EPCT,

Leis que respaldam o Ped e o TAE, estudo bibliográficos, análise de organogramas e documentos de outros Institutos federais, estudos sobre concepções pedagógicas, num movimento constante e infinito de possibilidades de análise dos afazeres, pois os saberes da experiência se unificam no trabalho cotidiano e no conhecimento do seu meio. Os temas que serão abordados nessas formações, sobretudo a Formação Contínua, brotarão da experiência e serão validados pela experiência. O processo formativo, nesta proposta, será fundamentado em diferentes enfoques e perspectivas e o *locus* será o fazer cotidiano dos Ped e TAE, protagonistas neste processo. A formação, nesse sentido, se estruturará em torno de problemas reais, vivenciados e sentidos pelos cargos, favorecendo processos coletivos de diálogo, reflexão e intervenção na prática concreta. Encontro em Nóvoa (1988, p.129) consonância a respeito da ideia acima quando fala que:

Formar não é ensinar às pessoas determinados conteúdos, mas sim trabalhar coletivamente em torno da resolução de problemas. A formação faz-se na ‘produção’, e não no ‘consumo’, do saber.

Com a oferta de espaços e tempos institucionalizados de encontros, possivelmente haverá uma consolidação e conclusão do documento iniciado sobre o papel de cada cargo, suas atribuições, e da sua importância no IF. Consequentemente, decorrerá uma maior organização coletiva dos cargos, engajamento para reivindicar nossos direitos, promoção de interlocução com demais cargos de forma a consolidar redes de ação, o fortalecimento do diálogo e a união entre os pares, dentre muitos benefícios que processos formativos verdadeiramente consistentes, tendem a colher.

É importante destacar que a efetivação desta proposta só poderá ser consumada através da Reitoria do IF Sertão-PE, com a coparticipação da Pró-reitoria de Ensino, em parceria com as demais Pró-reitorias. A reativação do Fórum PedTAEs, deverá ser a ação inicial mais urgente para que o projeto de Formação Contínua seja efetivado.

Vale compreender que apenas as ações de formação não asseguram a qualificação profissional, pois devem estar atreladas a processos de valorização profissional através de remuneração “adequada”. Além disso, no estabelecimento de relações respeitadas, simétricas e democráticas.

O grande desafio desta proposta interventiva será possibilitar a transformação do processo formativo, em um espaço que favoreça efeitos nos sujeitos para que a humanização, a emancipação, a autonomia e o desejo de agir sobre suas atribuições prevaleçam.

6.2 OBJETIVO GERAL

Contribuir para a construção de política pública de formação básica e continuada de Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano.

6.2.1 Objetivos Específicos

- Estudar sobre os afazeres dos Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais, os documentos que regem suas atuações e reelaborar documento que delinieie as atribuições de cada cargo.
- Construir uma matriz com temas pertinentes aos cargos para que os servidores recém-admitidos possam compreender o seu papel na instituição e suas formas de atuação no IF.
- Reativar o Fórum PedTAEs e dinamizá-lo para ser um espaço de formação continuada dos Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais.

6.3 ESTRUTURA DA FORMAÇÃO

A estrutura da proposta formativa está explicitamente baseada na dinâmica curricular do Mestrado Profissional em Educação Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas, na tentativa de conceber ao processo, lugar fundamental. Dessa forma, proponho uma formação contendo quatro movimentos que estarão interligados, mas que, didaticamente, serão apresentados em separado.

1º movimento: adentrando no conhecimento socialmente produzido. Neste movimento está contido todo referencial teórico que poderá subsidiar em discussões, estudos, seminários. Neste espaço, o momento é para aprofundamentos em estudos acadêmicos contemporâneos. Os embasamentos teóricos serão selecionados a partir de problemáticas expostas pelo grupo.

2º movimento: adentrando nos meandros da rede. Oportuniza o conhecimento, estudo e aprofundamento de documentos, projetos, planos, programas, políticas educacionais que estão sendo implementadas no IF Sertão-PE, envolvendo os servidores na sua realidade de trabalho.

3º movimento: intervindo sobre a realidade. É um movimento que possibilita repensar as problemáticas da atuação e formular intervenções para transformar a realidade. Os servidores terão a oportunidade de colocar em pauta as questões do seu cotidiano de trabalho, suas inquietações diárias. Nesse momento, as especificidades do trabalho de cada cargo serão analisadas, refletidas, discutidas e compartilhadas, na possibilidade de tecerem (re)elaborações de ações e reduzirem os trabalhos improvisados com as emergências que surgem nos seus afazeres. Aqui estarão contidos planos de ação para superação de práticas infecundas.

4º movimento: refletindo sobre os movimentos. Momento de analisar e avaliar as ações dos movimentos desenvolvidos, redimensionando-as quando necessário e retroalimentando os demais movimentos, por isso mesmo, não sendo um encerramento, mas um constante ciclo. Há, nesse movimento, a oportunidade de reunir as possíveis intervenções postas em prática que colaboraram para as transformações de ações, como também a socialização dos impasses surgidos para futuros replanejamentos interventivos.

Na Formação Básica estarão contidos os dois primeiros movimentos, considerando a insuficiência de tempo para os demais, diferentemente da Formação Contínua que estarão presentes os quatro movimentos que serão simultâneos e que por isso mesmo, não necessariamente precisam seguir essa ordem.

6.4 APRESENTAÇÃO DO PROJETO INTERVENTIVO E PROCESSO DE AVALIAÇÃO

Com a reativação do Fórum, o primeiro passo para implantar a Formação Contínua dos Ped e TAEs, será apresentar a proposta interventiva.

No decorrer da apresentação da minha proposta, deixarei claro que este será um espaço para construção coletiva e, por isso mesmo, momento de análise e apreciação por todos, e que sugestões, alterações e supressões serão bem-vindas. Procurarei, como ação inicial, propor o estudo do documento com as atribuições dos Ped e TAEs que elaboramos no Fórum e que ainda não foram oficializadas, discutindo cada aspecto e retomando tópicos polêmicos para possíveis ajustes. A intenção é suscitar um debate sobre os afazeres diários desses servidores nos campi estimulando, a partir daí, a traçarmos quais os saberes necessários a serem incluídos na formação contínua desses técnicos, que lhes deem condições de responder efetivamente às tarefas e desafios que foram citados, como de suas competências dentro dos

processos educativos. Ou seja, detalharemos e selecionaremos os conhecimentos básicos que são pré-requisitos para cada cargo, utilizando os dados obtidos através do questionário realizado anteriormente, principalmente os dados referentes às condições necessárias para uma efetiva atuação desses profissionais.

Enfatizo, repetindo, que a minha intenção, não é delimitar para restringir ou engessar tais atribuições, mas para definir melhor o papel de cada profissional e, assim, se efetivar um trabalho mais eficaz, consciente e autônomo.

Com a estrutura de conteúdos organizada, traçando toda uma matriz específica para cada função, acontecerão os encontros formativos que serão realizados com diferentes metodologias: seminários, oficinas, grupos de trabalho, grupos de estudo, rodas de conversa, buscando transformar esses encontros em um documento/matriz curricular que possibilite ser implantado(a) como uma política pública em que os Ped e TAEs estejam em constante formação.

Além das formações presenciais, haverá o incentivo para a criação de fórum de discussão on-line objetivando manter diálogos constantes e garantindo a participação de todos os sujeitos que compõem os cargos pedagogos e técnicos educacionais.

Visitas serão realizadas a todos os campi que compõem o IF Sertão-PE no intuito de conhecerem e analisarem todo processo de trabalho dos cargos, seus espaços, suas rotinas de trabalho, seus instrumentos e documentos para registros dos seus afazeres.

A proposta de formação aqui apresentada vislumbra uma compreensão que encontra-se em construção por considerar a importância de sua constante atualização. No entanto, é preciso começar.

Toda ação que se deseja competente requer avaliação. Por isso esse projeto de intervenção propõe que no final do ano, no evento do "Seminário Reflexivo", todos os envolvidos possam refletir sobre o processo formativo, analisar os aspectos que foram favoráveis e também os desfavoráveis para que possam qualificar as ações do ano seguinte.

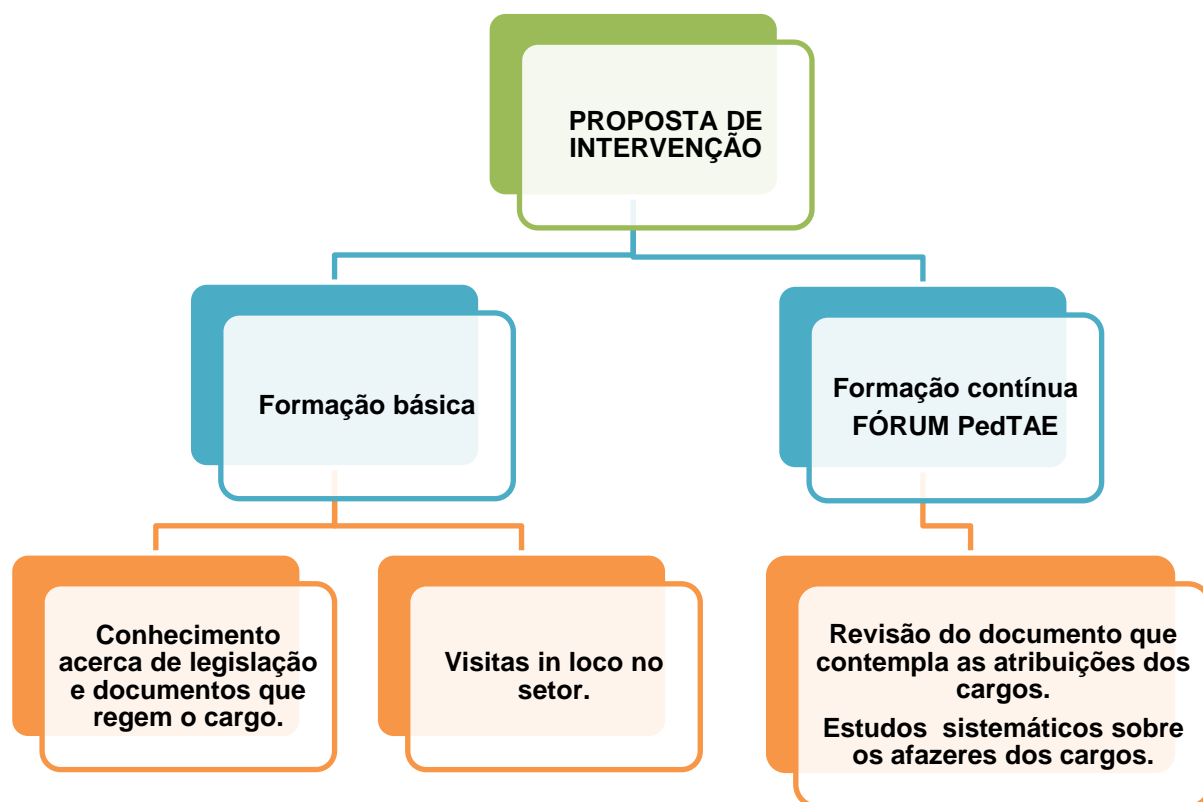
A avaliação de todo processo formativo é um passo importante para análise do projeto, pois para toda ação que se pretende ser competente, implica em ser avaliada. À vista disso, a avaliação será contínua, realizada a cada encontro presencial oportunizando a todos os membros, uma reflexão sobre a formação. Também se dará através de questionários, entrevistas, análise e observação da participação do grupo. Os dados obtidos pela avaliação serão analisados para possíveis ajustes no processo formativo.

Como afirmei anteriormente, o Fórum PedTAEs está temporariamente parado. Com essa proposta interventiva de Formação Contínua, espero que a reitoria do IF Sertão-PE possa se sensibilizar e reativar o Fórum para a implantação deste projeto.

Ressalto que há um Plano de Capacitação e Qualificação de todos os servidores do IF Sertão, que sistematiza a política permanente de capacitação e aperfeiçoamento de pessoal docente e técnico-administrativo. Seu objetivo principal é capacitar os servidores deste Instituto Federal por meio de projetos e programas de desenvolvimento de pessoas. Esse Plano de Qualificação Institucional - PQI foi elaborado para o período 2008 – 2012 e priorizaram-se as áreas de administração (subárea Gestão), alimentos, engenharias e ciências humanas (subárea Educação) para qualificação de docentes e técnicos administrativos. Contudo, há alguns anos está defasado e necessitando que se realize consulta aos servidores para atender suas demandas reais, pois são oferecidos cursos que não atingem as expectativas dos servidores, notoriamente as dos Ped e TAEs.

Machado (2008) declara que programas aligeirados, a falta de concepções teóricas consistentes, os improvisos, as capacitações estanques, fragmentadas e descontextualizadas, a ausência de políticas públicas amplas e contínuas não favorecem e nem atingem as reais necessidades dos IFs. Acrescenta que, através dessas políticas, é que se pode almejar uma superação da fragilidade teórica e prática no que se refere aos aspectos pedagógicos e didáticos no campo educacional.

Figura 5 – Os Processos Formativos



6.6 INFRAESTRUTURA, RECURSOS, FORMAS DE AQUISIÇÃO E SUJEITOS ENVOLVIDOS

O projeto será vivenciado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, no campus Petrolina.

Os recursos serão: notebook ou computador, projetor, livros, textos, artigos, vídeos.

Todos os recursos serão adquiridos pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano, através da Pró-reitoria de Ensino. Além de custos financeiros envolvendo diárias e passagens.

Os sujeitos envolvidos serão pedagogos e técnicos em assuntos educacionais.

Essa proposta de intervenção, no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, representará um caminho profícuo, inclusive para outros desdobramentos e possibilidades como, por exemplo, o estudo sobre a atuação do pedagogo na formação docente. Remeto-me a esse tema, pois os pedagogos têm, predominantemente, tal atribuição, que é das mais importantes e que, por motivos incertos, não é realizada por eles, na maioria dos Campi.

Reafirmo que, mediante os processos formativos, garantido por um espaço democrático de discussão e de convivência junto aos pares, o Pedagogo e o Técnico em Assuntos Educacionais poderão (re)construir suas identidades através da reflexão dos retrocessos, avanços e desafios vividos nas experiências nos espaços institucionais em que desenvolvem sua profissão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho de conclusão do Curso de Mestrado Profissional em Educação (UFBA/FACED), assumi como pesquisa qualitativa o estudo de caso sobre os cargos Pedagogo e Técnico em Assuntos Educacionais, destacando as identidades desses profissionais no âmbito do IF Sertão-PE. Tal escolha se deu por ser pedagoga há quatro anos e, refletindo sobre meu fazer diário, sentir que as atribuições do meu cargo são pouco definidas em nível institucional. As ambivalências, sobreposições e supressões sobre essas atribuições foram percebidas e repercutidas em angústias motivando-me a empreender esforços voltados para estudos sobre essa problemática, paralelamente refletindo sobre a política de formação voltada para esses profissionais. Estabeleci, como objetivo geral, compreender como Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais percebem os limites e possibilidades de suas atuações, tomando como referencial os processos formativos inerentes a cada cargo e analisando as consequências das similitudes no exercício de seus trabalhos.

Esse estudo de caso possibilitou a constatação que as semelhanças nas atribuições são causadoras de diversos entraves nos afazeres diários desses cargos e não colaboram para um trabalho de qualidade. Foi verificada a inexistência de formação específica para o exercício dos cargos pesquisados, seja no período de admissão ou no decorrer das carreiras. Isto ficou comprovado pelos relatos que os servidores fizeram sobre as inseguranças e falta de orientações a respeito dos seus papéis ao ingressar no IF Sertão-PE e que ainda são percebidas diariamente.

Para a coleta de dados, além das observações diretas, *in loco*, apliquei um questionário com perguntas abertas a cinco Pedagogos e cinco Técnicos em Assuntos Educacionais distribuídos em diversos Campi e ainda, com dois gestores do Campus em que atuo. Além disso, fiz uma análise das bases legais que fundamentam os cargos e pude compreender o cenário de atuação dos profissionais. Contudo, entendo que a pesquisa poderia ter sido aprofundada se houvesse tempo e espaço suficientes para reunir os profissionais para apresentar a pesquisa, analisar e discutir a proposta interventiva e colher mais dados para o estudo. Reitero que essa dificuldade foi ocasionada pela interrupção das atividades que vinham sendo desenvolvidas pelo Fórum PedTAE.

Como resultado da pesquisa, propus como Projeto de Intervenção, um programa de formação inicial para os servidores recém-admitidos na Instituição, assim como um programa de formação continuada para os profissionais que já são servidores. Considero que este

projeto será fundamental para consolidar, fortalecer e dar notoriedade à atuação dos Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais.

É certo afirmar o quanto é difícil para os profissionais da educação, com todas as suas demandas diárias de trabalho, terem condições de pesquisar, refletir e reelaborar suas práticas. Por isso, acredito que a formação continuada, sendo concebida e compreendida num cenário em que o profissional seja considerado em sua plenitude e que assuma o protagonismo do processo de sua formação, possibilitará aos Pedagogos e aos TAEs o crescimento e a valorização que almejam.

Em diversas literaturas sobre formação de educadores encontrei informações sobre a ineficácia de programas que objetivam apenas mudanças cognitivas e práticas. E que oferecendo apenas informações, conteúdos, os sujeitos não mudarão suas concepções, suas posturas e formas de agir, pois os conhecimentos são incorporados ou não através de processos complexos que envolvem a socioafetividade e questões culturais. Ou seja, as pessoas participam de grupos sociais, estão ali integradas e constituídas. Nas suas relações com tais grupos há referências que vão formando concepções de educação, sobre o modo de ser e de agir. Desta forma, os conhecimentos são aceitos, internalizados através de processos socioafetivos e culturais e não apenas dos cognitivos.

Por isso, a proposta de formação aqui contida, permitirá que os sujeitos sejam envolvidos proativamente, traçando rumos para suas trajetórias, gerando liberdade para que todo o processo de construção do conhecimento seja resultado da articulação entre os sujeitos. A partir desses processos formativos, esses sujeitos poderão desenvolver pesquisas e produzir propostas de intervenção que retroalimentem a educação e os impulsionem a atuar de maneira eficiente e criativa. Creio num processo formativo de conhecimento que permita e garanta aos profissionais em questão o desejo de educar-se, de melhorar as condições de trabalho para que tenham condições de exercer seu papel de forma mais segura, consistente e autônoma.

Para isso, é necessário que o IF Sertão-PE deixe de consumir pacotes prontos de formação continuada e possa ouvir as vozes, experiências, histórias de vida dos Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais com objetivo de transformar seu exercício profissional.

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou compreender os encargos dos Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais, explorando o campo empírico e buscando referenciais teóricos que me ajudaram a aprofundar as reflexões. Posso ressaltar que, em relação aos acervos teóricos, pouco foi encontrado na literatura especificamente sobre os

impasses gerados com as similitudes desses cargos. No entanto, é fato comprovado o embaraço que as semelhanças geram na constituição das identidades desses servidores.

Nesse contexto, almejo com essa pesquisa, fomentar e impulsionar a realização de outros trabalhos que possam ampliar esse estudo, pois no transcurso desta pesquisa percebi que outros temas poderiam ser aprofundados. A exemplo, as relações entre pedagogos e docentes, a docência de professores que possuem apenas bacharelado, formas de atuação dos Técnicos em Assuntos Educacionais, a formação inicial dos Pedagogos, a interação entre Psicólogos e Pedagogos, a definição de “Pedagogos” e de “Técnicos em Assuntos Educacionais” como cargos técnicos administrativos entre outros temas que possam surgir a partir da leitura dessa pesquisa.

Creio na importância do Projeto de Intervenção proposto, pois será através dele que se promoverá possibilidades, diálogos e construções coletivas sobre a atuação dos Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais do IF Sertão-PE.

Reafirmo que o objetivo inicial da proposta interventiva é definir melhor o papel de cada profissional, mas não delimitar as atribuições dos profissionais em questão, de modo a engessá-las. No entanto, se o objetivo inicial for alcançado, certamente será promovido um trabalho mais eficaz, consciente e autônomo. No que se refere a formação desses profissionais, concebidos aqui como processos que levam em consideração as pessoas envolvidas, suas condições sociopsicológicas, culturais, suas formas de conviver, suas experiências, suas integrações no ambiente de trabalho e não somente as suas condições cognitivas, sem dúvidas, esse projeto interventivo, transformado em política pública, será muito relevante para os cargos pesquisados.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. Sobre jequitibás e eucaliptos. In:_____. **Conversas com quem gosta de ensinar**. 9 ed. Campinas: Papirus, 2006. p.13-37.
- ALVES, Z. M. M. B.; SILVA, M. H. G. F. D. **Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta**. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X1992000200007>>. Acessado em: 19/04/2018.
- ANDRÉ, M. D. E. A. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília: Liberlivros, 2005.
- _____, O que é um estudo de caso qualitativo em educação? **Revista da FAEEBA-Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v.22, n.40, p.95-103, jul./dez. 2013.
- _____, **Etnografia da prática escolar**. 3 ed. Campinas: Papirus, 1995.
- _____, **Desafios na formação do pesquisador da prática pedagógica. Didática e Prática de Ensino: diálogos sobre a Escola, a Formação de Professores e a Sociedade**. EdUECE- Livro 4, 00148. Nov. 2014.
- BORGES, G. A. **Trajетória da educação no Brasil**. Florianópolis: E-book, 2005. Disponível em musica.eeducacao.mus.br . Acesso em 12 mar. de 2018.
- BRANDT, A. G *et al.* Trabalho do pedagogo nos IFs: uma busca pela qualidade da educação profissional tecnológica. **Revista EIXO**, Brasília- DF, v.3, n.1, jan./jul. 2014.
- BRASIL. Lei n.º 5.645, de 10 de dezembro de 1970. Estabelece diretrizes para a classificação de cargos do Serviço Civil da União e das autarquias federais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 11 dez. 1970. Seção 1, p. 10537
- _____. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.
- _____. Decreto no 72.493, de 19 de julho de 1973. Dispõe sobre o Grupo - Outras Atividades de Nível Superior, a que se refere o artigo 2º, da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 jul. 1973. Seção 1, p. 7105.
- _____.Decreto nº 76.640, de 19 de novembro de 1975. Inclui Categoria Funcional no Grupo - Outras Atividades de Nível Superior, a que se refere a Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 nov. 1975. Seção 1, p. 15549.
- _____. Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987. Aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 24 julho 1987a. Seção 1, p. 11768.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Lei no 7.596, de 10 de abril de 1987. Altera dispositivos do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, modificado pelo Decreto-lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, e pelo Decreto-lei nº 2.299, de 21 de novembro de 1986, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 13 abril 1987b. Seção 1, p. 5253.

_____. Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília**, DF, 13 jan. 2005. Seção 1, p. 1-10.

_____. **Lei nº 11.892**, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.

_____. **Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC**, de 28 de novembro de 2005. Encaminha a descrição dos cargos técnicos-administrativos em educação, que foram autorizados pelo Ministério do Planejamento. Orçamento e Gestão para concurso público

_____. **Edital nº 11 de 26 de fevereiro de 2013**. Concurso Público de Técnico – Administrativo. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sertão Pernambucano.

_____. **Resolução nº 2**, de 1 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

_____. **Considerações sobre a situação atual dos Técnicos em Assuntos Educacionais no MEC**. Brasília, 1979.

_____. **Plano de Desenvolvimento Educacional 2014-2018**. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sertão Pernambucano, 2014.

CANÁRIO, R. **Educação de adultos: um campo e uma problemática**. Lisboa: Educa, 2013.

CARVALHO, I. A. Os desafios do pedagogo na função supervisora em uma instituição de educação profissional. **Revista Holos**, ano 30, v.02, 2014.

FRANCO, M. A. S. Coordenação Pedagógica: uma práxis em busca de sua identidade. **Revista Múltiplas Leituras**, v. 1, n.1, p. 117 - 131, jan/jun. 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. Ensinar, aprender: leitura do mundo, leitura da palavra. **Estudos Avançados**, n. 15, v. 42, 2001, p. 259-268.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Ed. Atlas S.A. 2008.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IF SERTÃO-PE.
Minuta de regulamentação do Fórum dos Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais do IF SERTÃO-PE. 2016.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA – IF SERTÃO-PE.
Minuta do Regimento Interno dos *Campi* das Fases de Expansão. 2016.

IF SERTÃO-PE. Plano de Desenvolvimento Institucional.

JESUS, S. M. S. A.; TORRES, L. M.. Educação e movimentos sociais: tensões e aprendizagens. In: FREITAS, A. G. B.; SOBRAL, M. N. **História e memória: o curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe (1968-2008).** São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

LISPECTOR, C. **A paixão segundo G.H.** Brasília: ALLCA XX, 1988.

MACHADO, H. V. A identidade e o contexto organizacional: perspectivas de análise. **Rev. Adm. Contemp.**, v.7, n. especial. Curitiba, 2003. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-65552003000500004>>. Acessado em: 19/04/2018.

MACHADO, L. R. S. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 1, p. 08-22, jun. 2008.

MARÇAL, P. R. **Educação Escolar no Brasil: problemas, reflexões e propostas.** Coleção Textos, Vol. 4. Araraquara, UNESP, 1990.

MARTINS, H. H. T. S. **Metodologia qualitativa de pesquisa educação e pesquisa**, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MEDINA, A. S. **Supervisão escolar: da ação exercida à ação repensada.** Porto Alegre: AGE, 2002.

MINAYO, M. C. S (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MOITA, F. M. G. S. C; NADRADE, F. C. B de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Rev. Bras. Educ.**, vol.14, n.41, p.269-280, 2009.

MOREIRA, C. E. **Formação continuada de professores: entre o imprevisto e a profissionalização.** Florianópolis: Insular, 2002.

NÓVOA, A. **Os professores e sua formação.** Lisboa: publicações Dom Quixote, 2009:29.

PELEGRINI, T.; AZEVEDO, M. L. N. **A Educação nos anos de chumbo: a política educacional ambicionada pela “Utopia Autoritária” (1964-1975).** Disponível em: <<http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=45>>. Acessado em: 19/04/2018.

POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** Tradução: Ana Cristina Nasser. 4. Ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2014.

RIGOTTO, M. E.; SOUZA, N. J. Evolução da educação no Brasil: 1970-2003. **Análise**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 339-358, ago/dez. 2005.

ROCHA, M. L.; AGUIAR, K. F. Pesquisa-intervenção e a produção de novas análises. **Psicologia Ciência e Profissão**, v. 23, n. 4, p. 64-73, dez. 2003.

SANTOS, A. K. A. **Práticas de pesquisa qualitativa: o estudo de caso na formação docente do mestrado profissional em educação da FSCED/UFBA**. Curitiba:CRV, 2018.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v.12, n.34, p. 152-161, jan/abr. 2007.

_____. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, v.14, n.40. jan/abr. 2009.

SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p.20-45, jul/dez. 2006.

SOUZA, C. R; CRUZ, S. P. S; SILVA, K. A. C. P. C. O trabalho do pedagogo nos institutos federais de educação ciência e tecnologia: algumas análises. In: Colóquio Nacional. Eixo temático II – Práticas integradoras em educação profissional, **Anais...**, 2015.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 12 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

APÊNDICES

APÊNDICE A– Transcrição das respostas ao questionário *on-line* aplicado aos pedagogos

01 - Ao assumir o cargo na sua instituição, houve algum momento de formação inicial que orientasse quanto as atribuições a serem cumpridas?	
1P	Não.
2P	Não
3P	Infelizmente, nem quando assumi nem durante esses anos em exercício, não houve qualquer formação inicial destinada especificamente para a atuação do pedagogo.
4P	Não, nunca.
5P	Não tive nenhuma formação inicial, as atribuições que me coube de início foi as que estavam expostas no Edital do Concurso que submeti.
02- Como Pedagogo(a), você tem clareza das suas atribuições e consegue diferenciá-las das dos Técnicos em Assuntos Educacionais? Quais são essas atribuições?	
1P	Sim. Minhas atribuições giram em torno das questões eminentemente pedagógicas e que dizem respeito às relações do processo de ensino e aprendizagem, além do que está em torno disso e que lhe afeta diretamente.
2P	Nem sempre. Atuar na coordenação das atividades educacionais favorecendo o bom andamento das mesmas.
3P	Não são claras as atividades do pedagogo. As atribuições são muito comuns aos dois cargos e a instituição não dispõe de documento que especifique as competências em caráter mais aproximado da realidade. Os documentos em que nos baseamos são muito genéricos.
4P	Sim. Mas eu acho que as atribuições dos dois cargos são quase iguais ou, no mínimo, muito complementares. Essas atribuições estão no ofício circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, de 28 de novembro de 2005 (acho extenso e desnecessário colar aqui as atribuições).
5P	Algumas atribuições são claras outras assemelham-se com as dos Técnicos de Assuntos Educacionais. Atribuição como: Acompanhar os discentes nas questões de aprendizagem; Realizar Reuniões / Encontros Pedagógicos com os docentes; Conduzir as reuniões com pais de alunos; Conversar com os alunos para conhecer as dificuldades dos mesmos, e ajudá-los a superá-las; Ajudar o docente quando solicitado, com relação à Prática Pedagógica, Planejamento, Avaliação, etc
03- O ofício circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, de 28 de novembro de 2005, descreve os cargos dos Ped e TAES com semelhanças nas respectivas atribuições, principalmente quanto ao assessoramento nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Como essa incumbência se reflete nos trabalhos diários? Essas semelhanças geram produtividade ou dificuldade no seu cotidiano profissional?	
1P	Como tenho clareza do que é meu papel, o referido ofício não gera problema algum na lida do meu dia a dia profissional. Institucionalmente há dificuldades para que Pedagogos ou Técnicos em Assuntos Educacionais possam realizar atividades de pesquisa e ou extensão, pois as regras apontam para a realização dessas atividades fora do horário de expediente.
2P	Geram dificuldade, pois por diversas vezes com o quantitativo elevado de demandas para os pedagogos, os TAES acabam fazendo o trabalho do pedagogo e isso gera frustração nesses servidores pois perdem o gosto de trabalhar em virtude de não está vendo sentido no que fazem. Resultando em insatisfação de ambas as partes.
3P	Até o momento, em virtude da equipe atuar de maneira conjunta, não gera maiores dificuldades. Porém, desta forma, em algum momento, pode o servidor de ambos os cargos, sentir a necessidade de definir a quem compete essa atuação.
4P	Aqui no NAP (Núcleo de Ações Pedagógicas) do Câmpus Petrolina, ambos fazem as mesmas coisas, a não ser em casos isolados, como na participação de conselho de classe. Não vejo dificuldades quanto ao nosso trabalho; acho que, politicamente, nós temos mesmo é que nos unir.
5P	Como o trabalho é em equipe no SAE, não fica tão difícil definir. Embora na ausência do

	Pedagogo o Técnico de Assuntos Educacionais faça as vezes desse e vice-versa. Às vezes torna-se difícil a separação das atribuições, mas como o trabalho é em equipe acaba que todos se ajudam.
04- Em uma instituição de ensino, há demandas diversas e frequentes a serem atendidas, exigindo de nós o cumprimento das mais variadas e amplas tarefas. No decorrer dos trabalhos diários, como acontece a divisão dessas demandas entre Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais?	
1P	No âmbito do meu trabalho, na Pró-Reitoria de Ensino, essa divisão entre o trabalho do Pedagogo e do Tae assume outro formato, diferente do formato adotado nos campi. Na Pró-Reitoria de Ensino o trabalho é predominantemente técnico-burocrático. Há poucos momentos em que temos contato com docentes e, quase nunca, com estudantes. Resumindo, por conta da natureza das demandas não há diferenciação entre o trabalho dos Pedagogos e Taes no âmbito da Pró-Reitoria de Ensino.
2P	Os pedagogos atuam diretamente nos serviços voltados ao atendimento ao público, no planejamento e na execução de atividades de cunho pedagógico com alunos, professores, pais ou responsáveis e os TAES ficam mais a frente de atividades administrativas como o acompanhamento do SAGE, atualização das legislações para orientar também os pedagogos nos atendimentos.
3P	As atividades em que mais temos consciência da atuação estão relacionadas à formação docente e ao contato com alunos e familiares no que diz respeito principalmente às dificuldades de ensino e de aprendizagem.
4P	Aqui no Câmpus Petrolina não identificamos uma divisão profunda de atividades (se é que ela existe de fato, a não ser em casos isolados como comentei no quesito anterior - e o caso do conselho de classe se dá porque é a própria norma interna do IF Sertão que determina expressamente a presença de pedagogo).
5P	Quando está diretamente voltado para o ensino e aprendizagem do aluno, como: metodologia do professor, dificuldade de aprendizagem, desmotivação, etc. Fica evidente que é atribuição do Pedagogo. Quando se refere ao levantamento de notas, frequência ... é atribuição do Técnico.
05- Sabemos quão diversa e ampla é a atuação do Pedagogo e as várias competências que estão associadas ao exercício do cargo. Muitas vezes o papel do pedagogo é de supervisor escolar, coordenador, mediador e articulador de todos os sujeitos da escola; de profissional que acompanha alunos, professores, familiares, que também cuida de aspectos administrativos e organizacionais do espaço escolar, entre outros. Na sua visão, como essas múltiplas atividades se refletem nas suas atribuições inerentes ao cargo?	
1P	Há duas questões que interferem diretamente na atuação do Pedagogo, sendo: 1. A insuficiência de servidores, de maneira geral, e especificamente servidores Pedagogos e Taes, de maneira específica, pois isso leva ao acúmulo de atividades, não havendo diferenciações entre o que é de um e do outro profissional e, 2. Existindo quantidade suficiente de profissionais a divisão dos trabalhos deve ser realizada de forma que, ambos visualizem a atividade fim, que é o êxito do estudante. Após isso, faz-se necessário a divisão das atribuições a partir do entendimento do que é atividade pedagógica e do que é atividade técnico-pedagógica, sendo atribuída ao Pedagogo as primeiras e ao Tae a segunda.
2P	Uma função de muitas responsabilidades mas que resultam em respostas a longo prazo qualitativas.
3P	Em virtude da ausência de documentos que especifiquem as atribuições, por serem desconhecidas pelo próprio pedagogo e pelos demais servidores, muitas atividades são direcionadas ao Setor Pedagógico, ou Pedagogos ou somente aos Técnicos em Assuntos Educacionais.
4P	Sou pedagogo há 10 anos aqui no IF, de modo que já são naturais todas as minhas atribuições. Percebo tudo com leveza, e, quando sou chamado a executar tarefa diversa das minhas atribuições, não aceito (apesar de verificar que o ofício circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, de 28 de novembro de 2005 é bem amplo e nos abre uma gama de possibilidades de atuação em diversos setores institucionais).
5P	É uma questão de Planejamento, mesmo que surjam alguns imprevistos, quando temos um papel a cumprir fica mais fácil a tomada de decisão. Sendo o Instituto voltado para Ensino Médio, Técnico e Superior, as demandas não são de natureza comportamental, ou seja, de indisciplina.

	São mais voltados para a aprendizagem. Buscamos resolver com diálogos, tanto com o discente, quanto com o docente, procurando alternativas para sanar essas dificuldades.
06- Que ações você pode sugerir para que as atribuições dos Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais sejam mais bem delineadas? Aponte momentos, procedimentos e mais detalhes que possam colaborar para uma intervenção.	
1P	1. Diálogo constante entre ambos os profissionais. 2. Definição das atribuições a partir dos marcos legais e dos entendimentos coletivos. 3. Clareza do que não é atribuição nem de um ou de outro. 4. Institucionalização dessas definições. 5. Formação continuada, mesmo que promovida pelos próprios Pedagogos e Taes, no sentido de um diálogo formativo permanente.
2P	Necessidade de formação continuada periódica com as equipes de trabalho, tanto pedagogos como TAES, umas com todos os membros e outras com foco específico nas atividades do cargo.
3P	A Instituição deveria ter documento próprio com as atribuições dos cargos, organizado através de estudo com os servidores. Além disto, plano de formação continuada, reuniões conjuntas com os servidores inter campi, para alinhar os procedimentos.
4P	Não vejo necessidade de muita diferenciação. Acredito que as formações diferentes na lida do dia-a-dia do serviço - o embate entre as possíveis diferenças - pode formar um todo mais produtivo e criativo para as instituições federais de ensino.
5P	Com a implantação do Fórum PedTAEs foi visto um caminho para essa divisão de atribuições, no entanto, os trabalhos não foram concluídos. Minha sugestão é que se retome os trabalhos do Fórum para concluir o que foi iniciado.
07- Você teve formação profissional continuada no decorrer desses anos que está assumindo o cargo de pedagogo? Se sim, quais?	
1P	Não tive. As formações que obtive foram por conta da própria iniciativa.
2P	Ofertada pela instituição não. Particpei de um congresso com a temática de avaliação e doConedu 2017.
3P	Não
4P	Tive poucas ofertadas pela instituição, no tocante a minha área, de modo que não lembro delas. As que fiz foram buscadas por mim: Curso livre em pedagogia judaica; Especialização em Filosofia e agora o Mestrado em Ciências da Educação - Inovação Pedagógica.
5P	Promovido pela Instituição, apenas uma Especialização em PROEJA. Por conta própria fiz Mestrado em Ciências da Educação, e inúmeros cursos on-line, que serviram de embasamento para minha atuação.
08- Quais os caminhos que o Pedagogo deve percorrer para conquistar sua valorização profissional?	
1P	Ter clareza do seu papel e de sua importância institucional. 2. Se organizar coletivamente. 3. Promover a interlocução com outros profissionais da instituição de forma a construir redes de ação. Dessa forma, é possível visualizar com maior clareza o papel que cada um assume institucionalmente.
2P	Fazer seu trabalho com dedicação e ética e traçar planejamentos e intervenções que levem a escola a buscar sempre melhorar o trabalho desenvolvido.
3P	Dentro do IF Sertão-PE, percebo que há somente o esforço do pedagogo em procurar capacitação, de maneira a melhorar a qualidade dos serviços.
4P	Impor-se, lutar pelos seus direitos, fazer um bom trabalho, colocar nas regras institucionais elementos que favoreçam a sua atuação e o valorizem.
5P	Lutar pelos seus direitos e buscar formação (Mestrado, Doutorado...)
09- Como você avalia a sua atuação na instituição considerando a sua identidade profissional enquanto Pedagogo(a) e as atribuições específicas do cargo?	
1P	Avalio positivamente, pois minha atuação não se restringe às atividades do cargo. Participo de várias comissões, organizo demandas e encaminhamento, demandas essas que não se resume às atividades pedagógicas. Promovo pontes entre setores e pessoas, sempre no intuito de possibilitar o êxito do estudante.
2P	Considero uma atuação mediana em virtude de alguns entraves institucionais e a cultura

	institucional instaurada, acredito que se a figura do pedagogo tivesse mais valorização o seu trabalho conseqüentemente seria melhor. Geralmente há pouca aceitação por parte dos professores EBTT de alguém para lhes orientar, alguns consideram desnecessário esse papel.
3P	As atribuições são tão mal definidas que muitas vezes me sinto fazendo tudo e nada ao mesmo tempo. Terminei assumindo responsabilidades que podem não ser inerentes ao cargo, ficando em segundo plano o que realmente deveria ser desenvolvido.
4P	Avalio bem. Somos uma instituição complexa. Gosto da minha atuação.
5P	Sujeito que procura intervir no processo de ensino e aprendizagem para o sucesso do aluno, buscando caminhos para a superação das dificuldades de todos os envolvidos.
10- Liberdade de iniciativa, autonomia no trabalho e, sobretudo, criatividade são elementos fundamentais para o desenvolvimento da identidade do profissional. Você reconhece esses aspectos no seu fazer diário? Justifique.	
1P	Sim. Identifico, no âmbito dos profissionais Pedagogos e Taes, basicamente 2 perfis de servidores, sendo: os que têm iniciativa, são proativos e entusiastas do que fazem, e os que esperam as demandas chegarem para trabalharem, são pouco proativos, há pouco compromisso com o que fazem. Entendo que meu papel, enquanto profissional e pessoa, é o de estar no primeiro grupo e realizar o chamamento de quem está no segundo grupo a ir para o primeiro.
2P	Não. A maioria das ações da escola são pensadas com o intuito do cumprimento das obrigações letivas, cumprimentos de prazos e não necessariamente na formação integral do indivíduo, sendo assim a liberdade de iniciativa, a autonomia e a criatividade se encerram quando elementos essenciais para o desenvolvimento de um bom trabalho são usurpados. Quando não temos alimentação, nem transporte para ofertar aulas em contra-turno e professores fechados para projetos que tenham que tirar os alunos da sala de aula, ficamos de mãos atadas para pensar em iniciativas inovadoras. Mas com todos esses entraves faço o meu possível dentro das limitações do cargo para facilitar o processo educacional.
3P	Esses aspectos nem sempre ficam em primeiro plano, ou acontecem isoladamente.
4P	Reconheço, mas fazendo um esforço grande para que isso seja alcançado. Somos uma instituição ainda engessada: essas características não são bem vistas, sobretudo quando ferem interesses.
5P	Na medida do possível sim, pois às vezes com o acúmulo de atribuições, não só como Pedagogo, mas também, com a função que no momento ocupo, muitas vezes fica a desejar.
11- Suponhamos que você tivesse a oportunidade de mudar de área, no IF Sertão-PE ou fora dele, continuando com remuneração equivalente. Você mudaria ou permaneceria como pedagogo(a)? Justifique.	
1P	Dentro do IF Sertão-PE, não desejaria outro cargo. Fora do IF Sertão-PE, desejaria ser docente de Licenciaturas.
2P	Permaneceria. Acredito que o trabalho do pedagogo tem muito valor. Apesar das dificuldades, me sinto feliz com o trabalho que realizo.
3P	Mudaria de Instituição, para Universidade, mas, permaneceria como Pedagoga.
4P	Permaneceria. Mas não sou avesso a mudanças.
5P	Não mudaria, pois sou pedagoga por escolha minha, gosto do que faço.

APÊNDICE B– Transcrição das respostas ao questionário *on-line* aplicado aos técnicos em assuntos educacionais

01 - Ao assumir o cargo na sua instituição, houve algum momento de formação inicial que orientasse quanto as atribuições a serem cumpridas?	
1T	Não houve.
2T	Não. Para mim, essa ausência de formação inicial foi uma grande frustração, pois cheguei à instituição com expectativas de uma acolhida em que, minimamente, fossem apresentadas as atribuições do cargo mais especificamente.
3T	Não
4T	Não houve e não há até o momento nenhuma orientação/ formação. O que dificulta exercer a função.
5T	Não.
02- Como Técnico(a) em Assuntos Educacionais, você tem clareza das suas atribuições e consegue diferenciá-las das dos Pedagogos? Quais são essas atribuições?	
1T	Consigo diferenciá-las; quanto às atribuições, são todas aquelas relacionadas ao trabalho de natureza técnico- educacional que não exigem conhecimentos específicos da pedagogia. Tais atribuições constam no documento elaborado pelos pedagogos e TAE do IF Sertão-PE.
2T	Embora seja difícil diferenciar as atribuições entre pedagogos e TAE's, hoje, há quase cinco anos atuando na instituição, começo a ter mais clareza das minhas atribuições, que são inerentes ao cargo, como por exemplo: realizar levantamento de notas e frequência dos alunos, a fim de subsidiar conselhos de classe, é uma tarefa de responsabilidade dos TAE"s.
3T	Algumas sim, como por exemplo o levantamento de dados sobre frequência, evasão, notas, subsidiando as coordenações de cursos, direção de ensino e outros setores que demandarem esses dados como por exemplo a assistência estudantil.
4T	Realizar o levantamento sobre evasão/rendimento das turmas, buscando estratégias junto ao Ensino para minimizá-las. Estar sempre atualizado com as legislações educacionais,
5T	Algumas são bem parecidas, digo até que complementares, e nesses casos fica difícil estabelecer um limite ao que compete a cada cargo. No entanto outras funções como por exemplo fazer levantamento de dados de frequência, notas, e evasão bem como o lançamento desses dados pelos docente no SAGE, cumprimento de carga horária, subsidiando as coordenações de cursos, direção de ensino e outros setores que necessitam dessas informações como por exemplo a assistência estudantil, são atribuições bem específicas dos técnicos em assuntos educacionais.
03- O ofício circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, de 28 de novembro de 2005, descreve os cargos dos Ped e TAEs com semelhanças nas respectivas atribuições, principalmente quanto ao assessoramento nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.Como essa incumbência se reflete nos trabalhos diários?Essas semelhanças geram produtividade ou dificuldade no seu cotidiano profissional?	
1T	Não vejo problema em realizar as atividades de ensino, pesquisa e extensão; o problema é a grande demanda de atividades de responsabilidade do pedagogo e devido à limitação de profissionais, o TAE acaba realizando e não consegue executar suas atividades/atribuições como deve ser. Quando às semelhanças, compreendo que as atribuições do TAE são todos os assuntos/ações/atividades educacionais de natureza generalista; já o pedagogo são as atividades educacionais de natureza pedagógica, que exigem conhecimentos específicos da pedagogia, envolvendo estudantes e docentes
2T	As semelhanças, a meu ver, geram improdutividade, uma vez que provocam confusões quanto a tomada de iniciativa na execução das ações. Definir de forma clara é, sem dúvidas, importante para que os trabalhos sejam realizados com mais eficiência e eficácia.
3T	Dificultam, pois se trata de atribuições muito semelhantes e acaba por dificultar o estabelecimento de um limite entre o que é do pedagogo e o que é do TAE.
4T	Fica complicado! E esse assessorar o ensino é muito amplo. Por não ter um documento que regule as atribuições de cada cargo, acaba que todos fazem as mesmas atividades, e não temos uma identidade, referencia para os alunos, docentes, familiares... No setor todos fazem tudo!
5T	Dificulta pois não fica claro os limites de atuação de cada um, comprometendo a autonomia e a

	identidade do cargo.
4- Em uma instituição de ensino, há demandas diversas e frequentes a serem atendidas, exigindo de nós o cumprimento das mais variadas e amplas tarefas. No decorrer dos trabalhos diários, como acontece a divisão dessas demandas entre Técnicos em Assuntos Educacionais e Pedagogos?	
1T	TAE são todos os assuntos/ações/atividades educacionais de natureza generalista, subdivididas de acordo com a natureza do trabalho ; já os pedagogos ficam com as atividades educacionais de natureza pedagógica, que exigem conhecimentos específicos da pedagogia.
2T	Através do diálogo e pela natureza da demanda, chegamos à divisão das atividades que são comuns ao setor.
3T	Pedagogo: organização de conselhos de classe, reunião de pais, encontros pedagógicos, orientação didático metodológica a docentes, acompanhamento do cumprimento dos pcc de cursos entre outras. TAE: Monitoramento de lançamento de notas, frequência, resumo eventos aula, cumprimento de carga horária e ementa de disciplinas para subsidiar as coordenações de cursos e direção de ensino com esses dados, bem como levantar esses mesmos dados para tentar reduzir a evasão, para o conselho de classe entre outras necessidades. Assessorar o DEN quanto à legislação educacional e colaborar com o pedagogo em suas atribuições.
4T	Nossa equipe é bem unida. Até o momento dividimos e assessoramos uns aos outros. Isso TAE e Pedagogo. porém sentimos a necessidade de estabelecer perante a Instituição a diferença entre as atribuições.
5T	Pedagogos: Orientação docente a respeito de metodologias e formas de avaliação, organização de conselhos de classe, encontros pedagógicos , reunião de pais, formação docente. Acompanhamento do PPC dos cursos, identificação de entraves surgidos no processo de ensino aprendizagem bem como desenvolvimento de ações para tentar romper esses entraves. Técnicos em Assuntos Educacionais: Levantamento de dados de frequência, notas, evasão. Acompanha o lançamento desses mesmos dados pelos docente bem como o cumprimento de carga horária, subsidiando coordenações e DIEN com essas informações. Colabora com o pedagogo nos conselhos de classe, encontros pedagógico, reunião de pais e formação docente. Subsídia a DIEN sobre a legislação educacional.
05- Que ações você pode sugerir para que as atribuições dos Pedagogos e Técnicos em Assuntos Educacionais sejam mais bem delineadas? Aponte momentos, procedimentos e mais detalhes que possam colaborar para uma intervenção.	
1T	Apenas sugiro que cada um faça o que é de sua responsabilidade, pois a crise de identidade existe porque o pedagogo não faz o que deve fazer e o TAE acaba se envolvendo muito com as questões pedagógicas - que não são de sua responsabilidade.
2T	Estabelecimento de diálogo constante entre os próprios TAE's e pedagogos; diálogo com a chefia imediata, a fim de identificar as novas demandas e os responsáveis direto, pois há momentos em que a demanda nem pertence ao setor e é solicitado pela chefia; realização de encontros semestrais entre pedagogos e TAE's e, separadamente, a cada três meses.
3T	Especificar as atribuições de cada um, uma vez que nos documentos que tratam das atribuições o fazem de maneira muito genérica. É preciso um pesquisa minuciosa nos campus e em outros institutos para mapear na prática como é desenvolvida essas funções e a partir disso construir um documento mais detalhado dessas atribuições afim de padronizá-las e estabelecer um limite claro entre esses dois cargos, evitando dessa forma que os titulares destes, sobretudo os recém ingressantes fiquem sem um norte de como desenvolver seus trabalhos. É preciso também capacitação para orientar na prática como essas funções devem ser desenvolvidas.
4T	construir, definir as atribuições junto com cada cargo e que a Instituição regule e publicize tais atividades, para que não só os TAES e Pedagogos saibam o que fazer, assim, os demais seguimentos de cada Campus, a fim de facilitar o desenvolvimento eficaz de cada cargo, criando uma identidade. Oferecer formações contínuas para cada cargo, de como fazer, trocas de experiências etc.
5T	As atribuições precisam ser especificadas, desenhadas e padronizadas no âmbito do instituto. Todavia para que isso aconteça é necessário uma formação, uma capacitação. Vejo como

	importante também um levantamento de como é o trabalho dos TAEs e pedagogos no âmbito de outros institutos e até de universidades e gerar um documento mais específico, detalhado dessas atividades, afim de padronizar e deixar claro como essas funções deverão ser executadas na prática. Muitas vezes esses cargos são vistos como sem importância dentro dos campi ou que seus ocupantes não trabalham, porém o que me parece é que essas funções não são bem executadas ou por vezes nem executadas são, por falta de uma orientação, uma capacitação.
06- Você teve formação profissional continuada no decorrer desses anos que está assumindo o cargo de Técnico(a) em Assuntos Educacionais? Se sim, quais?	
1T	Não. A primeira experiência aconteceu neste mês de junho, promovido pela Proen e teve a participação de 10 TAE. Na oportunidade, discutimos o nosso trabalho e delinhamos um trabalho coletivo.
2T	Não tive formação continuada no decorrer desses anos que fosse relacionada ao meu cargo. Participei apenas de fóruns realizados pela instituição, que não considero ser formação profissional continuada.
3T	Nunca
4T	Participei do Fórum Pedagogos e TAEs logo quando entrei em exercício em julho/2017, mas não houve mais até o momento. Tivemos uma agora para TAE em Junho/2018 com o intuito de nos orientar a manusear o Sistema Sage.
5T	Tem quase 10 meses que assumi o cargo e ainda não tive nenhuma formação.
07- Quais os caminhos que o Técnico em Assuntos Educacionais deve percorrer para conquistar sua valorização profissional?	
1T	Cumprir suas atribuições com qualidade.
2T	Qualificação profissional, como mestrado, doutorado; formação continuada e a solidificação de grupo em âmbito institucional, a fim de fortalecer o diálogo e a troca de saberes e fazeres.
3T	O TAE ao ingressar na sua função no IFSertão-PE tem a dura missão de ele próprio determinar suas atribuições a partir de documentos vagos e genéricos sem nenhuma orientação, capacitação. Deve portanto pesquisar em outros campus e institutos como é o trabalho de um TAE, procurar capacitação, se aprofundar em temas ligados à educação.
4T	Nos unir. Definir nossas atividades no núcleo pedagógico.
5T	Precisa se capacitar, procurar experiências de como é o trabalho em outros institutos, executar suas atribuições de modo que as deem significado e construir dessa forma uma identidade para o cargo.
08- Como você avalia a sua atuação na instituição considerando a sua identidade profissional enquanto Técnico(a) em Assuntos Educacionais e as atribuições específicas do cargo?	
1T	Excelente, pois faço além do que é exigido.
2T	Hoje a minha atuação é mais tranquila, pois tenho mais clareza das minhas atribuições.
3T	A princípio as funções de TAE parecem meio que sem significado, porém com o amadurecimento das práticas vai ficando mais claro a necessidade desse profissional. Ainda é preciso desenhar algumas funções pra dar um maior significado ao trabalho do TAE e consequentemente conquistar o respeito e valorização, que muitas vezes não temos no âmbito do instituto.
4T	Há muito o que se definir. Como disse antes, nós do núcleo por sermos bem unidos, acabamos por fazer juntos todas as tarefas, o que prejudica a identidade de todos.
5T	A princípio eu não tinha ideia das funções do cargo. O único documento que se tinha a respeito dessas funções era muito genérico e eu não via sentido naquelas atribuições. Com o decorrer da prática, com uma gestão mais organizada começaram a surgir demandas e o significado de algumas funções começaram a ficar mais evidentes. Ainda preciso ter clareza de como se executa determinadas atividades
09- Liberdade de iniciativa, autonomia no trabalho e, sobretudo, criatividade são elementos fundamentais para o desenvolvimento da identidade do profissional. Você reconhece esses aspectos no seu fazer diário? Justifique.	
1T	Sim. Hoje me considero uma pessoa realizada e reconhecida pelo trabalho que faço na Instituição.
2T	Os TAE's realizam um trabalho muito burocrático, com pouco espaço para a ousar com liberdade

	e criatividade. No entanto, reconheço que no meu fazer diário tenho encontrado oportunidades que despertam para a realização de um trabalho com mais liberdade de iniciativa, como a realização de bate-papo entre os discentes e o setor pedagógico, por exemplo.
3T	Sem isso não conseguimos fazer nenhuma atividade enquanto TAE, uma vez que temos um norte muito vago de como desenvolver nossas funções e fica a nosso cargo determinar como será nossa prática. É uma tarefa portanto difícil, mas que aos poucos, mesmo sem capacitação e com orientações vagas, vamos criando a identidade do cargo e mostrando a importância das funções para o instituto.
4T	Nosso Campus encontra-se em fase de consolidação. O que acabou por prejudicar as ações tanto dos cargos PED e TAE quanto do núcleo pedagógico. Ao entrar em exercício senti muitas dificuldades, ainda sinto...rsrsrs. Justamento por não termos um fluxo de atividades bem definida, por não recebermos formações. Simplesmente fui jogada no cargo e "se vira nos trinta". Isso dificulta a criatividade, autonomia. Estou fazendo o que posso, nas condições e orientações que tenho de outros colegas TAEs mais experientes.
5T	Sim. Mesmo com um norte muito vago e sem nenhuma capacitação, aos poucos venho tentando construir uma identidade e tentando dar significado às atribuições do cargo.
10- Suponhamos que você tivesse a oportunidade de mudar de área, no IF Sertão-PE ou fora dele, continuando com remuneração equivalente. Você mudaria ou permaneceria como Técnico(a) em Assuntos Educacionais? Justifique.	
1T	Seria professora, inclusive já realizo essa função fora.
2T	Eu mudaria de profissão se me fosse dada a oportunidade, pois tenho preferência pela docência.
3T	Mudaria para uma função que tivesse maior reconhecimento e que tivesse atribuições claras e consolidadas.
4T	Apesar dessa indefinição de atividades e atribuições do Cargo, permaneceria como TAE, por minha formação. O que precisamos é nos unir e criar nossa identidade e referencia no IF Sertão-PE. Cobrar regulamentação das atribuições perante a Instituição, assim como formações contínuas.
5T	Mudaria. O trabalho de técnico muitas vezes é visto como irrelevante a depender do contexto. E de fato é mesmo, em contextos onde não existe, sobretudo uma gestão que der significado ao trabalho desenvolvido por eles.

APÊNDICE C – Transcrição das respostas ao questionário *on-line* aplicado ao diretor de ensino e diretor geral do campus Floresta

01 - Como se define o cargo de Técnicos em Assuntos Educacionais e o de Pedagogos?	
1G	Técnicos: profissionais especializados na administração de processos pedagógicos de ensino, focados especialmente nos problemas educacionais, em especial a evasão, rendimento escolar e êxito escolar. Pedagogos: especializado na interface discente, docente e escola com foco na metodologia de ensino e no aprendizado do aluno, gerenciando conflitos diversos correlacionados ao processo ensino aprendizagem.
2G	São cargos de apoio as atividades de ensino seja na articulação do processo pedagógico seja no planejamento e execução das atividades do processo educativo.
2- O ofício circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, de 28 de novembro de 2005, descreve os cargos dos Ped e TAEs com semelhanças nas respectivas atribuições, principalmente quanto ao assessoramento nas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Para você, como essas atribuições se diferenciam entre um cargo e outro?	
1G	O TAE está mais voltado ao levantamento e análise das causa de evasão e não conclusão do ensino (êxito), e o PED a relação ensino aprendizagem e relacionamento dos docentes e discentes para que não haja a evasão e ocorra o êxito.
2G	Na minha opinião das atribuição dos cargos se entrelaçam gerando muitas vezes dificuldade da solicitação de apoio as atividades de ensino pelos servidores e discentes.
3- Quais são as atribuições específicas dos Pedagogos?(Cite algumas, excluindo as que considera prerrogativas e obrigações do cargo de Técnico em Assuntos Educacionais).	
1G	Acompanhar o desenvolvimento do ensino- aprendizagem, avaliar as possíveis causas das dificuldades de aprendizagem, auxiliar os docentes no processo de desenvolvimento metodológico.
2G	Assessorar pedagogicamente discentes e servidores na adaptação do conteúdo formativo e facilitador da escola com a comunidade.
4- Quais são as atribuições específicas dos Técnicos em Assuntos Educacionais? (Cite algumas, excluindo as que considera prerrogativas e obrigações do cargo de Pedagogo)	
1G	Acompanhamento estatístico dos processos de ensino aprendizagem, levantamento de informações relevantes do ensino (evasão, retenção, êxito, etc.), pesquisas educacionais correlacionadas.
2G	Auxiliar nos processos de educativos desde o planejamento até a supervisão destes proporcionando uma educação integral dos discentes.
5- Existem propostas de formação profissional, no âmbito do IF Sertão-PE, para os cargos em tela? Justifique?	
1G	Sim, encontro de educadores 2018, fórum PED TAE, reuniões setoriais conjuntas com os campi, mas creio que faz-se necessário mais cursos e mais específicos.
2G	Existem capacitação previstas no PAC (Plano anual de Capacitação) do IFSertão
6- Na sua visão, quais os caminhos que o Pedagogo e o Técnico em Assuntos Educacionais devem percorrer para conseguir sua valorização profissional?	
1G	Atuação na escola em especial nas coordenações, propondo melhorias do processo ensino aprendizagem, trabalho contínuo com docentes e representantes de turma.
2G	As capacitações e aproximação no dia a dia nos processos educacionais do ambiente escolar valorizarão o papel do profissional.